

e-hum

Revista Científica das Áreas de Humanidades
do Centro Universitário de Belo Horizonte

ISBN 1984-767X

Belo Horizonte, vol. 11, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2018 - www.http://revistas.unibh.br/index.php/dohla/index



Dossiê: História da Educação em Processo-Dinâmicas Educativas em Minas Séculos XVIII e XIX





Editor Responsável

Prof. Dr. Rangel Cerceau Netto

Conselho Editorial

Ana Rosa Vidigal Dolabella
Helivane de Azevedo Evangelista
Loque Arcanjo Júnior
Rodrigo Barbosa Lopes

Conselho Consultivo

Alexandra do Nascimento Passos, Centro Universitário UNA
Alexandre Bonafim Felizardo, Universidade Estadual de Goiás - UEG
Aline Magalhães Pinto, Pontifícia Universidade Católica - PUC-RJ
Daniel Barbo, Universidade Federal de Alagoas- UFAL
Eliane Garcindo de Sá, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Jairo Venício Carvalhais Oliveira - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG/FALE
Jonis Freire, Universidade Federal Fluminense - UFF
Jorge Luiz Prata de Sousa, Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO
Júlio César Meira, Universidade Estadual de Goiás - UEG
Lana Mara de Castro Siman, Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG e Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG/FAE
Lucília Regina de Souza Machado, Centro Universitário UNA
Margareth Vetus Zaganelli, Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira, Universidade Federal de Alagoas - UFA
Maria de Deus Manso, Universidade de Évora, Portugal
Rafael Sumozas Garcia-Pardo, Universidad de Castilla-La Mancha - UCLM, Espanha
Renato Silva Dias, Universidade Estadual de Montes Claros -UNIMONTES
Sérgio Henriques Zandona Freitas, Universidade FUMEC
Vanicléia Silva Santos, Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG
Wânia Maria de Araújo, Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG
Wellington de Oliveira, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Revista Científica das Áreas de Humanidades
do Centro Universitário de Belo Horizonte

e-hum

ISSN 1984-7672

Belo Horizonte, vol. 11, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2018 - [www.http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index](http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index)

Centro Universitário de Belo Horizonte

Vice-Presidência Acadêmica: Carolina Marra Simões Coelho

Reitor: Rafael Luiz Ciccarini Nunes

Diretoria de Campus e Acadêmica

Diretores: Cinthia Tamara Vieira Rocha
Eduardo Oliveira França
Pedro Cardoso Coutinho

Pesquisa e Extensão

Coordenadora: Cynthia Gieseke Meniconi Alenquer

Pós Graduação

Coordenadora: Raquel Teixeira de Souza Ruas

Curso de História

Coordenador: Rangel Cerceau Netto

Diagramação

Rangel Cerceau Netto

Contato:

ehum

Revista da Pós-Graduação UNIBH

Av. Prof. Mário Werneck, 1685 – Campus Estoril

e-mail: ehum.revista@gmail.com / ehum@unibh.br

home page:

<http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index>

Dossiê: História da Educação em Processo Dinâmicas Educativas em Minas Séculos XVIII e XIX



e-hum

Editorial

Família e História da Educação em processo: Dinâmicas educativas em Minas nos séculos XVIII e XIX.

Family and History of Education in process: Educational dynamics in Minas in the XVIII and XIX centuries.05

Artigos

A simbologia das cores em “A máscara da Morte Vermelha”, de Edgar Allan Poe.

The symbology of colors in "The Mask of Red Death" by Edgar Allan Poe.08

Forno Hoffman: a Ressignificação do Lugar e o Resgate da Memória Timotense.

Hoffman oven: the Resignification of the Place and the Rescue of the Timotense Memory....17

Vik Muniz: à Sombra de uma Denúncia.

Vik Muniz: the Shadow of a Denunciation.40

Dossiês:

Longe de suas esposas, mas ainda em família: o concubinato adúltero como condições para as mestiçagens (Sabará, século XVIII)

Far from their wives, but still in the family: the adulterous concubinage as conditions for the mestiçagens (Sabará, eighteenth century)54

Estratégias Educativas das Famílias em Minas no Século XVIII: algumas trajetórias Educativas.

Educational Strategies of Households in Mines in the 18th Century: Some Educational Trajectories66

Entre o Rural e o Urbano: os órfãos de famílias abastadas e a educação na Comarca do Rio das Velhas, século XVIII.

Between the Rural and the Urban: the orphans of wealthy families and the education in the District of the River of the Velhas, century XVIII......83

Ser Tutora - Os Caminhos, Requisitos e Práticas para a Manutenção da Família e a Educação dos Filhos Comarca de Vila Rica, 1770 - 1822.

Be Tutorship - The Paths, Requirements and Practices for the Maintenance of the Family and the Education of the Children Comarca de Vila Rica, 1770 - 1822.94

Mães Tutoras e Estratégias Educativas em Mariana 1790-1822

Mothers as Tutors and Educational Strategies in Mariana 1790-1822

Madres Tutoras y Estrategias Educativas em Mariana 1790-1822108

Dossiê:
História da Educação em
Processo. Dinâmicas
Educativas em Minas
Séculos XVIII e XIX



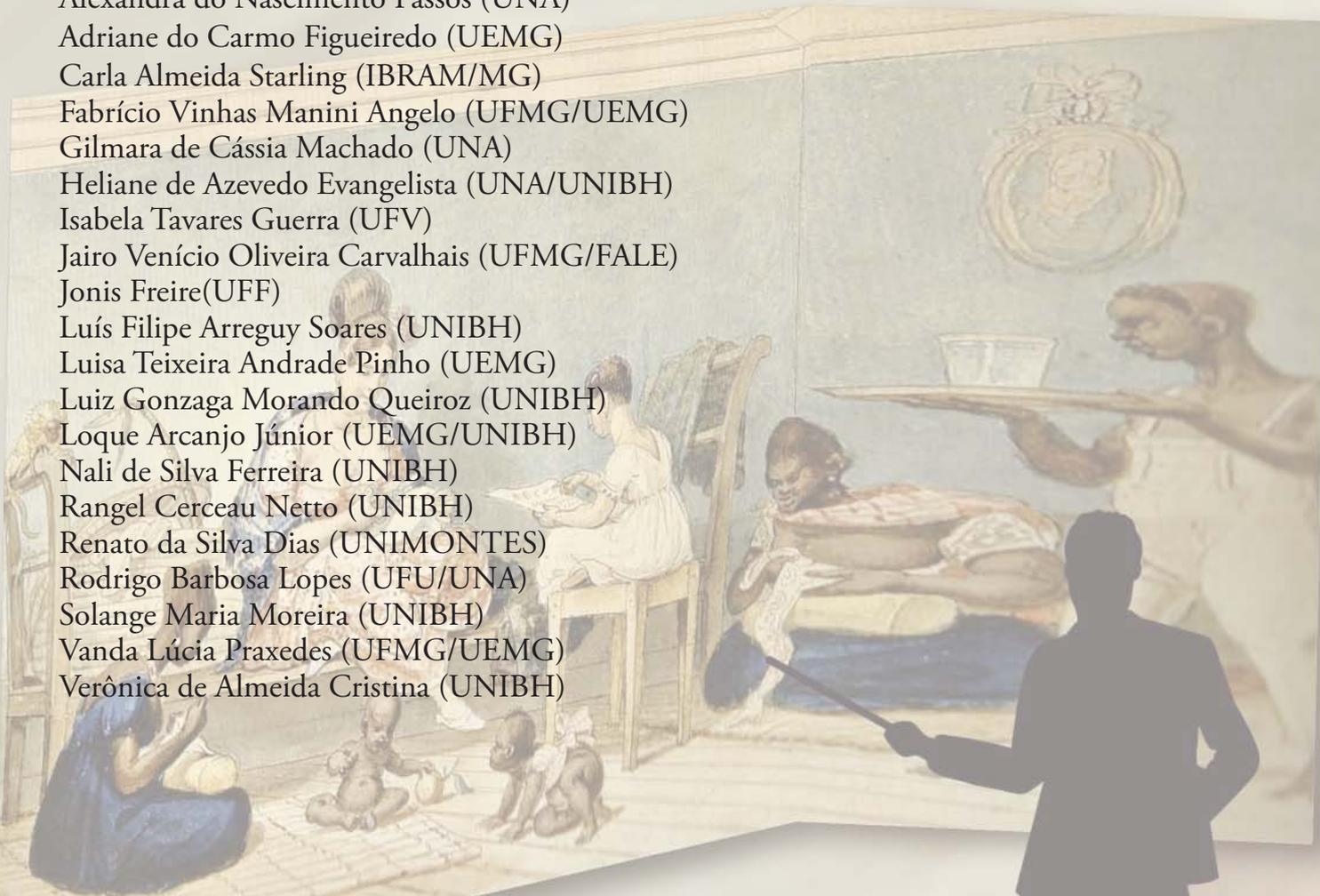
Agradecimento aos pareceristas:

o **hum**
Revista Científica das Áreas de Humanidades
do Centro Universitário de Belo Horizonte

o hum agradece aos pareceristas que colocaram seus conhecimentos a serviço da avaliação dos artigos acadêmicos submetidos ao nosso Conselho Editorial. A participação voluntária de autores, conselho consultivo e avaliadores foi essencial para a reavaliação de nossos procedimentos de editoração. Agradecemos a todos os colaboradores que foram determinantes para a qualidade dos artigos veiculados em nossa Revista.

Belo Horizonte, vol. 11, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2018 - [www.http://revistas.unibh.br/index.php/dohla/index](http://revistas.unibh.br/index.php/dohla/index)

Alexandra do Nascimento Passos (UNA)
Adriane do Carmo Figueiredo (UEMG)
Carla Almeida Starling (IBRAM/MG)
Fabrício Vinhas Manini Angelo (UFMG/UEMG)
Gilmara de Cássia Machado (UNA)
Heliane de Azevedo Evangelista (UNA/UNIBH)
Isabela Tavares Guerra (UFV)
Jairo Venício Oliveira Carvalhais (UFMG/FALE)
Jonis Freire(UFF)
Luís Filipe Arreguy Soares (UNIBH)
Luisa Teixeira Andrade Pinho (UEMG)
Luiz Gonzaga Morando Queiroz (UNIBH)
Loque Arcanjo Júnior (UEMG/UNIBH)
Nali de Silva Ferreira (UNIBH)
Rangel Cerceau Netto (UNIBH)
Renato da Silva Dias (UNIMONTES)
Rodrigo Barbosa Lopes (UFU/UNA)
Solange Maria Moreira (UNIBH)
Vanda Lúcia Praxedes (UFMG/UEMG)
Verônica de Almeida Cristina (UNIBH)



Dossiê: História da Educação em Processo Dinâmicas Educativas em Minas Séculos XVIII e XIX

Editorial

Revista Científica das Áreas de Humanidades

É com muita satisfação que entregamos mais uma Edição da Revista Multidisciplinar da Área de Humanidades E-HUM. Dedicamos esse número ao novo Reitor do Centro Universitário de Belo Horizonte Professor Rafael Luiz Ciccarini Nunes. Ao Magnífico Reitor desejamos muito sucesso e um excelente reitorado. O vigésimo primeiro número da revista, referente ao segundo semestre de 2018, apresenta na seção de artigos livres três contribuições bastante diversificadas. A primeira contribuição de Marcelo Augusto Nery Médes e Higor César Araújo busca analisar a literatura norte americana, especificamente, o significado das cores que compõem a narrativa “A máscara da Morte Vermelha” (1842), de Edgar Allan Poe. O artigo faz uma reflexão dos diversos olhares sobre o significado e o interpretar das cores, apoiando-se em teorias que entrelaçam a Semiótica com a Psicologia. O segundo artigo de Simone Isabel Batista da Cruz envereda para o estudo da cidade, no campo do patrimônio cultural. A autora analisa a importância identitária do Forno Hoffmann para o Município de Timóteo-MG, estudando os processos de ressignificação dos espaços e da memória Timorense a partir da construção da Olaria e da fabricação de tijolos até os dias atuais. A terceira contribuição de Verônica Cristina de Almeida e Silva de Barros Figueiredo versa sobre a obra do artista plástico Vik Muniz. A autora busca refletir sobre a importância do significado crítico das representações artísticas e contemporâneas de Muniz com o sentido pedagógico do ensinar e do pensar.

Seguindo a temática da educação o dossiê: Família e História da Educação em processo: Dinâmicas educativas em Minas nos séculos XVIII e XIX, organizado pelos professores Fabrício Vinhas Manini Angelo e Rangel Cerceau Netto justifica-se historiograficamente pela importância da produção que associa a História da Educação ao estudo da América portuguesa. Embora alguns dos mais importantes historiadores tenham publicados seus trabalhos sobre o período colonial, a historiografia da História da Educação no Brasil vem se preocupando pouco com o período colonial. Em alguns artigos Thais Nivia de Lima e Fonseca indicou a necessidade dos novos pesquisadores da História da Educação buscarem compreender um pouco mais esse período aproveitando as renovações teóricas da História dos últimos 30 anos que contribuíram tanto para o avanço da historiografia sobre o “Brasil colonial”. É bem verdade que nos últimos dez anos a produção em História da Educação sobre o período vem se diversificando, mas ainda é notória a concentração em temas e agentes que quase sempre passam pela Igreja, em especial os Jesuítas, ou pelo Estado, em especial durante o período pombalino. Portanto, nem sempre a produção em História da Educação sobre o período colonial vem acompanhando o cenário mais amplo da historiografia contemporânea. Além disso, muito do que foi produzido e que pode contribuir com a historiografia da História da Educação para o período moderno vem de campos acadêmicos nem sempre muito claramente relacionados à História da Educação. Em seu levantamento quantitativo Fonseca aponta que em um universo de 3106 trabalhos apresentados em Congressos relacionados a Educação e História da Educação apenas 105 estavam relacionados à educação na América portuguesa. E ainda por cima a maior parte destes trabalhos está concentrada na análise de temas clássicos com indica Fonseca.

Pensando nestas palavras, esta proposta de dossiê pretende discutir o papel da família na longevidade educacional das suas futuras gerações, bem como compreender a função da educação para a família e para os educandos e as relações estabelecidas entre as gerações familiares. Neste sentido, outro aspecto fundamental neste dossiê temático é a atenção voltada para as famílias muito mais que para os educandos. Sendo assim, esta temática que tem muita tradição na Sociologia da Educação tem sido uma tendência em crescimento nas pesquisas em História da Educação. Afinal buscar informações relacionadas ao papel exercido pelas famílias na “longevidade escolar” ou talvez fosse melhor dizer longevidade educativa dos educandos é



fundamental para compreender os sentidos atribuídos à educação do período. Além disso, urge organizar uma publicação que concentre e sistematize essa produção mais recente.

Portanto, a relevância deste projeto editorial deve-se a principalmente três motivos: 1-organizar um espaço de publicação de pesquisas mais recentes em História da Educação; 2-apresentar a renovação que se está processando em História da Educação sobre a América portuguesa nos últimos anos; 3-divulgar as novas ênfases em termos de fontes, métodos e referenciais teóricos que tem sido utilizados pelas novas pesquisas e 4-apresentar um recorte temático que tem buscado investigar a relação entre família e educação ao longo da História da Educação. Por todos estes motivos seria de fundamental importância a organização de um dossiê temático que busque tratar da família e da educação na longevidade dos séculos XVIII e XIX na História da Educação.

O texto que abre o presente dossiê é de Igor Santos e nele, a partir de um diálogo com a História sociocultural e utilizando como documentos as devassas eclesiásticas da comarca do Rio da Velhas no século XVIII, mais especificamente correspondente à primeira metade dessa centúria, tem como tema de análise as uniões mistas constituídas sob a forma do “concubinato adúltero”. Ao analisar essas relações, o autor busca compreender o contexto de conformação da sociedade sabarense colonial e com isso analisar em que medida tais relações se apresentaram como resultados e resultantes do intenso e complexo processo das mestiçagens físicas e culturais na dita comarca. Nesse sentido, o artigo contribui com uma historiografia recente que pesquisa as temáticas da família, da escravidão e das mestiçagens na América portuguesa. Não gratuitamente, por dar um panorama que permite a compreensão da formação familiar em Minas e do sentido na capitania que este artigo abre o presente dossiê.

Depois, o texto de autoria do organizador do dossiê, apresenta-se um recorte da tese de doutoramento em que trata-se o papel das famílias na educação dos seus descendentes em Minas no século XVIII. Especificamente para este artigo busca-se apresentar estudos de casos que permitem entender como as estratégias familiares daquele período serviam para preparavam seus herdeiros denotando um projeto intergeracional educativo. Para isso, verticalizou-se a análise em estudos de casos que emergem da massa documental. De maneira geral, a partir de ensaios sobre as estratégias educativas empreendidas por estas famílias busca-se compreender o papel que a família assume na trajetória educacional das futuras gerações, isto é, busca-se compreender as estratégias educativas das famílias em relação à sua descendência. Além disso, o foco deste trabalho é aplicar o arcabouço teórico-metodológico cunhado por Pierre Bourdieu em outro contexto histórico. Claro que isto não é possível sem se estabelecer um diálogo crítico com o sociólogo francês. Sendo assim, identifica-se uma estratégia educativa familiar intergeracional e como a reflexão teórico-metodológica estabelecida pelo sociólogo francês permiti observar tais práticas.

O artigo de Talitha Gorgulho também trata da comarca do Rio das Velhas. Neste artigo, a autora analisa o processo de ocupação que foi particularmente intensa na porção central e sul da comarca ao longo da primeira metade do século. Por ter, em sua divisão regional a presença de áreas urbanas e rurais a Comarca do Rio das Velhas tinha um perfil econômico muito diversificado e uma população muito significativa. Esta característica marcará profundamente o tipo de sociedade que se constituiu na comarca. Diante dessa riqueza de possibilidades e partindo de uma pesquisa maior sobre educação de órfãos de famílias abastadas dessa região no século XVIII, o seu artigo busca apresentar um levantamento sobre a diversidade de práticas educativas dos órfãos. Também em seu artigo a autora busca compreender como essas práticas ocorreram em ambientes públicos ou privados e o que seriam, também se pretende observar a localidade em que os ricos órfãos vivenciaram essa educação. O que se pretende com isso é compreender se havia ou não diferença na educação dos órfãos dependendo do seu gênero e da região onde estavam os educandos, se rural ou urbano.



O texto de Kelly Lislíe Julio investiga cotidiano de algumas mulheres que viveram na Termo de Vila Rica, na comarca homônima, entre 1770 e 1830. A proposta da autora foi pensar no processo de apropriação dos sentidos e significados da educação por parte das famílias, sobretudo das mulheres. Para isso foram investigadas as famílias legitimamente constituídas, mas que já tinham perdido seu progenitor e, por isso, dependiam da nomeação de um tutor para cuidar dos bens e da educação dos órfãos. Em seu artigo a autora investiga apenas as famílias em que as esposas assumiram a tutoria dos órfãos. A intenção foi pesquisar alguns aspectos que pesaram positivamente para fossem eleitas tutoras de seus filhos, sobretudo elementos da relação estabelecida com seus maridos, antes do falecimento do inventariado. Já no segundo momento, a autora apresenta alguns caminhos e requisitos necessários às mulheres para assumirem a tutoria. O objetivo aqui foi apresentar as possibilidades legais dadas às viúvas para que pudessem manter sua família sob seus cuidados, inclusive no que se referia à educação dos menores. Por último, como tentativa de demonstrar alguns indícios da apropriação da tarefa de educar, foram trazidos no presente artigo alguns direcionamentos educativos feitos pelas tutoras. As fontes utilizadas pela autora foram testamentos e inventários dos maridos e os requerimentos das viúvas enviados ao Conselho Ultramarino referentes à vila sobredita. Por fim, a autora apresenta que a tutoria das mulheres possibilitava exercer maior influência na formação dos órfãos e na administração de seus bens. Isso garantia às mulheres o exercício de seu papel de educadora, como compreendido no século XVIII e possibilitava a concretização educação almejada.

Por fim, em seu artigo, Leandro de Paula analisa o papel das mães-tutoras na educação de seus filhos em Mariana entre 1790 e 1822. A intenção do autor é investigar se as tutoras que possuíam laços afetivos com seus tutelados – as mães dos órfãos –, desempenhavam o exercício da tutela com maior empenho e recorriam mais intensamente a possíveis estratégias do que aqueles que não possuíam relacionamentos anteriores com os tutelados. Após a análise documental de inventários e testamentos o autor constatou a forte presença da mãe na tutela dos filhos e também que mães tiveram papel importante como tutoras, adotando variadas estratégias para assegurar alguma forma de educação aos filhos.

Desta forma, trazemos ao público especializado algumas das mais novas tendências da pesquisa em História da Educação para a América portuguesa levando em consideração dos diversos agentes educativos para além da Igreja e do Estado. Também são considerados como inovações para esta produção dos diferentes diálogos teórico-metodológico estabelecidos por esta historiografia representada neste dossiê. Por fim, outra inovação apontada pela historiografia aqui apresenta a utilização de fontes diversas e de maneira inovadora. Portanto, fazemos votos que o presente dossiê circule bastante e contribua para o debate público sobre a História da Educação no período aqui analisado.

 <http://orcid.org/0000-0001-8013-7645>

Rangel Cerceau Netto

(Editor da Revista e-hum e Organizador do Dossiê)

 <https://orcid.org/0000-0001-5265-1233>

Fabício Vinhas Manini Angelo

(Organizador do Dossiê)

Dossiê!

História da Educação em Processo Dinâmicas Educativas em Minas Séculos XVIII e XIX

**A simbologia das cores
em “A máscara da Morte Vermelha”, de Edgar Allan Poe**
*The symbology of colors
in “The Mask of Red Death” by Edgar Allan Poe.*



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v11i2.2595>

Marcelo Augusto Nery Médes

Doutor em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais.
Professor do Centro Universitário de Belo Horizonte(Unibh).

E-mail para contato: mmedes@prof.unibh.br



Higor César Araújo

Graduado em Letras no Centro Universitário de Belo Horizonte - UNIBH.
Trabalho realizado como requisito parcial para a conclusão do curso
de Licenciatura dupla - Português/Inglês.

E-mail para contato: higoresar_92@hotmail.com



Recebido em: 20/07/2018 – Aceito em 04/11/2018

Resumo: Esta pesquisa se propõe analisar o significado das cores que compõem a narrativa “A máscara da Morte Vermelha” (1842), de Edgar Allan Poe (1809-1849), abordando essas cores em seu caráter de signo semiótico e apoiando-se em teorias da própria Semiótica e Psicologia. Para isso, se faz necessário a leitura de obras como O teste das cores (1989), do psicólogo suíço Max Lüscher, Semiótica Aplicada (2008), de Lúcia Santaella, A ambientação em “A máscara da Morte Rubra” de Edgar Allan Poe, monografia de Ana Paula Bittencourt, Transitividade e os planos discursivos: Figura e fundo, nos contos “A máscara da Morte Rubra” e “O gato preto” de Edgar Allan Poe, pesquisa de Francisco Fábio Marques da Silva e Raquel Alves da Silva e textos teóricos sobre a obra de Poe.

Palavras-chave: A máscara da Morte Vermelha, Semiótica, Edgar Allan Poe

Abstract: This research aims to analyze the meaning of the colors that make up the narrative "The mask of the Red Death" (1842), by Edgar Allan Poe (1809-1849), addressing these colors in their semiotic character and based on theories of Own Semiotics and Psychology. For this, it is necessary to read works such as The Color Test (1989), by the Swiss psychologist Max Lüscher, Semiótica Aplicada (2008), by Lúcia Santaella, A ambientação em “A máscara da Morte Rubra” de Edgar Allan Poe, Ana Paula Bittencourt’s monograph, Transitividade e os planos discursivos: Figura e fundo, nos contos “A máscara da Morte Rubra” e “O gato preto” de Edgar Allan Poe, research of Francisco Fábio Marques da Silva and Raquel Alves da Silva, and theoretical texts on the work of Poe.

Keyword: The Mask of the Red Death, Semiotics, Edgar Allan Poe

Introdução um Homem Chamado Allan Poe

Ocupando um lugar “obscuro”, assim como a sua obra, Edgar Allan Poe escreveu e publicou um acervo de trinta livros, contendo contos, romances, poemas, artigos críticos e textos teóricos¹. Veio a ser descoberto e traduzido por Charles Baudelaire² e admirado por muitos outros intelectuais, dentre os quais podemos citar o próprio Machado de Assis. Com a publicação de **Histórias extraordinárias** em 1840 — uma coletânea de contos fantásticos produzidos por Poe enquanto redator das revistas **Southern Literary Messenger** e **Graham’s Magazine** —, ele vem a se tornar um marco na história da literatura norte-americana.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a simbologia contida nas cores apresentadas na narrativa do conto “A máscara da Morte Vermelha”. Além disso, pretende-se

¹TELLES; TELLES, s.d., p. 6.
²ROYOT, 2009, p. 32.

apontar como os signos semióticos são de suma importância para o entendimento da obra de Poe, determinar os motivos para a utilização de signos semióticos para a criação de unidade de efeito, interpretar as ligações das cores ao seu significado e desenvolver um estudo da unidade de efeito presente na própria estilística de Allan Poe.

Esta pesquisa é de cunho eminentemente teórica, executada com fontes bibliográficas primárias. O escopo teórico aqui escolhido são textos do próprio Allan Poe, os ensaios “The Philosophy of Composition” e “The Poetic Principle”, a monografia de Ana Paula Sloboda, **A ambientação em “A máscara da Morte Rubra” de Edgar Allan Poe**, e também obras que tratam da semiótica — Umberto Eco, **Semiótica e filosofia da linguagem**, e Denis Bertrand, **Caminhos da semiótica literária**. As obras supracitadas já são uma base para desenvolver um entendimento do uso de determinados elementos que são trabalhados no texto de Poe.

O objetivo aqui é desenvolver uma linha de raciocínio que possibilite analisar e entender o significado contido nas cores, desenvolvendo uma teoria abordando o efeito de sentido adotado por Allan Poe dentro de sua narrativa.

Uma definição mais clara do processo de criação alegórica³ de Poe permite contribuir comparando o entendimento e os conhecimentos do leitor, direcionando-o a uma leitura mais aprofundada e, talvez, mais agradável devido à maior quantidade de informações que ele terá, desenvolvendo uma conclusão diferente se comparada a uma leitura sem nenhum tipo de suporte quanto aos elementos semióticos do texto.

Desenvolvimento a Narrativa Envolta de Símbolos

Após a leitura de “A máscara da Morte Vermelha”, de Edgar Allan Poe, dúvidas aparecem sobre determinados aspectos, sendo que, em uma primeira leitura, não é fácil estabelecer contato entre o texto e os símbolos que nele aparecem. Muitas pesquisas foram e ainda são realizadas com o propósito de auxiliar a leitura, identificando os elementos implícitos e explícitos que, após serem entendidos, possibilitam uma leitura mais completa e demonstram como o autor trabalha a linha narrativa em um tom misterioso, apoiando-se no gótico como uma forma de criar o horror e o medo. Duas dessas pesquisas, que valem ser citadas aqui, são **A ambientação em “A máscara da Morte Rubra” de Edgar Allan Poe**, monografia de Ana Paula Bittencourt, e **Transitividade e os planos discursivos: Figura e fundo**, nos contos “A máscara da Morte Rubra” e “O gato preto” de Edgar Allan Poe, pesquisa de Francisco Fábio Marques da Silva e Raquel Alves da Silva.

A maneira de Poe apresentar a morte em seus textos é intrigante, representando em um universo gótico e alegórico as figuras e as cores, como no caso evidente em “A máscara da Morte Vermelha”. Aqui podemos caracterizar o gótico utilizando o “patético aristotélico”: “Consiste numa ação que produz destruição ou sofrimento, como mortes em cena, dores cruciantes, ferimentos e ocorrências desse gênero”⁴. Em outras palavras, entendemos o termo gótico como sinônimo de horror, de ansiedade pelo desconhecido (mistério) ou, no caso da literatura e do próprio Poe, “narrativas carregadas de descrições intensas que apelam aos sentidos do leitor”⁵.

A cor vermelha, junto a outras dentro da narrativa — azul, púrpura, verde, laranja, branco, roxo e preto —, toma um destaque especial no clímax até o desfecho do texto, algo que provoca indagação, pois não há relação explícita dessas cores com a narrativa em si. A exceção diz respeito à cor vermelha (escarlate), pois ela já está associada à cor

³O texto alegórico, por conceituação, institui-se no duplo textual de natureza analógica, pluralidade metafórica representativa de mais de uma realidade, histórica, ideal ou ficcional. Sendo assim, significativamente oferece mais de uma informação, oferece ao seu intérprete a possibilidade de exercício hermenêutico que ultrapassa os limites do emotivo, para envolvê-lo em sua unidade emotivo intelectual, como ser histórico. (GRAWUNDER, 1996, p. 2.)

⁴ARISTÓTELES, 1997, p. 31 apud ROSSI, 2008, p. 1.

⁵FERRO, 2015, p. 183.

da pele das pessoas enfermas e pode ser relacionada à peste bubônica logo no início do texto. Para comprovar isso, iremos ao primeiro parágrafo da narrativa:

A “Morte Vermelha” devastava havia muito tempo o país. Nenhuma pestilência jamais fora tão fatal, ou tão hedionda. O sangue era seu Avatar e seu sinete – a vermelhidão e o horror do sangue. Havia dores agudas, e tonturas súbitas, e depois profuso sangramento pelos poros, com o óbito final. As manchas escarlates no corpo e especialmente no rosto da vítima eram o banimento pestilente que alijava a pessoa da ajuda e solidariedade de seus semelhantes. (POE, 2012, p. 143).

Nesse trecho, Poe define o que é a “Morte Vermelha” por meio das indicações de enfermidades, o vermelho do sangue e a morte que vinha como consequência da perda de sangue pelos poros.

Vale lembrar que esse conto é uma grande referência do trabalho do autor, mesmo que na época a definição de unidade de efeito ainda não estivesse bem-desenvolvida, contrapondo-se com seus ensaios sobre crítica literária — para isso basta ler “The Philosophy of Composition” e “The Poetic Principle”, pois tais ensaios só vieram a ser escritos em 1846 e 1848 enquanto que o conto fora escrito em 1840. Uma passagem interessante que demonstra esse amadurecimento de Poe na narrativa se encontra na **Filosofia da composição**, em que ele afirma:

o autor senta-se para formar simplesmente a base da narrativa, planejando, geralmente, encher de descrições, diálogos ou comentários autorais todas as lacunas do fato ou da ação que se possam tornar aparentes, de página a página. Eu prefiro começar com a consideração de um **efeito** [grifo meu]. (1846, p. 2).

Poe, aqui, demonstra que se apoia sobre o principal elemento da literatura fantástica – a unidade de efeito, para assim desenvolver a catarse por meio do medo (o desconhecido).

Outra forte presença alegórica que demonstra a técnica madura de Poe, além de evidenciar a influência da obra **A tempestade**, de William Shakespeare, é a partir do nome do protagonista, Prospero. O símbolo contido no nome do referido personagem foi comentado por Peter Holland, na qual ele escreve:

[a peça de Shakespeare] procura examinar o comportamento humano em um mundo que prova, com paradoxalidade crescente e estonteante, ser tanto real quanto irreal, existente e artífice. Pois o mundo através do qual as personagens se movem são ambas criações da arte de Prospero, e algo além desta arte. (2002, p.730).

O personagem Prospero não é desenvolvido sem um motivo, seu simbolismo é evidente pela significação do seu nome – a prosperidade em um local livre da doença e também por algo que se desenvolve, progride, referindo-se, possivelmente, à vida. Um segundo fator é a própria referência de leitura que Poe fazia das obras de Shakespeare, em que podemos observar que não apenas **A tempestade** é citada, mas também **Como gostais** ao utilizar sete cores para representar simbolicamente “algo”.

Um detalhe acerca de Prospero que aparece em “A máscara da Morte Vermelha” é o seu gosto pelas nuances: “Os gostos do Duque eram peculiares. Ele era dono de um olho aguçado para cores e efeitos. Desprezava os *decora* da mera moda.”⁶. Esse trecho reforça o valor que as cores possuem den-

⁶POE, 2012, p. 145.
⁷POE, 2012, p. 150.

tro dessa narrativa.

Outro personagem de tamanho valor que possui um entrelaçamento figurativo interessante é a própria figura da morte: sendo nomeada pelo narrador como “um ladrão na calada da noite”⁷ que invade um local sem que ninguém veja. O próprio Prospero chega a insultá-la no primeiro sinal de vista – “quem ousa nos insultar assim com essa zombaria blasfema?”⁸. A veste desse personagem é descrita como sendo de mau gosto, pois era a perfeita aparência das vítimas da morte decorrente da peste bubônica:

A comitiva toda, de fato, parecia agora sentir profundamente que no traje e na conduta do estranho não existiam nem humor, nem civilidade. A figura era alta e descarnada, e amortalhada da cabeça aos pés nas roupagens do túmulo. A máscara que ocultava as feições era feita de modo tão próximo a se assemelhar ao semblante de um cadáver enrijecido que um escrutínio mais detido teria tido dificuldade em detectar o embuste. E contudo tudo isso podia ter sido suportado, quando não aprovado, pelos burlescos foliões em torno. Mas o fantasiado chegara ao extremo de assumir a caracterização da Morte Vermelha. Sua vestimenta estava salpicada de *sangue* – e sua ampla frente, com todas as feições do rosto, aspergida com o horror escarlate. (POE, 2012, p. 147)

A partir desse ponto já se constata elementos importantes para a pesquisa, como a representação do traje da morte e o contraste com os demais convidados. A cor do local onde se encontra Prospero – “Era no salão leste, ou azul, que se achava o príncipe Prospero quando pronunciou essas palavras.” – as posições dos ponteiros do relógio (do seu início até a última batida) – “Mas agora havia doze badaladas a soar no sino do relógio (...)”¹⁰ – e a tomada do horror através do vazio por baixo do traje da morte – “(...) estacou ofegante de indizível horror ao descobrir que o sudário tumulare a máscara cadavérica de que se haviam apossado com tamanha brutalidade não eram ocupados por nenhuma forma tangível.”¹¹ – são, também, de grande utilidade no desenvolvimento da unidade de efeito alegórica pretendida por Poe

O clímax até o desfecho do conto é marcado por elementos semióticos, utilizando diversos signos para alcançar o efeito de horror tipicamente gótico, em que o suspense criado pelo desconhecido remete ao estado de loucura aparente do protagonista. Retomando a ideia da alegoria presente no texto, podemos tomar como base as palavras de Umberto Eco para remontarmos o conceito metafórico dos personagens e do próprio ambiente da abadia: “o intérprete é guiado para uma leitura alegórica ou uma interpretação simbólica”¹².

Seria necessário, para compreendermos todas as referências ou parte delas, um estudo mais profundo da teoria dos elementos semióticos e da própria teoria da literatura para assim formular notas que auxiliem ao leitor uma interpretação mais rica e, talvez, mais próxima do objetivo empregado, assim como aguçar as percepções metafóricas dentro da alegoria utilizada por Poe e seus métodos de representar a morte.

Uma das características mais marcantes da Literatura Fantástica é a utilização de matizes como forma de criar um cenário sobrenatural e medonho que causasse impacto ao leitor. O século XIX foi uma época marcada por obras que adentravam muito bem nesse contexto de fantástico, e Poe foi um dos expoentes mais significativos nesse tipo de criação literária. Em suas obras, o destaque que as cores tomam é facilmente perceptível, valendo citar um trecho do conto “A queda da casa de Usher”, em que o narrador descreve o clarão da luz da lua: “O cla-

⁸POE, 2012, p. 148

⁹POE, 2012, p.148.

¹⁰POE, 2012, p. 147.

¹¹POE, 2012, p. 150.

¹²ECO, 2001, p. 205

¹³POE, 2012, p. 241

rão vinha da lua cheia que se punha, **sanguínea**, e que agora irradiava vividamente”¹³. Nesse sentido, vale a pena ressaltar que as tonalidades vermelho, branco e preto eram as cores que mais se repetiam na composição narrativa do gênero gótico. Aqui, em “A máscara da Morte Vermelha”, essas cores também aparecem, o vermelho do sangue, as paredes e a decoração dos salões – uma sendo preta e outra branca.

Outras vezes em que as cores aparecem em destaque é no gato de “O gato preto”: “fazia frequente alusão à antiga crença popular que via em todos os gatos pretos bruxas disfarçadas”¹⁴. Destaque também há na cor dourada do “Escaravelho de ouro”, uma tonalidade de cor anormal para esse inseto, além, é claro, das noites escuras e ambientação tipicamente gótica que dá um tom de mistério, de suspense e de medo nos contos de Poe. Todavia, em “A máscara da Morte Vermelha”, essa ambientação não está presente, o mistério/ suspense é representado pelo vazio por trás da máscara da morte.

Para reforçar a influência de uma unidade de efeito na composição de Poe, podemos analisar a definição do signo quanto ao interpretante que pode ser “uma mera emoção ou qualquer sentimento ainda mais indefinido do que uma emoção, por exemplo, a qualidade vaga de sentir ternura, desejo, raiva etc.”¹⁵. Nesse raciocínio, podemos entender que a unidade de efeito principal na estética de Poe é a sensação do horror, que em “A máscara da Morte Vermelha” se dá pelo medo do desconhecido, em outras palavras, a morte (*Red Death*) – “Mas, em virtude de um certo assombro inominável que a louca encarnação do fantasiado inspirara ao grupo todo, não houve quem se atrevesse a erguer um dedo para agarrá-lo”¹⁶.

Para explicar melhor a utilização de signos semióticos na unidade de efeito, tomemos a definição de quali-signo do filósofo, pedagogista, cientista e matemático americano Charles Sanders Peirce: “uma simples qualidade é uma propriedade formal que faz algo ser signo. Quando funciona como signo, uma qualidade é chamada de quali-signo, quer dizer, ela é uma qualidade que é signo”¹⁷. O quali-signo, estando relacionado com o acaso, possibilidade, qualidade, sentimento, originalidade, liberdade, mônada, acaba por sugerir determinados efeitos de acordo com a intenção que se quer dar em uma cadeia de eventos.

Nesse sentido, tomemos o conto aqui estudado como exemplo. As cores, as badaladas do relógio e as descrições espaciais são, de fato, qualidades interpretativas que causam sensações significativas no leitor/narratário. Pegando um exemplo da própria Lúcia Santaella, podemos determinar a associação da cor azul:

o “azul-claro”, imediatamente produz uma cadeia associativa que nos faz lembrar céu, roupa de bebê etc.; por isso mesmo, esse tom de azul costuma ser chamado azul-celeste ou azul-bebê. A mera cor não é o céu, não é a roupa de um bebê, mas lembra, sugere isso. Esse poder de sugestão que a mera qualidade apresenta lhe dá capacidade para funcionar como signo, pois quando o azul lembra o céu, essa qualidade da cor passa a funcionar como quase-signo do céu. (SANTAELLA, 2002, p. 12).

Desse modo, podemos concluir que os signos semióticos se assemelham pela necessidade de significado/significante e se distinguem pela significação, já que os signos linguísticos são concretos em seu significante lexical; em contrapartida, os signos semióticos possuem significantes interpretativos.

Nessa perspectiva, interpretaremos as cores deste conto — azul, púrpura, verde, laranja, branco, roxo e preto — por meio de cadeias associativas. Em outras palavras, iremos analisar a iconicidade de cada quali-signo e o que ele sugere a partir do contexto do conto.

¹⁴POE, 2012, p. 82.

¹⁵SANTAELLA, 2008, p. 10.

¹⁶POE, 2012, p. 148.

¹⁷SANTAELLA, 2008, p.12

As Cores dos Salões

Apoiando-nos na coleção de ensaios de Roppolo e na já supracitada referência às obras de William Shakespeare, tomaremos o raciocínio da relação das cores com os sete estágios da vida do homem, e. Essa associação pode ser vista em **Como gostais**:

Alltheworld's a stage,
 And all the men and women merely players:
 They have their exits and their entrances;
 And one man in his time plays many parts,
His acts being seven ages. At first the infant,
 Mewling and puking in the nurse's arms.
 And **then the whining school-boy**, with his satchel,
 And shining morning face, creeping like snail
 Unwillingly to school. And **then the lover**
 Sighing like furnace, with a woeful ballad
 Made to his mistress' eyebrow. **Then a soldier**,
 Full of strange oaths, and bearded like the pard,
 Jealous in honour, sudden and quick in quarrel,
 Seeking the bubble reputation
 Even in the cannon's mouth. And **then the justice**,
 In fair round belly with good capon lin'd,
 With eyes severe, and beard of formal cut,
 Full of wise saws and modern instances;
 And so he plays his part. The sixth age shifts
 Into the lean and slipper'd **pantaloon**,
 With spectacles on nose and pouch on side,
 His youthful hose well sav'd a world too wide
 For his shrunk shank; and his big manly voice,
 Turning again toward childish treble, pipes
 And whistles in his sound. **Last scene of all**,
 That ends this strange eventful history,
Is second childishness and mere oblivion [grifos meus],
 Sans teeth, sans eyes, sans taste, sans everything. (Ato II, VII) ¹⁸

Aqui já podemos analisar, dentro de uma cadeia associativa entre cor e sentido, as referências de cada salão, sendo “do azul do amanhecer da vida até o preto de seu anoitecer”¹⁹:

Azul – Infante;
 Púrpuro – Estudante;
 Verde – Amante;
 Laranja – Soldado;
 Branco – Juiz;
 Roxo – Pantaleão;
 Preto – Ancião.

¹⁸SHAKESPEARE, 2002, p. 401.

¹⁹ROPOLLO, 1967, p. 137.

²⁰Essa associação fora feita anteriormente na citação de Santaella.

O azul pode ser associado ao nascer de um dia, ao mesmo tempo que nos remete à cor de roupa de bebê masculino²⁰, dando a este signo a representação do nascimento ou estágio da infância do homem.

O púrpuro, no texto de Shakespeare, é relacionado ao tempo do estudante, visto que uma das representações defendida pelo psicólogo J. Bamz²¹ é que essa cor remete ao estágio de conhecimento, ou seja, quando o infante começa a desenvolver seu intelecto. Podemos entender como a fase de pré-antes da adolescência.

Verde é representado como o amante, talvez seja relacionado ao período da adolescência, já que o verde pode representar o período de perda das características infantis, e. Em outras palavras, podemos dizer que é a aquisição de raciocínios mais lógicos e coerentes. O amante pode ser relacionado com os casamentos arranjados na época de Shakespeare, que aconteciam por volta dos 12 aos 16 anos de idade e, na época de Poe, entre dezesseis 16 e vinte 20 anos.

O laranja faz uma referência interessante ao ser associado com o soldado, uma vez que, na psicologia, ela é vista como a representação da aventura e da excitação. Essa cor pode corresponder ao período do fim da adolescência, algo dentro dos 20 anos de idade do homem.

O branco provoca uma sensação de algo correto, puro, e que não está “manchado”. Podemos ligar esse signo ao estágio adulto, quando o homem se torna o “juiz” de si e, na maioria dos casos, de sua família.

Neste momento novamente, temos o roxo, simbolizando, assim como o púrpuroinda, o intelecto e o conhecimento, porém intimamente ligado à sabedoria de um homem velho, um Pantaleão²² no sentido da velhice.

E, finalmente, o preto. Essa cor, aqui, não representa a morte em si, mas sim o homem em seu estágio final de vida, quando ele está melancólico, triste, angustiante, aguardando, apenas, a morte.

É importante retomar a morte que aqui transita de vermelho para ébano, cor do grande relógio que ajuda a reforçar o raciocínio aqui desenvolvido. O psicólogo suíço Max Lüscher, em seu livro **O teste das cores** (1989), relaciona matizes escuros como indicadores de uma atitude negativa perante a vida, i. IssoEssa assertivaremonta à ideia de que o relógio de ébano é o tempo que nunca para de correr independentemente do quão seguro o homem esteja de situações adversas a sua saúde, sejam elas físicas ou mentais, representada na figura da abadia. Isso pode ser afirmado visto que o relógio cessa seu funcionamento quando todos morrem no final do baile.

O que podemos concluir é que o tempo é o principal efeito do horror, já que os personagens temem ao longo da sua vida a morte e, mesmo seguros dentro da abadia, a cada badalada do relógio, eles sentem que o tempo está passando e que a morte se aproxima, caminhando de salão a salão, até a chegada do último badalar.

Considerações Finais

Ao finalizar a leitura de “A máscara da Morte Vermelha”, a impressão inicial que normalmente se tem é de que a morte (como um ser físico) é a causa do falecimento do príncipe Prospero e dos seus convidados dentro da Abadia, ou até mesmo que a peste bubônica (“morte vermelha”) tenha chegado até eles de alguma forma – representando a misteriosa presença da Morte Vermelha fisicamente sob as mortalhas como um doente espalhando a doença entre os saudáveis.

Entretanto, após essa impressão inicial, o que acontece é que Edgar Allan Poe tra-

²¹J. Bamz, *Arte y ciência del color*, publicada em Barcelona pelas Ediciones de Arte.

²²Pantaleão refere-se à personagem da *Commediadella'arte* – um velho fidalgo.

balha minuciosamente os signos semióticos do texto, algo para o que muitos podem não se atentar de primeira instância, escondendo dentro dos matizes, dos objetos descritos e dos próprios personagens símbolos que precisam da total atenção e, por assim dizer, dos conhecimentos do leitor (conhecimentos como teoria da literatura e da semiótica, por exemplo).

É interessante a forma como podemos interpretar o conto julgando apenas o detalhamento contextual da morte por fatores decorrentes da peste ou por homicídio causado por um ser sobrenatural, não levando em conta elementos que tomam destaque na narrativa, mas que por aparentarem tão sutis - ou mesmo comum - à descrição de lugar, o leitor acaba por não entrelaçar a perspectiva de significação dos adjetivos dado para aquele objeto, pessoa ou lugar com um motivo além do denotativo, natural do signo.

É difícil pensar em um leitor que irá lerá trechos como: “Havia nesse aposento, ainda, encostado na parede oeste, um gigantesco relógio de ébano”²³ e vai associará esse relógio como algo além de um simples relógio, que apenas marca as horas do dia,; ou irá lerá “e suas janelas eram de um vívido azul”²⁴ e não pensará apenas na cor azul, nada além do matiz azul! São detalhes que parecem tão simples que não atentamos, ou mesmo ousamos, a interpretar um significado maior, associá-lo a algo mais que a mera ocasião de ser.

Assim, ao estudar todos esses adjetivos, podemos ter uma interpretação final bem diferente que o comum, que acaba por se tornar a unidade de efeito ao quale o autor sugeria desde o início da narrativa – o medo da morte!

Para chegar a essa conclusão teremos de perfazer todo o caminho da narrativa: Dde início é dito que a peste ataca os habitantes da região, a morte é dolorosa (via dor física) e a alta-classe, que se entende por aqueles que ainda estão saudáveis, se refugia junto do príncipe para dentro de uma abadia, local que seria livre das adversidades humanas, no caso do conto, das doenças. Por fatores que não são explicados na narrativa, os habitantes da abadia sobrevivem por bastante tempo livres da doença, mas nem toda fartura ou saúde física mantém os habitantes felizes o suficiente, o que ocasiona em uma vida monótona. Já que não era sabido o que ocorria fora das paredes daquele local, o anfitrião (Prospero) decide entretê-los com um baile de máscaras – que podemos entender, em uma perspectiva simbólica, que servia para esconder a velhice das pessoas que, possivelmente, chegaram jovens ali. O príncipe, notando que seu plano de entretenimento dá certo, zomba da morte, mas o problema é que as badaladas do relógio acabam por criar um sentimento de “passar do tempo”, e o medo da morte é retomado por todos ao recordarem que eles irão morrer de uma forma ou de outra – já que o tempo não para e eles já estão velhos.

Em resumo, podemos concluir que a corrida do príncipe através dos salões, que é o ponto clímax do conto, representa todo o passar do tempo de um ser humano até o momento de sua morte, e o horror é o medo do homem de morrer!

Referências Bibliográficas:

- BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. São Paulo: EDUSC, 2003. 444p.
- BITTENCOURT, Ana Paula Sloboda. **A ambientação em “A máscara da Morte Rubra” de Edgar Allan Poe**. 2006. 62 f. Monografia (Graduação em Curso de Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <www.humanas.ufpr.br/portal/letrasgraduacao/files/2014/.../Ana_Paula_Bittencourt.pdf>. Acesso em: 18 set. 2016.
- ECO, Umberto. **Semiótica e Filosofia da Linguagem**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- FERRO, Jeferson. **Introdução às literaturas de língua inglesa**. Trad. Maria Helena Vieira de Araújo. 2. ed. Curitiba: InterSaberes, 2015.

²³POE, 2012, p. 145.

²⁴POE, 2012, p. 144.

- FREITAS, Ana Karina Miranda de. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. 2007. 18 f. Artigo (Graduação em Publicidade e Propaganda) - ISCA Faculdades, Limeira, São Paulo, 2007. Disponível em: <www.iar.unicamp.br/lab/luz/ld/Cor/psicodinamica_das_cores_em_comunicacao.pdf>. Acesso em: 01º de maio de 2017.
- GRAWUNDER, Maria Z. **A palavra mascarada**. São Marcos: Ed. da UFSM, 1996.
- HOLLAND, Peter. **The tempest**: Introduction. The complete pelican Shakespeare. Ed. Stephen Orgel e A.R. Braunmuller. Nova York, NY: Penguin Books, 2002.
- MOISÉS, Massaud. **Dicionário de Ttermos ILiterários**. São Paulo: Cultrix, 1991.
- POE, Edgar Allan. A máscara da Morte Vermelha. In: _____. **Contos de imaginação e mistério**. Trad. Cássio de Arantes Leite. São Paulo: Tordesilhas, 2012. p. 143-150.
- POE, Edgar Allan. **The philosophy of composition**. Trad. Oscar Mendes e Milton Amado. S. L.p. 1-10, 1846. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2544953/mod_resource/content/1/Poe.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.
- ROPPOLO, Joseph Patrick. Meaning and The masque of the Red Death. In: POE, Edgar Allan. **A collection of critical essays**. Ed. Robert Regan. New York: Prentice-Hall, Inc, 1967. p. 1345-144.
- ROSSI, Aparecido Donizete. Manifestações e configurações do gótico nas literaturas inglesa e norte-americana: Uum panorama. **ÍCONE**, Revista de Letras, São Luís de Montes Belos, v. 2, p. 55-76, jul. 2008. Disponível em: <www.revista.ueg.br/index.php/icone/article/download/5128/3402>. Acesso em: 18 set. 2016.
- ROYOT, Daniel. **A literatura americana**. São Paulo: Editora Ática, 2009.
- SANTAELLA, Lúcia. **Semiótica Aplicada**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- SILVA, Francisco Fábio Marques da; SILVA, Raquel Alves da. Transitividade e os planos discursivos: figura e fundo, nos contos “A máscara da Morte Rubra” e “O gato preto” de Edgar Allan Poe. **CELUFUC, Fortaleza**, n. 3, s.d. p. 114-127. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/funcionalismo-em-perspectiva-3.html>>. Acesso em: 18 set. 2016.
- SHAKESPEARE, William. **As You Like It**. The Complete Pelican Shakespeare. Ed. Stephen Orgel e A.R. Braunmuller. Nova York, NY: Penguin Books, 2002.
- TELLES, HannyFrancy Passos; TELLES, Luciano Everton Costa. A literatura fantástica de Allan Poe: **histórias extraordinárias**. s.l., p. 1-6, s.d. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000940.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.
- ZIMMERMAN, Brett. Edgar Allan Poe: **Rhetoric and Style**. Montreal: McGill-Queen's Press – MQUP, 2005.

Forno Hoffman: a Ressignificação do Lugar e o Resgate da Memória Timotense

Hoffman oven: the Resignification of the Place and the Rescue of the Timotense Memory.

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v11i2.2595>

*Simone Isabel Batista da Cruz*¹

Pós-Graduanda em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural pelo Centro Universitário de Belo Horizonte(Unibh).

E-mail para contato: simoneisabeli@bol.com.br



Recebido em: 29/08/2018 – Aceito em 08/11/2018

Resumo: Esta pesquisa está delimitada na representatividade desta construção para a população que cresceu sobre a influência metalúrgica em grande expansão em meados das décadas de 40 a 60. O estudo procura contribuir com a problemática sobre a ressignificação e reocupação de lugares abandonados tanto por grandes empresas, quanto pela população em torno, colocando em voga questões sociais, conflitos urbanos e influência política. A pesquisa será desenvolvida, em uma primeira etapa, através do levantamento de dados sobre a cidade de Timóteo e o Forno Hoffman, do surgimento ao desenvolvimento do município e do equipamento pesquisado, através de consultas aos arquivos da cidade e outros suportes, como livros, fotografias, vídeos e relatos de moradores. Posteriormente, os dados coletados serão analisados para identificar as causas e consequências do abandono e reocupação do local, realizando comparações com situações análogas.

Palavras-Chaves: Política, Ressignificação, Patrimônio, Timóteo.

Abstract: This research is delimited in the representativeness of this construction for the population that grew on the metallurgical influence in great expansion in the middle of the decades from 40 to 60. The study tries to contribute with the problematic on the resignification and reoccupation of places abandoned so much by big companies, as well as the surrounding population, putting into vogue social issues, urban conflicts and political influence. The research will be developed, in a first step, by collecting data on the city of Timóteo and Hoffman Furnace, from the development to the development of the municipality and the equipment researched, through consultations with the city archives and other supports such as books, photographs, videos and lengthy reports. Subsequently, the data collected will be analyzed to identify the causes and consequences of abandonment and reoccupation of the site, making comparisons with similar situations.

Keywords: Politics, Resignation, Heritage, Timóteo

História da Cidade de Timóteo

Posicionada na região leste mineira, a cidade de Timóteo possui sua ligação a Belo Horizonte pela BR-381 que interliga o estado de Minas Gerais ao Espírito Santo. Antes de 1800, a região hoje ocupada pelo leste mineiro, era densamente habitada pelos índios Borun do Watu,. A chegada dos europeus à região de Timóteo, que vieram em busca de escravos e riquezas minerais, deu-se pelo rio Doce e posteriormente pelo Piracicaba. O massacre sistemático dos índios começou cerca de oito anos mais tarde, quando D. João VI separou a região em divisões militares.

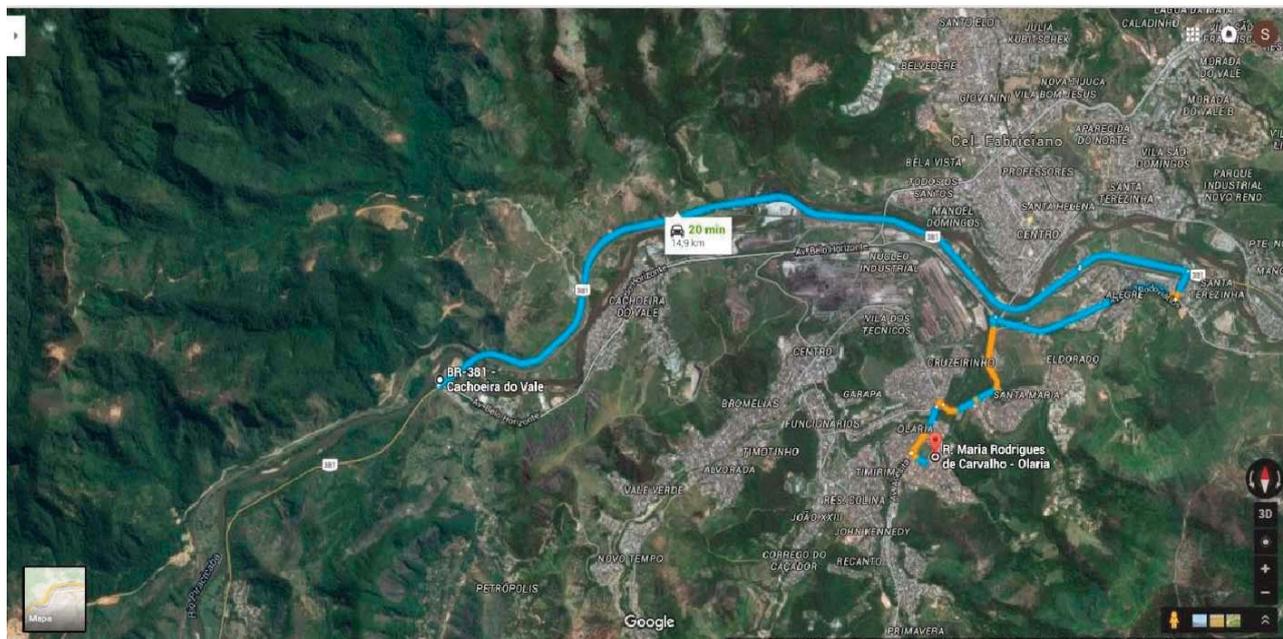
¹Gestora Comercial, Formada pelo Centro Universitário Newton Paiva.

Timóteo pertencia à 4ª Divisão do Rio doce, que possuía seu quartel no lugar chamado Onça Pequena (nome do ribeirão que banhava a localidade), hoje Jaguarauçu. Os índios aprisionados durante os ataques eram escravizados. Ocorreu no Vale do Rio doce o maior massacre indígena da história do Brasil. Em 1832 já não haviam aldeamentos indígenas na região. Logo que os índios foram exterminados, ficaram abertas as portas para ocupação total pelos brancos. Francisco de Paula e Silva Santa Maria foi o primeiro fazendeiro a se instalar na região, segundo um documento de 9 de abril de 1832. Tratava-se da carta de Sesmaria, dando-lhe as terras de um lugar denominado Ribeirão de Timóteo, que deságua no Rio Piracicaba. Estabeleceu-se com a sua família, na região do Alegre em 1831, e lá construiu e iniciou a criação de gado, o que lhe daria direito a uma Sesmaria. (Vale Revista - 1974)

A história da cidade tem sua origem na própria história do Brasil. No final do século XVII e início do século XIX, com a crise do sistema colonial, o vale passou a ser cobiçado pela política da ocupação européia. Reagindo ao colonizador, o índio foi um obstáculo à colonização e contra ele foram mobilizadas forças militares e missionários religiosos. Apesar do direito natural de possuírem a terra onde viviam, os povos indígenas tiveram seus territórios invadidos e confiscados pelos brancos. O Governo criou postos militares para proteger os colonos. Foram estabelecidos sete quartéis que garantiam aos brancos a ocupação da terra, o uso dos rios e a exploração das riquezas minerais.

Em 1831 já não havia muitos nativos, dando início à colonização pelos europeus. Naquele ano o fazendeiro Francisco de Paula e Silva instalou-se na região. Em 9 de abril de 1832 recebeu uma carta de sesmaria referente ao local então denominado Ribeirão de Timóteo. Sua fazenda ficava na região na qual hoje está o bairro Alegre, onde o referido ribeirão deságua no Rio Piracicaba. Silva dedicava-se às roças e criação de gado. Com o decorrer do tempo a Fazenda do Alegre passou a servir de apoio às embarcações que se dirigiam à Vila Rica (atualmente Ouro Preto) e cidades vizinhas. A partir deste núcleo original se formou a Vila de Timóteo, que pertenceu à freguesia de Sant'Ana de Alfíe (atualmente município de Dionísio) juntamente com São Domingos do Prata e Jaguarauçu.

Foto 1 – Mapa de acesso à cidade de Timóteo pela BR 381



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Timóteo>(2016)

No início do século XX as principais atividades econômicas na região eram a agricultura de subsistência e a pecuária. No ano de 1901, com a criação da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) o engenheiro Pedro Nolasco foi contratado para planejar uma estrada margeando o rio Doce que fosse desde o Porto de Vitória até à cidade de Diamantina. Sete anos mais tarde, um estudo comprovou o alto teor de ferro nas jazidas de minério de Itabira. O interesse internacional dos ingleses mudou o projeto original da ferrovia, que facilitou o escoamento da produção para o Porto de Vitória, pelo qual era levada à Europa.

Com a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas começaram a chegar os primeiros habitantes de Timóteo e da atual Região Metropolitana do Vale do Aço. Através dos trilhos da estrada de ferro fixaram-se na região, além dos operários, viajantes de várias partes de Minas Gerais e até de diferentes lugares do Brasil, que tentavam a sorte.

Foto 2 – Infográfico do trajeto do trem que liga Minas Gerais ao Espírito Santo



Fonte: <http://www.vale.com/brasil>(2016)

Na década de 1940, o distrito sofreu um surto de desenvolvimento impulsionado pela implanta-

ção da empresa Acesita (atual Aperam South América). Isto levou, em 1947, a uma tentativa frustrada de emancipação.

Como lado negativo desta industrialização, teve-se a destruição da vasta mata atlântica da região e a sua substituição intensiva por plantações de eucalipto para produção de carvão vegetal. Naquela época a usina se tornara uma empresa-mãe, responsável pelos empregos, moradia e saúde de todo o município. A Arcelor Mittal, juntamente com a Usiminas, localizada em Ipatinga e fundada em 1962, foi responsável pelo crescimento demográfico e pelo desenvolvimento da atual Região Metropolitana do Vale do Aço, que na época era apenas território de Coronel Fabriciano.

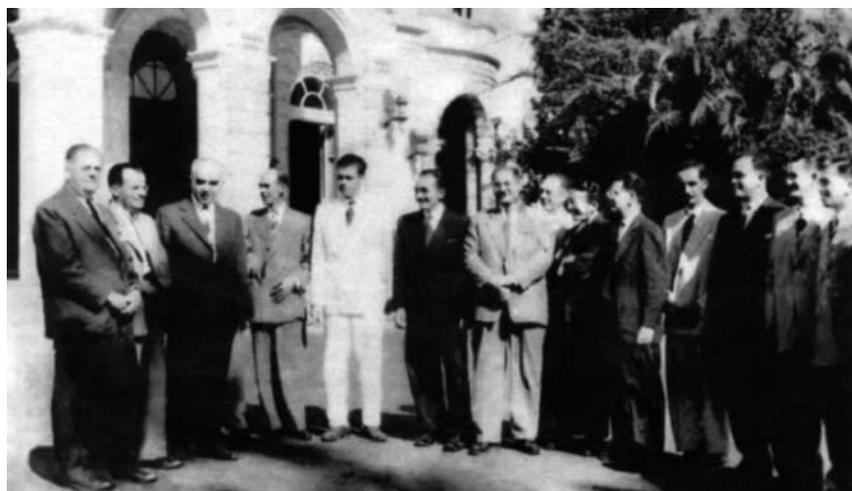
A emancipação do município de Timóteo ocorreu já na década de 60. Anteriormente, a cidade pertencia ao município de Coronel Fabriciano. O município com uma história de ocupação metalúrgica, teve seu povoamento alavancado por volta de 1964. Até 29 de abril de 1964 as metalúrgicas ficavam em território da cidade vizinha, Coronel Fabriciano, mas com as emancipações políticas de Timóteo e Ipatinga, o município deixou de sediá-las. Em 1944, iniciava-se a era do aço na região, com a implantação da Cia Aços Especiais Itabira Acesita no antigo município de Coronel Fabriciano. (BRAGA, João dos Santos - Vale em Revista - 1.974).

Foto 3 – Fundação da Cia. Aços Especiais Itabira (Acesita)



Fonte: <http://www.acesita.org/>(2016)

Foto 4 – Comissão de emancipação de Timóteo em visita ao Palácio da Liberdade



Fonte: <http://euamoipatinga.com.br/pracas>(2016)

Patrimônio Cultural: Política de Preservação do Patrimônio

Respaldados no sentimento nacionalista, em meados da década de 10 do século XX, alguns setores da sociedade começaram a se preocupar em preservar bens artísticos e arquitetônicos representativos da cultura brasileira. Na prática, essas manifestações visavam conter a destruição e evasão de obras de arte para o exterior, sobretudo as de estilo barroco, como consequência da expansão do mercado internacional de antiguidades. Por outro lado, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, presenciou-se a remodelação de algumas cidades como Salvador, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, que provocou o desaparecimento de antigas edificações coloniais. A discussão acerca da preservação da memória nacional chega ao Parlamento. Entre os anos de 1917 e 1925, foram apresentadas proposições legislativas, no âmbito da Câmara dos Deputados, com o objetivo de se criar órgãos de proteção ao Patrimônio Histórico Nacional. A proposta pioneira de defesa de bens culturais partiu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, através de seu sócio, Wanderley Pinho, em 1917, o que bem revela o papel que os Institutos Históricos tiveram em todo o país como guardiões pioneiros da memória nacional.

Essa proposta não previa a proteção legal do Estado. A tarefa de preservação ficava a cargo de uma comissão de 11 membros do próprio Instituto. Essa Comissão deveria apresentar relatório anual de seu trabalho e a organizar o programa de sua ação bem como, no prazo de um ano, elaborar um minucioso catálogo de tudo o que constitui o patrimônio histórico-artístico da Bahia. Essa proposta, infelizmente, não produziu os resultados almejados. Outra iniciativa partiu do Professor Alberto Childe, conservador de Antiguidades Clássicas do Museu Nacional, que, em 1920, a pedido de Bruno Lobo, então presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes, elaborou um anteprojeto de lei de proteção ao Patrimônio Histórico do País. Por sua formação em arqueologia, Childe deu ênfase à proteção dos bens arqueológicos em detrimento dos históricos, além de propor a desapropriação de todos eles. A exemplo da proposta anterior, o anteprojeto não logrou êxito. Em 1923, a questão da preservação do Patrimônio Histórico entrou novamente em pauta, porém, vinculada diretamente ao Poder Federal. Luís Cedro, representante de Pernambuco, apresentou à Câmara dos Deputados um projeto para a criação da "Inspeção dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil". Dois outros projetos foram encaminhados à Câmara dos Deputados em 1924 e 1925 por parlamentares mineiros, Augusto de Lima e Jair Lins, respectivamente, ambos sem sucesso. A partir de então, as iniciativas em prol da preservação do Patrimônio Histórico passaram da órbita federal para a esfera estadual. Na verdade, a possibilidade de aprovação desses projetos de lei no âmbito do Poder Legislativo Federal era mínima, uma vez que os mesmos conflitavam, no âmbito da constitucionalidade, com os princípios liberais presentes na Constituição de 1891, que garantiam ao cidadão o pleno direito de propriedade, não podendo haver interferência estatal neste domínio. Por possuírem notável acervo de bens culturais coloniais, Bahia e Pernambuco são os estados pioneiros na criação de órgãos regionais de proteção ao Patrimônio Histórico local. Em 1927, é criada na Bahia a "Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais", o mesmo ocorrendo em Pernambuco, no ano seguinte.

No entanto, as restrições impostas pela Constituição de 1891 e pelo Código Civil então vigente, que asseguravam o princípio do direito de propriedade, aliadas à ausência de dispositivos de sanção aos que cometiam atentado à integridade do patrimônio, fariam dessas Inspetorias órgãos de ação limitada na proteção de bens locais.

²A construção da nacionalidade adquire novos contornos, com a comemoração de efemérides nacionais e a edificação de monumentos cívicos. Prática esta já iniciada desde os anos 20, cujo ponto alto foram as festas alusivas ao Centenário da Independência do Brasil

Sua criação, porém, revelava o desenvolvimento de uma disposição preservacionista do Poder Público em dois dos estados em que os bens culturais sofriam mais diretamente os efeitos da evasão e da ação destruidora do tempo. Em agosto de 1930, um novo projeto de lei federal foi apresentado à Câmara por Wanderley Pinho, agora Deputado Federal pela Bahia. Entretanto, sua discussão e votação foram impedidas pelos acontecimentos políticos de outubro, que desaguarão na Revolução de 30 e na instalação do governo provisório de Getúlio Vargas. A partir dos anos 30, inicia-se um processo de centralização política que levará a formação de um Estado de viés nitidamente autoritário². As iniciativas oficiais do Governo Vargas começariam a dar destaque ainda a determinados "lugares de memória", em que ocorreram grandes feitos "heróicos" de nosso passado. Assim é que o Decreto nº 22.928, promulgado a 12 de julho de 1933, por Getúlio Vargas, eleva a cidade de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional. A nosso ver, com essa medida legal, o governo não só reconhecia o valor simbólico do barroco mineiro na formação da cultura nacional mas, sobretudo, reforçava o imaginário republicano, uma vez que a antiga cidade de Vila Rica, hoje Ouro Preto, fora palco do primeiro movimento de libertação colonial que propunha a implantação de uma República. Além do que a imagem do seu principal líder, Tiradentes, já consagrado pelos republicanos era legitimado como mártir e herói nacional¹⁵. Em 1934, um novo decreto governamental- o de nº 24.375- iniciou a organização de um serviço de proteção aos monumentos históricos e às obras de arte tradicionais do País. A "Inspetoria de Monumentos Nacionais", chefiada pelo então Diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso, contava apenas com um arquiteto, Epaminondas Vieira de Macedo, e realizou poucas obras de conservação na cidade de Ouro Preto.

Teve curta trajetória, pois suas funções foram posteriormente assumidas pelo SPHAN. Pioneiramente, a nova Constituição republicana de 1934, vai trazer em seu bojo a proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, consagrado como princípio constitucional, em seu art. 148: "Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual." O interesse de segmentos da sociedade pela defesa do Patrimônio Histórico e Artístico, manifesto durante a década de 20, com o apoio da vanguarda modernista, só logrou sensibilizar o Poder Público quando esta medida passou a ser considerada um elemento importante no amplo quadro de manipulação dos recursos simbólicos necessários à legitimação de uma nova ordem política- o Estado Novo.

É na década de 30 do século passado, que se iniciam ações mais consistentes e menos pontuais no tocante à preservação de nossa memória histórica em nível nacional. Assim, a proteção ao patrimônio começaria a se efetivar a partir de uma iniciativa direta do Poder Executivo, na pessoa de Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde do Governo Vargas. Em 1936, Capanema delegou ao escritor e intelectual modernista, Mário de Andrade, a tarefa de elaborar um anteprojeto de lei visando à preservação de nosso patrimônio. É o próprio Capanema que assim se refere: "Logo me ocorreu o caminho. Telefonei a Mário de Andrade, então Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Expus-lhe o problema e lhe pedi que me organizasse o projeto. Mário de Andrade, com aquela sua alegria adorável, aquele seu fervor pelas grandes coisas, aquela sua disposição de servir, queria apenas duas semanas para o trabalho. Decorrido o prazo, e eis Mário de Andrade no Rio de Janeiro, trazendo projeto" Ao tomar essa iniciativa, o Ministro Gustavo Capanema afirmava a posição do Estado enquanto agente promotor da cultura e legitimava a competência da "intelligentsia" nacional, oriunda sobretudo do movimento modernista, junto ao Estado, para a criação de novos campos simbólicos para a construção da identidade da nação. O texto por Mário sugerido, bastante avançado

¹⁵IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

para a época, pois incorporava ao conceito de patrimônio artístico as manifestações populares e os bens culturais imateriais, sofreu injunções políticas no Ministério da Educação e somente parte dele é aproveitado posteriormente na edição do Decreto-Lei nº 25/37, já no contexto ditatorial do Estado Novo (1937-1945). O Decreto-Lei nº 25, assinado por Getúlio Vargas em 30 de novembro de 1937, viria organizar o trabalho do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que, integrando a estrutura burocrática do Ministério da Educação e Saúde, funcionava a título experimental desde janeiro daquele ano. Esse diploma legal criava, também, a figura jurídica do tombamento como instrumento tutelar de preservação aos bens culturais. Estava, portanto, institucionalizada a política federal de proteção ao Patrimônio Histórico nacional. Com o SPHAN, estava criado um novo campo de representações simbólicas na construção da identidade do estado-nação representado pelo "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional".

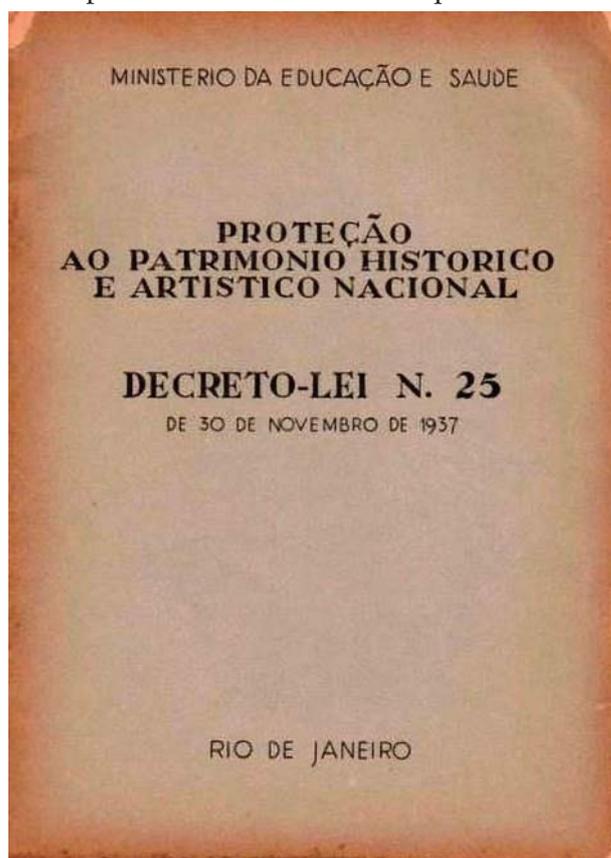
Percebe-se que tanto na esfera municipal quanto nas esferas estadual e federal, o Estado compreende-se como organismo dotado de estrutura burocrática que procura, através de normas constitucionais, regular os movimentos da sociedade na tentativa de buscar alguma coesão, ainda que revele antagonismos internos e produza, a partir de suas ações, conflitos externos. Contudo, atenta-se para que essa instância não seja compreendida como um compartimento separado daquilo que Jurgen Habermas (1997) chama de mundo da vida – das vivências em coletividade. Ao contrário, os sujeitos presentes na espinha dorsal do Estado se abastecem nos contextos comunicacionais da esfera pública e nas associações na esfera privada: “Isso tudo porque o sistema de ação político está embutido em contextos do mundo da vida” (HABERMAS, 1997: 84). Ou seja, demandas, interesses, limitações e aspirações reverberam em ações estatais, uma vez que os agentes formuladores destas interagem socialmente nos contextos privados e públicos.

Na perspectiva habermasiana, a dinamicidade das relações entre Estado e sociedade pode ser entendida pelo agir comunicativo dos sujeitos, os quais buscam a “porosidade” da esfera pública como forma de permitir a circulação de idéias e ideologias.

Investigar as políticas de preservação pensadas e orientadas pelo Estado de Minas Gerais demanda considerar a história da presença pública na produção/construção do patrimônio cultural. Sabe-se, conforme o próprio IEPHA/MG³, que a região foi responsável pela primeira Inspeção Estadual de Monumentos em 1926, seguida da Inspeção Estadual da Bahia (1927) e da Inspeção Estadual de Pernambuco (1928). Pioneira no país, tal instituição revelou-se contemporânea a outras importantes iniciativas em âmbito federal. Márcio Rangel (2010) destaca, entre elas, a proposta do deputado Luis Cedro Carneiro Leão, em 1923, de criação de uma Inspeção dedicada aos monumentos no Brasil. Rangel destaca o posicionamento do jurista Jair Lins em 1925 a respeito deste mesmo tema, e remete ao projeto de lei apresentado no ano de 1930 ao Congresso Nacional, pelo deputado José Wanderley de Araújo Pinho, que previa formas de proteção de determinados bens culturais nacionais. Entre as iniciativas enumeradas por Rangel, cabe ressaltar a menção à ação do presidente de Minas Gerais, Fernando de Mello Vianna, em 1925, de organizar “[...] uma comissão que elaborasse um projeto para impedir a dilapidação do patrimônio das velhas cidades mineiras” (RANGEL, 2010: 121). Apesar do autor não relacionar essa referida iniciativa à criação da Inspeção Estadual de Minas Gerais, é possível perceber um movimento regional de preocupação com a preservação dos bens culturais, o que parece ter culminado com a primeira agência estatal dedicada ao tema, antecipando a criação da Inspeção de Monumentos Nacionais em 1934. Nesse sentido, as histórias das iniciativas políticas de preservação

do patrimônio mineiro parecem se articular à importância atribuída ao tema pelo Estado na esfera federal. A bibliografia conhecida registra iniciativas do SPHAN em proteger núcleos históricos de municípios mineiros e os seus bens móveis e imóveis isoladamente ou em conjunto. Nessa perspectiva, é possível pensar a criação do IEPHA/MG – na década de 1970 – como uma agência designada a desempenhar ações regionais de preservação à imagem e semelhança do IPHAN – substituto do SPHAN e DPHAN – resultando de um processo de descentralização das responsabilidades políticas anteriormente concentradas na figura daquela agência nacional.

Foto 5 – Capa do Decreto-Lei nº 25, que funda o SPHAN



Fonte: [http://www.vitruvius.com.br/revistas\(2012\)](http://www.vitruvius.com.br/revistas(2012))

O contexto de criação do IEPHA/MG em Minas Gerais remete à década de 1970 e à atribuição de importância às especificidades regionais em âmbito econômico, político e social, contemplando, ainda, questões referentes ao patrimônio. Nessa conjuntura, revelavam-se projetos e debates sobre a descentralização das ações do Estado na esfera federal e o compartilhamento das responsabilidades políticas entre os entes federativos. Compreendia-se, então, que as políticas centralizadoras – então encabeçadas pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) – já não respondiam às demandas regionais por políticas de preservação. A criação do IEPHA/MG acabou confirmando a tendência descentralizadora em relação às ações de preservação. Observa-se, a partir de então, uma progressiva preocupação em contextualizar os bens culturais conforme as realidades regionais em que estariam inseridos, tornando-os objetos de políticas públicas localizadas articuladas às preocupações com a gestão urbana. O IEPHA/MG recebeu a função de proteger, gerenciar, fiscalizar, pesquisar e conservar o patrimônio mineiro. As políticas preservacionistas pareciam se alinhar a dire-

trizes urbanísticas, articuladas a discursos sobre a proteção às singularidades das cidades, às vivências construídas naquele espaço. Sobre a atuação do IEPHA/MG, nesse contexto de descentralização das responsabilidades preservacionistas, percebe-se no discurso institucional, formulado no contexto de “desoneração” do IEPHA/MG, o entendimento de que o governo local seria a unidade político-administrativa que ofereceria melhores condições para a gestão da vida pública, contando com a participação da sociedade e da iniciativa privada na configuração de políticas de preservação. Nesse contexto dos anos de 1990, relatórios de gestão apontam que questões de ordem financeira afetaram as atividades e o quadro técnico do IEPHA/MG, repercutindo no campo da preservação do patrimônio na região estadual. Nesse sentido, observam-se menções sobre a diminuição dos recursos públicos empregados no Instituto e sobre a defasagem salarial existente nos quadros do IEPHA/MG, os quais parecem ter atingido as atividades da agência:

[...] É indispensável a manutenção desta isonomia e o patamar atual dos salários, no mínimo, de forma que não ocorra êxodo de técnicos como no período de 86 a 88, trazendo graves problemas funcionais, na medida em que tratando-se de funcionários especializados, a sua formação se dá a médio e longo prazo (IEPHA/MG, s/p, 1991b). [...] Devido a fatores de ordem política e econômica, nos últimos oito anos o IEPHA/MG teve sua atuação reduzida. No entanto, as dificuldades econômicas, falta de recursos para o desenvolvimento de projetos de restauração e fiscalização e a diminuição dos quadros devido aos baixos salários, não impediram o órgão de cumprir seu papel de zelador do patrimônio cultural mineiro. Nestes anos de crise e sobrevivência muito se fez. Em condições favoráveis, muito mais poderia ter sido feito (IEPHA/MG, 1994: s/n).

Pode-se supor que a escassez de verbas tenha restringido a atuação do Instituto, levando o mesmo a assumir uma postura cada vez mais normativa e de assessoria. Tal tendência, de acordo com Jurema Machado (1997), esteve diretamente articulada à redução da atuação direta do IEPHA/MG em obras e projetos, apontando para o incentivo do Instituto à atuação das prefeituras e de empresas especializadas no trato com o patrimônio. É nessa conjuntura na qual o IEPHA/MG se retraiu no âmbito financeiro e técnico que se deu a promulgação da lei nº 12.040 por iniciativa do Poder Executivo estadual – à época chefiado por Eduardo Azeredo – voltada ao incentivo às políticas de preservação municipais. Promulgada em 28 de dezembro de 1995, esta lei, conhecida como Lei Robin Hood, entre outras questões, incentivava a execução de políticas locais de preservação do patrimônio cultural de Minas Gerais através da contrapartida de recursos tributários. Por determinação da Lei Robin Hood, as políticas municipais de preservação do patrimônio passaram a ser registradas em documentos conforme as exigências/orientações do IEPHA/MG, as quais se deram através de resoluções e deliberações normativas publicadas periodicamente pelo Instituto. Trataram-se de normativas que apresentavam diretrizes para a atuação municipal e apontavam concepções e projeções compartilhadas pela agência de patrimônio. A Lei Robin Hood vigora ainda nos dias de hoje, completando 18 anos de políticas públicas locais coordenadas pelo IEPHA/MG através de suas normas de atuação. Ao longo de sua existência, o IEPHA/MG se tornou a agência responsável por pensar e estabelecer as dinâmicas de interação entre comunidades e seus bens culturais. Nos últimos anos, o Instituto assumiu o papel fundamental de orientar os municípios em suas ações preservacionistas, possibilitando a identificação de um grande acervo cultural e a institucionalização do setor cultural na esfera municipal – setor esse criado em cen-

tenas de municípios para tratar das questões referentes ao patrimônio cultural. Nesse sentido, as normatizações do IEPHA/MG parecem traduzir expectativas institucionais sobre as atividades consideradas adequadas – ou ideais – à preservação do patrimônio. Suas normativas acabaram por conduzir as ações da sociedade civil, do Estado e de técnicos responsáveis pelos processos de patrimonialização, o que permite pensar sobre sua influência na dinâmica de julgamento e documentação dos bens culturais a serem preservados. Sendo assim, é possível considerar que as valorações atribuídas/estimuladas pelo IEPHA/MG teriam a capacidade de influenciar, formar ou transformar as relações das comunidades com seus bens culturais.

Considerando que as “falas” do Instituto podem construir sentidos e formar/transformar as relações entre as comunidades locais e seus bens através dos seus instrumentos e dinâmicas normativas, o IEPHA/MG aparece como locus de ação e transformação. A agência estadual não se apresenta como uma estrutura descolada das vivências em sociedade – pois dialoga com idéias, conceitos, interesses e demandas compartilhados socialmente – mas, por sua atuação normativa, se revela capaz de orientar dinâmicas que refletem nas experiências coletivas sobre os bens culturais, sobre a memória e sobre o legado à posteridade. Nessa perspectiva, o IEPHA/MG, revelando-se como lugar enunciativo sobre o patrimônio, mostra-se capaz de influenciar decisões e julgamentos sobre o que pode ser preservado por parte das instâncias locais e da instância estadual. Esse movimento aproxima-se do que Nilson Moraes (2009), numa análise sobre as políticas para museus no Brasil, chama de processos de produção de hegemonia discursiva e produção de hegemonia pelo discurso, diretamente articulados a conjunturas políticas, alianças tecno- burocráticas e estratégias de ação e sustentação (p.55). Sendo assim, interessa pensar que as práticas pensadas e normatizadas pelo IEPHA/MG dizem respeito à capacidade do Instituto em orientar a relação das comunidades com seus bens culturais, o que pode vir a influenciar leituras e interpretações sobre o mundo.

A Construção do Auto Forno e o Surgimento do Espaço Urbano em Timóteo

Na bacia do rio Piracicaba, Timóteo se destaca por ter nascido a partir de um projeto urbano, portanto como cidade nova, ou seja, diferentemente da maior parte das cidades da região, cujo crescimento se deu a partir de um núcleo urbano cuja malha se expandiu conforme tinha sua população aumentada; a estrutura física de Timóteo foi concebida como um todo, com sua implantação precedendo sua ocupação. Nesse sentido, juntamente com João Monlevade e Ipatinga, Timóteo é um tipo de construção urbana no qual a cidade não se forma, mas se implanta. Porém, diferente de Ipatinga, Timóteo não foi uma cidade de estrutura arquitetônica e paisagística planejada. A construção de seus bairros se deu a partir da construção de um forno para fabricação de tijolos, que seriam utilizados para a construção das casas dos funcionários da empresa Acesita.

Nas cidades construídas pela empresa Acesita, os morros são preservados e os vales ocupados. O zoneamento dos espaços, da casa à cidade, se acentua, separando “técnicos” de “funcionários” e trabalho de lazer. Em Timóteo essas diferenças são mais destacadas. As áreas residenciais caracterizam-se pela horizontalidade das casas térreas. O zoneamento, como símbolo de racionalidade e modernidade, também está presente, de modo que os nomes dos bairros foram concebidos indicando o status de seus moradores dentro da usina, diferenciando técnicos, funcionários e operários.

O Forno Hoffmann construído em 1945 (anterior a emancipação da cidade) para fabricar os tijolos utilizados em algumas unidades industriais da Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita - atual Ape-

ram). O emblemático Forno, localizado no bairro Novo Horizonte, tem relevante papel histórico não só para o município, mas para todo o Vale do Aço. Foi construído, em 1945, para fabricar os tijolos utilizados em algumas unidades industriais da Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita - atual Aperam), bem como das residências e demais equipamentos urbanos no município. A construção teve participação de operários da própria empresa. As primeiras residências, nos bairros Olaria, Vila dos Técnicos e Bromélias foram erguidas com tijolos produzidos no Forno Hoffmann.

Figura 6 – Forno Hoffman em 1945



Fonte: [www.http://euamoipatinga.com.br](http://euamoipatinga.com.br)(2012)

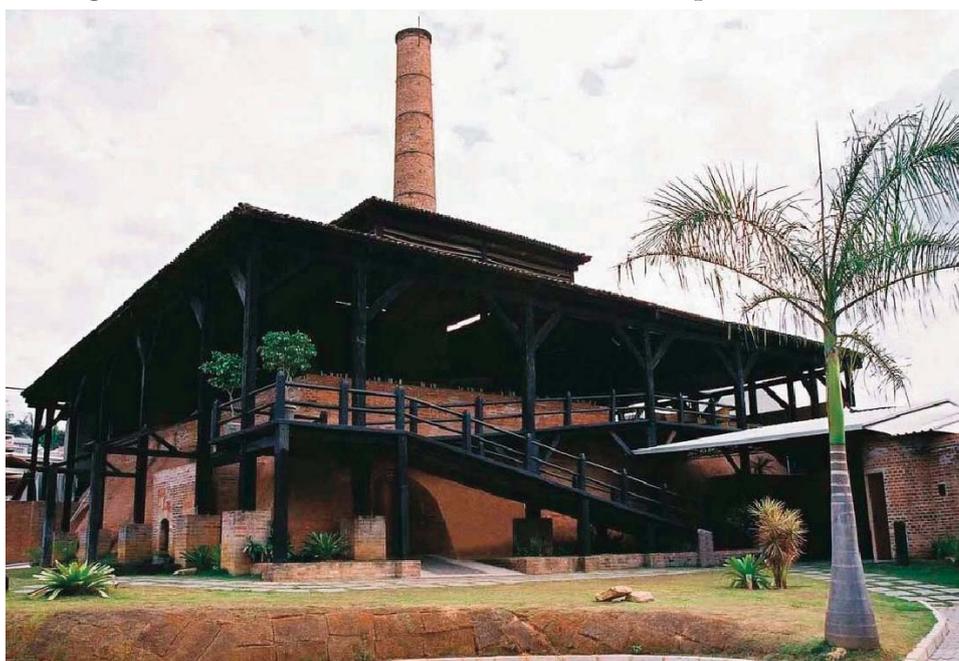
Foto 7 – Vila dos Técnicos, um dos primeiros bairros de Timóteo



Fonte: <http://www.diariodoaco.com.br/>(2012)

Nos anos 90, uma boate ocupou o local, trazendo diversos expoentes da música na época. Os amplos salões da edificação histórica agora vão abrigar um auditório, salas de reuniões, entre outras estruturas dedicadas permanentemente a atividades culturais.

Figura 7 – Forno Hoffman com as intervenções para alocar boate



Fonte: www.flickrriver.com(2012)

Figura 8 – Interior do forno descaracterizado



Fonte: www.flickrriver.com(2012)

Em 2011, o forno sofreu uma queda na estrutura do telhado. O desabamento foi provocado pela infestação de cupins na madeira da estrutura, mas, moradores afirmar que dois incêndios criminosos provocados meses antes também contribuíram para o desabamento.

Figura 9 – Ruínas do forno após a saída da boate



Fonte: www.verdadestimoteoblog.files.wordpress.com(2015)

Figura 10 – Ruínas do forno após a saída da boate



Fonte: www.diariodoaco.com.br(2015)

O Valor do Patrimônio e sua Significação: Análise Crítica

O interesse humano por sua história tem origem nas sociedades ocidentais e percorre vários caminhos desde então. Presente e passado são constantemente questionados e a discussão, tão em alta, leva o homem a questionar a identidade construída através da herança de outras gerações, bem como a identidade moldada pelo meio. Refletir sobre memória relaciona-se a possibilidade de que a partir de uma nova circunstância ou um novo encontro, o passado possa ser tanto lembrado quanto refeito. Assim, a história do homem, individual ou coletiva, pode ter várias versões considerando a percepção de cada indivíduo que a conta. O resgate da memória faz parte desse processo e dá margem a construção de novas histórias, recriando-a. A ambiguidade dos relatos, que poderia ser considerado como adversário no resgate, passa a assumir o papel de agente transformador da memória coletiva ou individual.

Sob a ótica de que os lugares de memória são resultados de uma junção de organismos históricos e de que espaços que contribuíram para criação dessa memória são objetos que despertam curiosidade, devido a “bagagem” construída através dos anos, colocamos em evidência a ressignificação desses lugares e as interferências causadas por essa reestruturação. Paralelamente, aos conceitos de ressignificação, busca-se confrontar os motivos pelos quais lugares de grande valor para uma comunidade são esquecidos. A identidade nessa compreensão dos lugares de memória surge para promover entendimento entre as relações com o espaço interno e exterior, entre o pessoal e público. Quando nos catapultamos para esses conceitos de identidade cultural, absorvermos seus significados e contribuimos para uniformização de nossos conceitos e afirmamos nossa posição no mundo social e cultural.

Na visão de Pierre Nora, esses lugares de memória aparecem a partir do instante em que a memória se torna a decorrência de uma organização voluntária, intencional e seletiva. “Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas” (NORA, 1993, p. 14). Os lugares de memória afloram os sentimentos de que não há memória espontânea. Por isso a necessidade humana de recolher depoimentos,

objetos e documentos sobre o passado, que serão as provas tangíveis do que aconteceu em determinada época.

Arquivos são exemplos dessa necessidade de guardar para não esquecer. Os mesmos são fontes de referências importantes para os investigadores e o público em geral. O patrimônio arquivístico compõe a herança do homem ao longo de sua história. Documentos do mais simples aos mais complexos contam a história e desenha o percurso histórico da humanidade. A salvaguarda da memória sacraliza quando deixa de ser coletiva, para se tornar única. Esses “lugares de memória” seriam monumentos, instituições, rituais etc., criados com o intuito de preservar uma memória oficial, diferente do que acontecia em sociedades nas quais a memória era algo vivido no cotidiano e a sua preservação, realizada pelos próprios grupos sociais (NORA, 1993). A cidade pesquisada sobre com a carência de registros bibliográficos. Esse é dos pontos críticos da cidade, além de uma política de preservação do seu patrimônio inexistente. Tal carência abarca consequências graves identificadas pelos relatos coletados.

Stuart Hall, em *A identidade cultural nos pós modernidade*, afirma que as sociedades modernas são, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. As sociedades da modernidade tardia, argumenta ele, são caracterizadas pela “diferença”; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” – isto é, identidade – para os indivíduos (HALL, 2014).

Forno Hoffman e os Movimentos de Resistência em Timóteo: um Panorama Histórico de Luta, Resistência e Abandono a partir de Relatos.

Aproximando-se do entendimento de cultura de James WILLIAMS (1992: 13), segundo o qual a cultura é encarada como “...um sistema de significações mediante o qual necessariamente (...) uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada.” Assim, o desenvolvimento de atividades urbanas implica não exatamente na detecção desta ou daquela manifestação, mas na comunicação de um sistema de valores coletivos transmitidos através de imagens, discursos e manifestações públicas e capazes de identificar a sociedade local.

A cidade de Timóteo envolta na expansão da siderúrgica da Acesita, faz de seu carnaval de rua, antes da sua emancipação, seu instrumento de manifesto contra o descaso dos governantes. A falta de saneamento, luz, água potável, prédio escolar eram temas colocados em destaques pelos blocos caricatos, formados para este fim. Não havia apoio nem de entidades públicas, tampouco privadas para viabilizar a festa popular. Fator que ascendia os ânimos dos moradores.

Anos mais tarde, quando a festa tomou rumos maiores, tanto a prefeitura quanto a siderúrgica quiseram tomar a frente da festa, possuindo assim maior controle sob às manifestações. Com a festa custodiada pelo domínio do governo municipal, em alguns anos a mesma não aconteceu, gerando indignação popular. Após anos de castração, grupos de bairros fundaram escolas de samba, inspiradas nos carnavais cariocas. Nesse momento, a festa deixa suas raízes de resistência à margem para dar lugar a brincadeira e diversão dos cidadãos. Porém, a voz dos protestos ainda ecoava junto ao único bloco caricato que manteve a sua essência. O bloco “Tem nada a ver”, característico pelas músicas fúnebres e os componentes vestidos de preto, mesmo nos anos em que não aconteceu o carnaval em Timóteo, desfilou com cartazes e faixas de protestos pelas alamedas da cidade. O grupo ainda resiste e tornou-se o microfone da população timotense menos favorecida.

Foto 11 – Bloco Carnavalesco na década de 40



Fonte: <http://www.acesita.org/>(2015)

Foto 12 – Integrantes da Escola de Samba “Os Bocas Brancas”



Fonte: Arquivo Pessoal – Simone Isabel Batista da Cruz (1993)

Foto 13 - Integrantes da Escola de Samba “Os Bocas Brancas”



Fonte: Arquivo Pessoal – Simone Isabel Batista da Cruz (1994)

Foto 14 – Desfile da Escola de Samba “Os Bocas Brancas”



Fonte: <http://www.diariodoaco.com.br/>(2010)

Foto 15 – Bloco Caricato “Tem nada a ver”



Fonte: <http://www.diariodoaco.com.br/>(2012)

Foto 16 – Bloco Caricato “Tem nada a ver”



Fonte: <http://www.diariodoaco.com.br/>(2012)

Os movimentos populares estão presentes na história da “cidade sem memória”. Timóteo sofre a anos com o descaso público, visto que seus monumentos estão em ruínas e esquecidos pela maioria da população. O Forno Hoffman, símbolo de uma nova era da cidade está em avançado estado de abandono. Em várias gestões projetos, propostos por grupos ligados a cultura da cidade, foram levados aos governantes. Os relatos coletados giravam em torno de que só existem promessas e nenhuma ação. Parcerias com centros universitários locais foram colocados em discussão, sem grandes avanços até o momento. O descaso incitou grupos culturais a tomarem espaços públicos abandonados. Na análise dos relatos coletados temos a real dimensão do que a destruição física e da memória da população provocou quando o assunto é o simbólico Forno Hoffman.

Questões indenitárias foram levantadas durante a análise realizada. A história do monumento em muitos depoimentos não harmonizava com as histórias contadas. Podemos perceber a falta de empatia com o local em dois momentos: quando o terreno e a construção foi arrendada para ocupação de uma casa de shows e durante o seu período de reocupação. Vale lembrar que a edificação ainda sobre com vários danos. A reocupação do local deu-se em parte da construção, em consequências dos seus riscos estruturais. Moradores do entorno do Forno Hoffman sofreram com a ocupação do local para entretenimento noturno. A repulsa pelo local foi visível. Existia um incomodo, como que se parte da história tivesse sido enxovalhada. Ora, a construção do forno estava intimamente ligada com a construção da cidade e toda sua trajetória de ocupação, pois os tijolos fabricados para erguer as casas eram provenientes daquele local. A construção sempre esteve nas lembranças como o marco zero da cidade. Transformá-lo em uma boate noturna, feria o “sagrado”. Os abaixo-assinados foram umas das manifestações contra o empreendimento, sem êxito. Desativada em 2005, a boate deixou um rastro de intervenções mal sucedidas, engrossando a indignação dos moradores. A situação de abandono é questão unânime entre os avaliados. O local, segundo contam, tornou-se “terra de ninguém”. As visitas são feitas sem nenhum monitoramento e vigilância. O abandono do local e a invasão por vândalos, desvalorizou os imóveis da região, outro ponto abordado, que seria, conforme análise, um dos principais fatores para a sugestão de demolição do local. Refletimos sobre como os assuntos de cunho individual se sobrepõem ao bem coletivo.

O distanciamento de ligação afetiva com o local pesquisado, afasta o sentimento de pertencimento sobre o local, que não foi cultivado nessas abordagens iniciais. Apesar de não se reconhecerem naquele local, os moradores avessos a relações com o mesmo, de alguma forma incluíram a construção na sua história, mesmo que de forma negativa. O local teve em algum momento reconhecimento, deteriorado durante os anos e não reavivado nas atuais conjunturas. Quando falamos de identidade nesse caso, a reflexão sobre as raízes da população não é de uma forma expressiva. Podemos então dizer que não é identidade, já que o conceito da mesma está intimamente ligado às características que distinguem pessoas e grupos um dos outros? Baseado nos escritos de Hall não, pois a sociedade sobre mudanças constantes e deita-se na cama das diferenças.

Diante desse contexto de globalização e identidades culturais emerge o conceito de dois movimentos contraditórios: tradição e tradução. Tradução “descreve as formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal” (HALL, 1998, p. 88). São pessoas possuidoras de vínculos profundos com seu passado, mas que a ele não podem retornar. Sua cultura é obrigada a dialogar com a outras, sem, contudo, que isto implique em perda de identidade. Essa definição aparece na abordagem realizada com uma não moradora da cidade, mas que cultivava profundo vínculo com o Hoffman. Enquanto moradora por vinte e três anos da cidade, a mesma relatou que via a construção em três momentos. O primeiro da infância, quando o local era admirado pela sua imponência e magia que o cercava. As sensações eram mistas entre fascínio e curiosidade pelo local. A segunda fase relatada foi a da adolescência, quando o forno se transformou em boate. Já não via a edificação com o deslumbramento de outrora. O local tinha ganhado outra significação compatível a idade da mesma. Anos após a saída da cidade, a mesma resgatou

em sua memória locais que fizeram parte da sua história. A edificação apresentada e outras relatadas passaram a ter outra definição. A relação com o espaço tomou outra forma. O distanciamento reavivou as memórias e as colocou em destaque em uma parte da história adormecida.

A briga animalesca pelo poder em Timóteo contribuiu enormemente para degradação de sua cultura. Muito mais que brigas políticas, grupos com interesses longe dos que deveriam ser voltados para o bem-estar social, a anos se acotovelam e transformam o governo municipal da cidade em uma verdadeira dança das cadeiras. Da situação a oposição, todos estiveram de poder de algum projeto voltado para recuperação do Forno Hoffman em suas respectivas gestões. O que se viu com a pesquisa foi o abafamento das vozes comunitárias quando o coro das reivindicações estava sendo engrossado.

No fim do ano de 2015, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, promoveu o 1º Seminário Regional de Patrimônio Histórico e Cultural do Vale do Aço. O objetivo do evento foi criar um espaço para discussão do patrimônio cultural da região do Vale do Aço, com apresentação de metodologia, trabalhos acadêmicos e estudos de casos relacionado a preservação e valorização das referências culturais. (Banco de notícias – IEPHA, 2015). A comissão do instituto realizou visita ao Forno Hoffman, com a finalidade de averiguar seu estado de conservação. A mesma foi acompanhada por membros da prefeitura e professores do Centro Universitário do Leste de Minas – UNILESTE.

Um encontro de dimensões tão importantes, mais uma vez é deixado de lado em favor de interesses políticos “de maior urgência”. Com a proximidade das eleições, o atual gestor da cidade voltou às atenções para seus feitos. A revitalização de avenidas e praças são as pautas das reuniões realizadas. Não tivemos notícias de um Conselho de Patrimônio atuante na cidade. O programa ICMS Cultural não é realizado na cidade, ou seja, a cultural neste município mineiro foi sucateada. Por esse panorama entendemos a ausência de engajamento maciço da comunidade para recuperação e preservação de edificações que contam sua história.

Foto 17 – IEPHA promove 1º Seminário Regional de Patrimônio Histórico e Cultural do Vale do Aço.



Fonte: [http://www.iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias\(2015\)](http://www.iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias(2015))

Foto 18 – IEPHA promove 1º Seminário Regional de Patrimônio Histórico e Cultural do Vale do Aço.



Fonte: [http://www.plox.com.br/acontece/\(2015\)](http://www.plox.com.br/acontece/(2015))

Foto 19 – Membros do IEPHA da Prefeitura de Timóteo realizam visita ao Forno Hoffman



Fonte: [http://www.plox.com.br/acontece/\(2015\)](http://www.plox.com.br/acontece/(2015))

Os fatores que adormecem memórias, distanciando o sujeito de locais que contam sua história, torna o homem suscetível a assimilação de outras culturas. De maneira alguma esse consumo de outras culturas é ruim. Pelo contrário, analisando o relato da jovem, podemos perceber que o distanciamento e a ingestão de outras identidades, de certa forma, a fez questionar sobre a sua identificação com fatos e lugares da sua terra natal. O resgate desse sentimento de pertencimento e a ressignificação do lugar, não se restringiu apenas aos moradores que saíram da cidade. Embora, o município sofra com a falta de políticas de preservação do seu patrimônio cultural, grupos se organizam e ocupam a parte ainda segura do espaço danificado. Para esses o local traz à tona lembranças juvenis, como as relatadas pela ex-

moradora indagada. Contudo, diferente do primeiro grupo abordado, os organizadores de um movimento cultural local, consegue perceber o Forno Hoffman como lugar de memória e espaço para novas apropriações. O projeto audiovisual de poesias do grupo, ocupou de forma criativa o local, transformando-o em um palco para os atores da iniciativa. O grupo sofreu com os olhares de reprovação daqueles que são a favor da extinção do local.

O caso do grupo de poesia em Timóteo muito se assemelha ao movimento “Mascarenhas, meu amor”, ocorrido na também cidade mineira de Juiz de Fora nos anos 80. A Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas encerrou suas atividades em 1984, após o apogeu industrial e a estagnação econômica que acometeu a região nesse ano. Em 1983, com o intuito de transformar as instalações abandonadas em um centro cultural, o movimento liderado por artistas, jornalistas e intelectuais mobilizou Juiz de Fora e o Brasil em prol da restauração do prédio e da concessão do espaço para atividades artísticas. Após duras lutas travadas entre poder público e sociedade civil, em maio de 1987 o Centro Cultural Bernardo Mascarenhas foi inaugurado.

Foto 20 – Campanha “Mascarenhas, meu amor”



Fonte: [http://www.acessa.com/anos80\(2015\)](http://www.acessa.com/anos80(2015))

Figura 20 – Ocupação de uma pequena parte do forno pelo grupo cultural “A Rua Declama”



Fonte: [www.facebook.com/ARUADeclama/photos\(2016\)](http://www.facebook.com/ARUADeclama/photos(2016))

Figura 21 – Ocupação de uma pequena parte do forno pelo grupo cultural “A Rua Declama”



Fonte: [www.facebook.com/ARUADeclama/photos\(2016\)](http://www.facebook.com/ARUADeclama/photos(2016))

Figura 22 – Ocupação de uma pequena parte do forno pelo grupo cultural “A Rua Declama”



Fonte: [www.facebook.com/ARUADeclama/photos\(2016\)](http://www.facebook.com/ARUADeclama/photos(2016))

A formação dos movimentos de resistência está na necessidade de interpelar uma força maior. Se originam nos mais diversos segmentos e suas características são estabelecidas a partir da adoção de métodos e estratégias para alcançarem seus objetivos. A histórica humana é formada por movimentos contrários a abusos e afrontas de qualquer natureza. Onde há sistema hierárquico injusto e repressões, inevitavelmente um grupo de resistência é formado. “Quem não resiste, rasteja”.

Considerações Finais

A falta de uma política de preservação, sem dúvida embargou inúmeras tentativas de restauração do Forno Hoffman. Identificamos a omissão do poder público, atual detentor dos direitos sobre a edificação. Planos de transformação do local em museu e centro cultural foram engavetadas, dando lugar a “problemas mais importantes”. Como em várias cidades, o abandono da cultura é nítido. Grupos organizados ainda tentam, como pequenas conquistas, não deixar morrer a memória da cidade.

Responsável pela expansão urbana no Vale do Aço, o Forno Hoffman imprime nos moradores da

cidade de Timóteo sensações diversas. Passando por vários danos causados por chuvas e, principalmente pelo abandono e descaso do local, a construção emblemática para os cidadãos, perdeu muitas de suas características. Intervenções para alocação de uma boate entre os anos de 1999 e 2000, descaracterizaram de forma considerável a edificação. A idéia de lugar de memória para os cidadãos divide-se, por motivos de valor simbólico para uns, enquanto para outros a restauração e reocupação do mesmo trariam, segundo eles, danos a tranqüilidade e segurança, como ocorreu em outras épocas.

Referências Bibliográficas

BRAGA, João dos Santos - Vale em Revista - 1.974

CAPANEMA, Gustavo. "Rodrigo, espelho de critério" In: A Lição de Rodrigo. Recife: Amigos do DPHAN, 1969.

HALL, Stuart. A identidade cultural nos pós modernidade. DP&A Editora - 10ª edição, 2004

NORA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares". In: Projeto História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da PUC- SP. São Paulo, nº 10, dez. 1993.

MACHADO, Jurema de Souza. "Preservação: a ética das intervenções." In: Anais do Seminário "Preservação: a ética das intervenções". Realização IEPHA/MG, apoio Fapemig. Belo Horizonte: IEPHA, 1997.

MORAES, Nilson Alves de. "Políticas Públicas, políticas culturais e museu no Brasil." Revista Museologia e Patrimônio, v. 2, p. 54-69, 2009.

HABERMAS, Jürgen. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1989.

RANGEL, Márcio F. "Políticas públicas e museus no Brasil." In: Marcus Granato, Cláudia Penha dos Santos e Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro. (Org.). MAST Colloquia - O Caráter Político dos Museus. Rio de Janeiro: MCT, MAST, v. 12, p. 119-135, 2010.

Biblioteca IBGE, disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/timoteo.pdf>. Acesso em 01/06/2016.

Portal da Prefeitura Municipal de Timóteo, disponível em <http://www.timoteo.mg.gov.br/1/historia-de-timoteo> Acesso em 10/06/2016.

Portal cultural digital, disponível em <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>. Acesso em 20/06/2016.

Portal cultural digital, disponível em <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Luciana-Christina-Cruz-e-Souza-et-alii.pdf> Acesso em 20/06/2016

Portal do IEPHA, disponível em <http://www.timoteo.mg.gov.br/noticias/3059/presidente-do-iepha-abre-seminario-de-patrimonio-historico-e-cultural> Acesso em 24/06/2016

Vik Muniz: à Sombra de uma Denúncia *Vik Muniz: the Shadow of a Denunciation.*



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v11i2.2656>

*Verônica Cristina de Almeida e Silva de Barros Figueiredo*¹

Mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/MG.

Professora do Centro Universitário de Belo Horizonte(Unibh).

E-mail para contato: veronicaalmeida@bol.com.br



Recebido em: 30/10/2018 – Aceito em 15/11/2018

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir questões relativas ao direito, à cidadania, à desigualdade social e à educação presentes na obra de Vik Muniz. Assim, através de um contraponto que será estabelecido entre textos não-verbais e verbais busca-se refletir sobre a importância do significado crítico das representações artísticas e contemporâneas de Muniz com o sentido pedagógico do ensinar

Palavras-chave: Vik Muniz; Pedagogia e arte; Educação em textos não verbais.

Abstract: This paper aims to discuss issues related to law, citizenship, social inequality and education present in the work of Vik Muniz. Thus, through a counterpoint that will be established between non-verbal and verbal texts, it is sought to reflect on the importance of the critical meaning of the artistic and contemporary representations of Muniz with the pedagogical meaning of teaching

Keywords: Vik Muniz; Pedagogy and art; Education in nonverbal texts.

Ser cidadão significa respeitar e participar das decisões da sociedade para melhorar sua vida e a de outros. Ser cidadão é nunca se esquecer das pessoas que mais necessitam. O grito em favor da cidadania deve ser divulgado através de instituições de ensino, meios de comunicação, manifestações artísticas, culturais e outros para o bem estar e o desenvolvimento da nação.

Este trabalho tem como objetivo discutir questões relativas ao direito, à cidadania, à desigualdade social e à educação através de um contraponto que será estabelecido entre textos não-verbais e verbais. Os primeiros textos dizem respeito à arte de um brasileiro. Os outros se referem ao conteúdo estudado na disciplina Educação, Direito e Cidadania, ministrada pelo Prof. Carlos Roberto Jamil Cury, no Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Os textos não-verbais, como as fotografias, por exemplo, tornam-se uma importante via para comunicar, dentre outras coisas, a insatisfação com os acontecimentos que comprometem o futuro da humanidade. Vik Muniz (Figura 1), artista e cidadão brasileiro, encontrou uma maneira criativa e desafiante de chamar a atenção do público que visita suas exposições para os acontecimentos que incomodam grande parte da população mundial.

¹Professora dos cursos de Pedagogia e Gestão de Segurança Privada do Uni-BH.

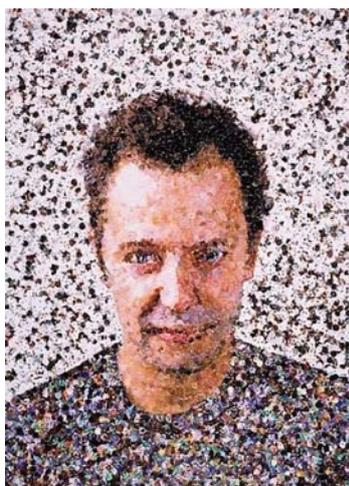


Figura 1 – “Auto-retrato de frente” feito com papéis picados

Fonte: <http://www.illusionworks.com/mod/i/muniz.jpg>

Vicente José Muniz nasceu na cidade de São Paulo (1961), em uma família de classe média. Publicitário de formação atua como fotógrafo, desenhista, pintor e gravador. Em 1983, transferiu-se para Chicago e, posteriormente, para Big Apple, onde se radicou. Atualmente divide residência entre Rio de Janeiro, São Paulo e Nova York.

Sua obra mostra que um sentimento pode ser representado de uma maneira muito complexa e ter uma compreensão muito simples. Prova que uma imagem pode provocar muitas reações, todas genuínas. Evidencia que nossos olhos estão acostumados a olhar para as coisas, e não a ver as coisas. Assim, um exercício de observação pode se tornar uma grande e séria brincadeira.

Muniz realiza, desde 1988, séries de trabalhos nas quais investiga, principalmente, temas relativos à memória, justiça social, direitos e criticidade, fazendo uso de técnicas diversas. Emprega nas obras materiais inusitados, tais como açúcar, arame, terra, barbante, chocolate, especiarias, lixo, gel, mel, poeira e outros.

De uma maneira radicalmente criativa, essas são suas matérias primas e não meros adereços. Muniz sempre relaciona o material utilizado em cada série ao sentido da imagem, da mensagem ou da denúncia que pretende fazer através de seus trabalhos.

Celebrizou-se por suas exageradas e polêmicas performances visuais. Inaugurou uma abordagem diferente das questões sociais envolvidas na circulação e retenção de imagens. Por esse motivo, é um artista diferente daqueles que se costuma ver. Sua arte é baseada em elementos do cotidiano e desafia o visitante a ler o mundo² das imagens e relacioná-lo às realidades percebidas e idealizadas.

Objetividade e Distanciamento

Seu trabalho caracteriza-se por mexer com a necessidade do cidadão atento e crítico, de conhecer a realidade, através da vontade, dos sentidos e da inteligência. Vik utiliza imagens ilusórias que se apresentam como um enigma a ser decifrado. Imagens que de perto parecem uma coisa e de longe são outra (Figura 2).

²Freire (2001, p.261) entende como “leitura do mundo” a ‘leitura’ que precede a leitura da palavra e que perseguindo igualmente a compreensão do objeto se faz no domínio da cotidianidade. [...] a leitura do mundo que é feita a partir da experiência sensorial não basta.

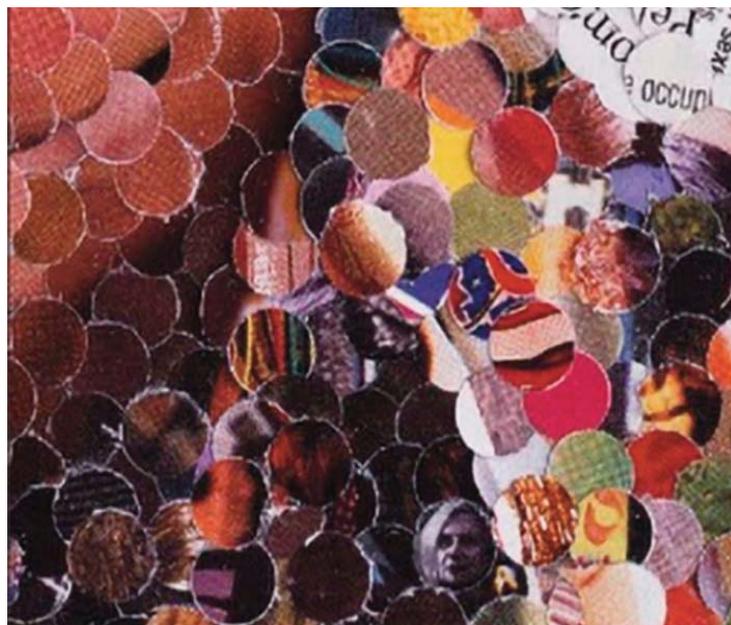


Figura 2 – Detalhe da imagem de Joãosinho Trinta vista de perto, feita com bolinhas de papel de revista

Fonte: <http://www.bp3.blogger.com/>

Segundo Muniz, “é preciso se afastar das coisas para poder descobrir o seu real significado”. Nesse sentido, torna-se possível estabelecer uma analogia entre essa concepção apresentada pelo artista e o necessário recuo que as ciências, inclusive as humanas, precisam fazer em suas investigações em busca da objetividade (Figura 3).

Desse modo, a observação, a indagação e o esforço do visitante, em suas exposições, na tentativa de compreender as obras, transformam-no em um “pesquisador” em potencial. E também, em alguém que busca o entendimento da realidade apresentada pela fotografia-objeto.

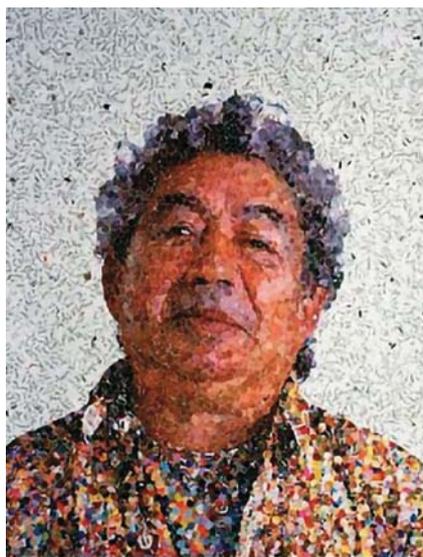


Figura 3 – Figura de Joãosinho Trinta vista de longe, feita com bolinhas de papel de revista

Fonte: <http://www.bp2.blogger.com/>

Suas obras, um híbrido de fotografia e desenho, retratam a complicada relação entre o objeto e sua

imagem, bem como entre a realidade e a percepção da mesma. Sabe-se que, por diversos fatores, as realidades dos contextos sociais, culturais e econômicos não são percebidas, do mesmo modo, pelos diversos sujeitos, mesmo havendo um recuo-se, de sua parte, para observá-las.

O processo criativo de Vik consiste em compor as imagens com os materiais, sobre uma superfície e fotografá-las. Nas séries produzidas, as fotografias, feitas em edições limitadas, são seu produto final.

Trabalha sempre com a idéia, ou seja, uma típica arte conceitual, onde esta é mais importante para o artista do que propriamente a obra. Esta última não é executada diretamente por ele, mas por uma série de profissionais, que nem sempre são artistas, mas que executam seu trabalho. A obra, neste caso, não é de quem a realizou, mas de quem a pensou e projetou.

Seguindo o raciocínio apresentado pelo artista e, sem a intenção de tirar a responsabilidade que cabe a cada cidadão, este modo particular de enxergar os fatos nos faz refletir sobre a verdadeira autoria das barbáries ocorridas quotidianamente. Atribuem-se os referidos acontecimentos aos cidadãos que os realizaram ou a uma sociedade injusta e desigual que cria padrões de exclusão? Isto é, estes atos pertencem a quem os “realiza” ou a quem os “provoca”?

Devido à desigualdade social existente no Brasil, crianças e jovens têm crescido sem preparação para a vida. Muitos não conseguem oportunidades e acabam se tornando marginais ou desocupados, às vezes não porque querem, mas sim por não sobraem alternativas. Marshall (1967, p.73) afirma que “a educação das crianças está diretamente relacionada com a cidadania, e, quando o Estado garante que todas as crianças serão educadas, este tem em mente, sem sombra de dúvida, as exigências e a natureza da cidadania. Está tentando estimular o desenvolvimento de cidadãos em formação”. Pode-se deduzir, por pela afirmação, que esse tipo de Estado manifesta o interesse de propiciar as mesmas oportunidades para todos os cidadãos e, conseqüentemente, evidencia-se seu “desinteresse” em “provocar” padrões de exclusão.

Analisando a educação brasileira, Severino (2000, p.71) afirma que “o quadro da realidade social e educacional do Brasil mostra bem o quanto a existência histórica dos brasileiros está longe de atingir um patamar mínimo de qualidade. Mostra também o quanto é ainda grave o *déficit* educacional em termos quantitativos e qualitativos [...]”. Assim instaura-se a dúvida sobre o interesse do Estado brasileiro em garantir educação de qualidade para todos os seus cidadãos em formação.

Outro fator que agrava a situação de crianças e jovens no Brasil é a violência, crescente a cada dia. Tratar-se-á dela mais adiante. O quadro de não-educação e violência evidencia a ausência de uma cultura política democrática bem como a precariedade dos direitos relativos à cidadania.

Marshall (1967, p.62) pondera que “a desigualdade do sistema de classes sociais pode ser aceitável desde que a igualdade de cidadania seja reconhecida”, fato que não ocorre no contexto brasileiro. Presencia-se aqui um lento processo de formação da cidadania e uma dificuldade no reconhecimento da igualdade de todos perante a lei.

“Narciso”: um Reflexo da Sociedade

O Mito de Narciso (Figura 4), expressando frieza, orgulho e insensibilidade, presta-se à denúncia do egoísmo que caracteriza a sociedade atual. A cultura contemporânea narcísica reproduz conceitos e práticas que não sustentam a alteridade. Por esse motivo, constantemente, devolve o sujeito para o miolo de si mesmo quando este procura referências fora de si, na experiência coletiva. Tal situação ocorre apesar do apelo social e midiático por outro tipo de sujeito.

O individualismo exacerbado surge a partir de mecanismos modernos, que apresentam aos sujei-

tos uma autonomia, aparentemente. Pode-se acreditar que esta aparente autonomia surgiu a partir da emancipação do poder político, da autoridade religiosa e da economia de mercado, esta autonomia é imaginada.



Figura 4 – “Narciso, depois de Caravaggio” (2005), feito de lixo

Fonte: <http://www.oesquema.com.br/>

A exemplo deste mito percebe-se que o modo subjetivo do homem contemporâneo mudou em relação ao homem moderno. As identidades no mundo atual se sustentam mais pela imagem, sensação e corporeidade que pela reflexão, sentimento e pensamento.

Essa constatação assegura que atualmente os cidadãos mais “consomem” ideologias que “cultivam” os ideais que traduzem o bem estar da coletividade. Acreditando no poder das imagens, a arte de Vik pode ser muito útil para despertar os cidadãos adormecidos e provocar uma sensação de desconforto naqueles que se apresentam críticos e sensíveis, levando-os à indignação acerca da supressão dos direitos de alguns.

Segundo Souza (2005, p.66) a “igualdade universal, conceito do século XVIII, deixou o homem no limite da ética. A igualdade justificava a liberdade, mas esta se manifestava de forma imperfeita. O homem enfrenta em harmonia a dualidade de firmar-se como igual entre os outros e ter simultaneamente sua singularidade. O homem busca a personalidade auto-suficiente, mas também se concentra na diferenciação, na desigualdade com o intuito do crescimento mútuo entre os pares, por meio da troca”. Percebe-se o início do desencadeamento de um processo, que substitui a igualdade pela desigualdade.

Com esta substituição, a ausência de alguns valores gera processos não-civilizatórios. Fato que tem acarretado uma crescente dissolução de padrões morais, cognitivos e estéticos, implicando precisamente a radicalização da modernidade e do próprio individualismo. Em busca da superação dessa realidade, torna-se necessário que os indivíduos façam uso, cada vez mais crescente, de suas faculdades reflexivas (Cf. Domingues, 2002). Insiste-se aqui, mais uma vez, nas idéias de Freire que enfatizam a importância do cidadão fazer a leitura do mundo para que busque a compreensão do objeto observado, deso-cultando suas relações com outros objetos.

O papel das artes, enquanto texto não-verbal, na construção realidades é de fundamental importância. Presencia-se, no trabalho de Muniz, o apelo à reflexão, à intuição, à criatividade e à afetividade. Esse apelo emerge como meio necessário ao desenvolvimento da sensibilidade no presente e no futuro. Ela servirá não apenas como instrumento de progresso mas também de humanização, à medida em que

reclama, de forma inalienável, o resgate da dimensão ética do sujeito.

Para Vik, ver é acreditar. Seu objetivo primeiro é “extrair o máximo do espectador e deixá-lo criar o verdadeiro sentido de cada obra”. Afirma ele, “saber se a vida tem algum sentido é difícil de interpretar, e quanto mais concentramos nela, nossa capacidade crítica mais parece escapar-nos, ou evaporar-se como questão inteligível”.

Sísifo: em Busca do Sentido

Do mesmo modo que se reflete sobre o “verdadeiro sentido das obras” torna-se necessário fazer o mesmo, com relação ao “sentido da vida”. Para Bobbio (2004, p.48) “o homem é um animal teleológico, que atua geralmente em função de finalidades projetadas no futuro. Somente quando se leva em conta a finalidade de uma ação é que se pode compreender o seu ‘sentido’”.

O homem contemporâneo guiado pelas imagens, que abandona a reflexão corre o risco de desencadear ações sem sentido. Seus dois traços fundamentais estão em estreita relação: o homem como animal que fala e discorre (*zôom logikón*) e o homem como animal político (*zôom politikón*) (Cf. Vaz, 2001).

Ele é um animal político por ser exatamente um animal de linguagem, sendo a vida ética e a vida política artes de viver segundo a razão. Essas duas características fundamentais do homem se manifestam em atividades dotadas de finalidades específicas, a atividade da contemplação (*theoria*) e a atividade do agir moral e político (*praxis*) (Cf. Vaz, 2001).

Segundo a mitologia grega, Sísifo (Figura 5), era considerado o personagem mais astuto de todos os mortais. Por ter enganado os Deuses, fora castigado, por toda a eternidade, a rolar uma grande pedra de mármore até o cume de uma montanha, sendo que ao alcançar o topo, a pedra novamente retornava ao ponto de partida, transformando todo seu trabalho em algo inútil e sem esperança.



Figura 5 – “Sísifo”, depois de Titian (2005), feito de lixo

Fonte: <http://www.youpode.com.br/>

Esse mito nos remete à finalidade das ações do homem. Questiona as lutas solitárias travadas em prol da igualdade de direitos e do respeito às singularidades do cidadão. Nesta solidão, percebe-se que muitas vezes fica a sensação de poder (conseguir empurrar a pedra até o topo da montanha) e concomitantemente, o sentimento de fracasso (ela retornar ao ponto de partida). Presencia-se que no Brasil, o

“rochedo dos direitos” é, muitas vezes, levado ao cume da montanha, para logo a seguir cair novamente.

A cidadania tem sido uma conquista muito lenta para os brasileiros. Para que ela seja estendida a todos, Bobbio (2004, p. 48) afirma que é necessário que haja “a transposição dessa interpretação finalista da ação de cada indivíduo para a humanidade em seu conjunto, como se a humanidade fosse um indivíduo ampliado, ao qual atribuímos as características do indivíduo reduzido”.

Nesse sentido, mesmo existindo um esforço da coletividade, muitas vezes o seu propósito não é plenamente atingido. Para Carvalho (1998, p.34) “apesar da plenitude dos direitos políticos, permanecem a incerteza e a insegurança quanto ao nosso futuro democrático, sem falar no futuro nacional. Permanece a sensação de que as instituições democráticas [...], ainda não funcionam de maneira satisfatória; de que a democracia é um sonho irrealizado, planta frágil; de que os problemas básicos da população continuam sem solução”.

Muniz afirma que “nada é acidental, não existe diferença entre o representacional e o abstrato. A gente está cansado de ver uma coisa como a outra e vice versa. É só uma maneira de olhar e de ver a coisa. Aí, o espectador é quem define o que é uma e outra”. Se a premissa, enunciada pelo artista, de que nada é acidental, for verdadeira, quem terá condenado o cidadão a rolar tantas vezes este rochedo? Por que ele o faz solitariamente? Qual lição o cidadão pode-se tirar desse mito?

Reforçando a idéia de Muniz de que “nada é acidental” Severino (2000, p.70) chama a atenção dos cidadãos. Ele afirma que “cabe ainda à educação, no plano da intencionalidade da consciência, desvendar os mascaramentos ideológicos de sua própria atividade, evitando assim que se instaure como mera força de reprodução social e se torne força de transformação da sociedade, contribuindo para extirpar do tecido desta todos os focos da alienação”.

Torna-se necessário desvendar os mascaramentos ideológicos porque de acordo com o pensamento semiológico é possível ver uma coisa em outra. Desse modo, os homens podem se enganar ao fazer a leitura de mundo, caso não retirem o envoltório do objeto observado.

A semiologia é ciência geral que tem como objeto todos os sistemas de signos. Ao pensarmos na linguagem verbal, tendo a língua como código, os signos linguísticos são, então, os responsáveis pela representação das idéias, sendo esses signos as próprias palavras que, por meio da fala ou da escrita, associamos a determinadas idéias.

Do mesmo modo que os signos linguísticos apresentam dois componentes: uma parte material (o som ou as letras) - o significante; outra parte abstrata (a idéia) - o significado, Vik desenvolveu obras nas quais é possível fazer duas (ou mais) leituras. Declara que sempre “quis criar imagens que permitissem ao observador fazer leituras múltiplas e que ele se tornasse consciente de sua participação [no mundo]”.

Para o artista, a relação entre a tríade imagem, idéia e realidade se transformou em uma grande confusão. Por este motivo, é possível encontrar várias interpretações para as situações ocorridas no mundo social no qual vivemos. Na diferenciação entre a compreensão através da imagem e a compreensão sobre a imagem estão implícitas posições sobre nossas interpretações e ações cotidianas, que se estendem às teorias da ação, do conhecimento, da percepção e dos signos.

O fato de compreendermos o cotidiano através de imagens significa que nosso mundo e nossa realidade social não são apenas representados de forma imagética, mas também constituídos ou produzidos dessa forma.

Assim, a figura de Sísifo ao representar uma árdua luta para rolar a pedra, pode ilustrar um desafio individual ou planetário, como a luta contra o excesso de lixo produzido pelo homem, por exemplo, ou o sofrimento das pessoas que dele sobrevivem, e infinitas ou-

³Disponível no site: <http://vod-pod.com/watch/1638000-vik-muniz-fala-sobre-sua-carreira>

tras lutas. Nesse sentido, o mesmo significante (a obra), comporta vários significados (as interpretações). Vik afirma que cria apenas 50% da obra, todo o restante dependerá da interpretação de seus espectadores.

Em recente entrevista a um site³ brasileiro, Vik afirma que se relaciona com mundo através da fotografia e de sua arte. Ele se considera um professor e diz ter compromisso com a posteridade e com a educação, pois tem filhos e acredita que seu trabalho tem a responsabilidade de educar e preparar as pessoas para uma relação com a imagem que envolve um pouco mais de discernimento.

Saturno: a Opressão do Cidadão

Nessa ocasião, ele afirmou que “o sujeito não é um consumidor de imagem como vítima é também um produtor de imagem. Assim ele não deve ser enxergado como uma vítima, mas como alguém que faz a sua escolha ao interpretar o que vê”. Percebe-se por essa afirmação que, como professor, Vik objetiva ensinar aos sujeitos a utilizar a reflexão para ler o mundo e a se responsabilizar por suas escolhas.

Freire (2005, p.34) também defende essa relação dialética ao afirmar que os oprimidos hospedam em si o opressor, num processo de introjeção da imagem do mesmo, que se traduz em sentimentos opostos: de rejeição, aversão e ódio, mas ao mesmo tempo, de admiração, adesão e identificação, tornar-se como ele, transformando-se, inclusive, em opressores de outros (Cf. FREIRE, 2005).

Este mesmo autor enfatiza que “a práxis, porém, é reflexão e ação do homem sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido” (2005, p.42). Revela-se assim a importância da reflexão e da ação dos sujeitos sociais na modificação da realidade que outrora se apresenta.

Nesse sentido, a releitura do quadro de Goya, sobre o Mito de Saturno (Figura 6), que devorou cinco de seus seis filhos, por antever que mais tarde um deles iria conseguir tomar o seu lugar, pode representar também a complexa relação que se estabelece entre opressor (Estado) e oprimido (cidadão).



Figura 6 – “A Peste”, baseada na obra: Saturno devorando a um filho, de Francisco Goya, feito de lixo

Fonte: <http://www.luzmaissombra.files.wordpress.com/2009/04/vik..>

Tendo em vista a desproporção entre suas forças, poderes e ideologias, essa interpretação faz emergir a reflexão sobre como a cidadania e as forças exógenas que têm alterado o padrão de desigualdade social, interferem na vida do cidadão. Nesse contexto desigual alguns (opressores) se sentem autorizados a prescrever condutas e procedimentos a outrem (oprimidos). Fato que caracteriza a heteronomia em uma sociedade desigual e injusta.

Nuvens: Retratos de Impermanência

Outra característica interessante de Muniz é que ao concluir uma escultura, ele fotografa e em seguida a destrói, para assim poder reutilizar o material em uma outra peça. Muniz evidencia nessa prática acreditar na impermanência das coisas, na efemeridade e transitoriedade do mundo.

Muniz, produz obras que duram segundos, como por exemplo, uma nuvem (Figura 7) feita à partir da fumaça de um avião. Estes sinais de desaparego justificam a documentação fotográfica de suas obras.

A impermanência, é um dos princípios do ensinamento budista e pilar de toda a sua filosofia, apresenta-se como uma das lições mais caras e difíceis de se aprender. Quase todo o sofrimento humano decorre do apego que mantemos pelas pessoas, objetos ou fatos que marcam a nossa vida. Das obras produzidas por Vik, a fotografia é a única recordação que guarda, por seu desaparego e por serem realizadas com materiais perecíveis, reutilizáveis ou efêmeros.



Figura 7 – “Nuvens” fotografia do céu da cidade de Nova York com uma única nuvem, produzida pela fumaça de uma pequena aeronave
Fonte: <http://www.temavercomigo.files.wordpress.com/2009/06/emp>

O homem sabe que, tudo tem um fim, mas vive como se tudo fosse durar pela eternidade. Por esse motivo acredita-se na possibilidade da mudança, partindo do princípio de que os cidadãos, em parceria, promoverão enfrentamentos contra a perpetuação da educação, da cultura, da ética e de tudo mais que o incomoda e que ainda vigora.

Por este prisma, pode-se acreditar que as situações ocorridas entre opressor e oprimido, a política econômica e a ordem social que evidenciam-se hoje, poderão ser modificadas (um dia a pedra não rolará mais do alto da montanha!).

Uma prova dessa impermanência evidencia-se na transformação dos meios de comunicação. Muniz afirma que “chegando ao século XXI, percebe-se que mudou muito o modo como recebemos as notícias”. Segundo ele, “mais e mais pessoas têm buscado informações através da televisão e da internet, enquanto a circulação de jornais escritos vêm diminuindo. Com a mídia ficando cada vez mais imaterial”, continua ele, “as pessoas se tornam mais vulneráveis aos seus efeitos, perdendo a capacidade de filtrar e olhar criticamente para o que vêem. O cérebro não colhe idéias no canteiro do ócio. É sobretudo pela interação com o material, pelo trabalho, pelo esforço e, em última instância, pelo fracasso, que nós nutrimos o nosso banco de idéias”.

“Atlas”: Cidadania

A série Retratos do Lixo (2008) figura entre as mais célebres do artista.



Figura 8 – “Atlas (Carlão)” (2008), feito de lixo
Fonte: <http://www.vorkurs.com.br>

Ela reúne retratos dos catadores de resíduos recicláveis que atuam no Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, bairro de Duque de Caxias (RJ). O aterro situa-se às margens da Baía da Guanabara, para onde pode verter a qualquer momento. Ocupa atualmente uma área de aproximadamente 1,3 milhões de metros quadrados.

O lixão funciona há 30 anos, possui população de cerca de 20 mil habitantes, 4 mil catadores e grandes bolsões de miséria. Os catadores convivem com as particularidades do local, como o cheiro insuportável, o forte calor nos dias de sol, o lamaçal nos dias de chuva, o trânsito de caminhões transportadores de lixo que espalham resíduos, poeira e produzem constante barulho e as imagens chocantes de toneladas de lixo.

Nessa série, Vik afirma ter representado lados da vida que imaginava que não existissem mais: o lado da injustiça social, da exclusão, da miséria e do descaso com o meio ambiente. O sucesso destas obras oculta uma inacreditável história pessoal, que vai de encontro à sua missão de transformar o lixo em arte.

Depois de pronta, essa arte segue para prestigiadas casas de leilões internacionais. Obras que, muitas vezes, retornam ao Rio para compor as paredes da alta sociedade carioca. Pelas mãos de Muniz, a relação entre lixo e arte, une segmentos tão diferentes da sociedade ressaltando suas contradições.

Carlão (Figura 8), cidadão brasileiro e catador de lixo do Jardim Gramacho, foi registrado em uma de suas obras como “Atlas”, personagem da mitologia grega que segurava o mundo nas costas. Seu único consolo, até o fim de seus dias, era ver suas filhas brilhando como constelações no céu, o que aliviava sua dor e lhe diminuía o pesar por se ver obrigado a cumprir tal pena.

Mais uma vez, Vik consegue estabelecer uma relação entre os elementos mitológicos e aqueles do cotidiano. Evidencia-se que alguns fatos não são meramente narrativas relacionadas aos mitos. Pela desigualdade social constatada, os significados das obras perpassam a vida de mais da metade dos povos do planeta.

Pode-se, por analogia, crer que tanto os catadores de lixo quanto outros sujeitos socialmente marginalizados, “carregam o mundo nas costas” e buscam finalidade ou “consolo” para suas vidas em fatos ora distantes e frequentemente, exógenos à sua existência.

Sabe-se que a vida social é muito conflitante. Uma das bases mais gerais e mais permanentes dos conflitos é o fato de que os seres humanos são, ao mesmo tempo, iguais e diferentes uns dos outros. Muitas vezes as diferenças biológicas também são utilizadas por alguns, para atribuir ou negar valor aos cidadãos produzindo-se assim diferenças no contexto social.

Manifestam-se nessas circunstâncias os preconceitos, a intolerância e a indiferença em relação às singularidades. Estes fatores, aliados ao pouco desenvolvimento dos direitos no Brasil, fazem com que, alguns cidadãos obtenham, injustamente, menos direitos à plena cidadania, que outros.

A produção social da diferença está associada também às relações de força que as transformam em hierarquias. Em regimes não-democráticos essas hierarquias são mantidas pelo uso da força, e as diferenças são fortemente oprimidas. Não há igualdade, há homogeneização pelo silêncio e lógico, pela força. Já em regimes democráticos, há um esforço de “pacificação” para reduzir as manifestações abertas de força. Assim a regulação das lutas sociais abre espaço para a aceitação de reivindicações dos sujeitos socialmente inferiorizados. Regimes democráticos não garantem de antemão a igualdade entre os cidadãos, mas geram a possibilidade de que ela venha a ser atingida, aos poucos.

Outra característica de regimes democráticos é que, contraditoriamente, o mesmo processo gerador do conflito social, e do crescimento gera, ao mesmo tempo, as hierarquias de poder que permane-

cem e tornam-se legitimadas (Cf. Silva, 2003).

Conforme já afirmado, apesar da política social brasileira encontrar tamanho acolhimento na Constituição de 1988, poucos direitos ali expressos estão sendo praticados ou ao menos regulamentados, quando assim exigem. Os ataques aos direitos sociais, em nome de algo que se pode intitular de “neoliberalismo tardio” ou em nome da “modernização”, alimentam-se no campo da política social, de forma geral, de falsas polêmicas (Cf. VIEIRA, 2001).

Refletindo sobre a violência, percebe-se que ela tem se tornado um dos principais fatores de demonstração das insuficiências do Estado de Direito no momento atual. Pelo Estado de Direito nenhum indivíduo está acima da lei. Os governos democráticos exercem a autoridade por meio dela e estão eles próprios, sujeitos aos constrangimentos por ela impostos.

Nesse sentido, a violência se “produz” e “reproduz” de modo circular, evidenciando que, se suas causas não são elaboradas e conscientizadas, perpetua-se de modo pernicioso na dinâmica de organização da vida social. Reitera-se o valor a atividade da contemplação (*theoria*) e da ação (*praxis*) dotadas de finalidades específicas para a transformação da realidade.

O compromisso moral em sociedade possui duas vertentes. A primeira é caracterizada pelo compromisso da manutenção de uma interação fundada em mecanismos de evitação da degradação das interações. O segundo, pelo compromisso de promoção de formas de encaminhamento de conflitos que sejam capazes de traduzir a sensação fundamental de que o pacto do convívio social não se rompe. Mesmo sob a constante ameaça de atos de injustiça e violência.

No entanto, a retomada em escala progressiva da violência tem feito com que se coloque em dúvida o fato de que se vive efetivamente em civilização. Nesta perspectiva, entende-se que o espaço do discurso, que vem sendo suprimido, é o espaço do gozo intersubjetivo, da comunhão, da explosão de vida em conjunto. A negação deste espaço é a afirmação dos princípios de guerra e morte.

Para Bobbio (2006, p.191), o diálogo, é mais que uma vocação, é uma necessidade. A primeira condição para que ele seja possível é o respeito recíproco, que pressupõe o dever de compreender lealmente aquilo que o outro diz. E mesmo que não se esteja de acordo procura-se contestá-lo sem animosidades, expondo argumentos prós e contras. Se o diálogo se interrompe por não conduzir a um acordo, não há nada de mal. Pode-se retornar a ele em um outro momento.

Celebridades: Real e Realidade

Na série Revistas (2005) Vik faz uma reflexão sobre a dificuldade de estabelecer um diálogo entre a imagem da pessoa real com a da celebridade. Milhares de pedaços de revista são, oportunamente, utilizados para montar uma pessoa através da sua imagem (Figura 9).

Muniz elabora intrincados retratos compostos com papel picado sobre fotografias de personalidades, celebridades e rostos anônimos. Seu objetivo é lidar com a percepção, a memória e provocar a ilusão em relação a imagens que são, em primeira instância, amontoados de papel picado, mas que se transformam perante o recuo do olhar em rostos conhecidos ou de pessoas do cotidiano.

⁴Aparelho de óptica, onde a cada movimento, alguns cristais e contas de vidro de cores, por meio de um sistema de espelhos refletores, tomam a aparência de figuras simétricas multicores e variáveis.



Figura 9 - Seu Jorge, feito com bolinhas de papel de revista

Fonte: <http://www.leituraprivada.files.wordpress.com>

Muniz afirma que “todo mundo é de uma forma ou de outra, produto da mídia. Mesmo quando alguém simplesmente fala de você para outra pessoa, porque a fala é um meio de comunicação. O que chega às pessoas é uma imagem fragmentada, pedacinhos de informação que vão formando esse *composé* que é a idéia que se faz de uma pessoa. Mas que nunca chega a ser a pessoa de verdade”.

Na instalação *Princípios* (1997) Vik apresenta formações de micróbios em um caleidoscópio⁴, formações essas que são imaginadas por cientistas. Quando o observador gira a maçaneta e muda o foco do aparelho, muda-se também, a forma e a definição das imagens. Percebe-se claramente que o objetivo de Muniz é mostrar que nossos sentidos nos enganam, é possível ver aquilo que não existe. O artista ressalta que é preciso “duvidar daquilo que ninguém sabe se vai poder saber”.

Acredita-se que, em grande medida, esse jeito irreverente e contestador de Vik Muniz deve-se ao fato de ele mesmo anunciar “sou artista por coincidência, nasci professor”. Assim fica a imagem de que tanto quanto produzir arte, ele deseja ensinar (e aprender) com as pessoas que visitam suas exposições.

Reflexão, Criatividade e Liberdade

Depoimentos colhidos com pessoas que visitaram a exposição de Muniz mostram claramente que ele consegue expressar mais do que sua arte. Cibele Nardi, estudiosa das relações humanas, afirma que “o resultado de suas experiências com diversos materiais é surpreendente e os textos explicativos de cada processo criativo são ainda mais reveladores. Revelam um artista que reinterpreta, transforma, recria e cria a partir do mundo. Tudo está a sua disposição. Tudo com uma intenção”. Esta intenção aparece quando o espectador consegue atribuir à obra seu real significado.

Carlos Roberto Jamil Cury, especialista em políticas públicas para a educação, concebeu “a exposição [como] uma síntese entre a arte e o social. Não se abdica do estético e nem se dissimula a contradição do social. Ela é uma exposição imperdível e chocante”. Percebe-se em suas palavras que Muniz conseguiu fazer da arte um instrumento de denúncia do caótico

⁵ Informação disponível em: <http://www.masp.art.br/exposicoes/2009/vik/>

contexto social brasileiro.

“Vik se tornou um fenômeno de comunicação”, impressiona-se Leonel Kaz⁵, responsável pela vinda da exposição ao Brasil. “Raramente um artista contemporâneo provocou neste país uma mobilização desse porte, aproximando o grande público da grande arte. Isso se deve, por um lado, à mágica da obra de Vik, por outro, a uma montagem compreensível que permitiu a cada visitante exercer a sua própria liberdade do olhar. Percebe-se com essa atitude do artista, o respeito que tem por cada cidadão, no que diz respeito aos modos de enxergar a realidade que o rodeia.

Por esses depoimentos nota-se a importância que se atribui à reflexão feita pelo sujeito, à criatividade para fazer denúncias e à liberdade de expressão. Esses três imperativos do ser humano permitem a Vik Muniz criar obras inusitadas.

Eles denotam que o artista consegue, a partir de sua obra, mesmo que, *à sombra de uma denúncia*, indignar o cidadão e despertá-lo para os acontecimentos a sua volta. Assim é possível perceber o quanto se tem desrespeitado os direitos civis e humanos dos cidadãos, no contexto social brasileiro.

Sem “dar as costas”

Conclui-se que apesar da crença de que as pessoas são capazes de fazer escolhas racionais, percebe-se a dificuldade do indivíduo rumo a sua emancipação frente à ignorância. Por mais que muitos se sintam oprimidos, tem persistido a fraqueza dos sujeitos frente à necessária transformação do/no mundo.

Nesse sentido, os cidadãos precisam aprender a não “dar as costas” para os problemas sociais, eliminar a prática da dominação e a viver a liberdade, o respeito, a criatividade (Figura 10) e a ética. Somente assim será possível dar a todos os cidadãos brasileiros a igualdade de direitos, garantindo sua cidadania e superando as desigualdades existentes.

Sabe-se que a educação não pode ser considerada uma alavanca da transformação social. Ela pode dubiamente contribuir, por um lado, para disfarçar as relações de poder, legitimando-as ideologicamente, e por outro, pode também contribuir para a formação da consciência das contradições no plano da realidade objetiva.

Desse modo, dois grandes desafios são postos para o Brasil do século XXI. O primeiro é garantir a igualdade de direitos e o segundo, o acesso, a permanência e a qualidade na educação, ambos para todos. Nota-se assim, que ainda falta muito para que o país evolua em termos de cidadania.



Figura 10 – “Auto-retrato de costas”, feito com bolinhas de papel de revista

Fonte: http://www.ruafaro.blogspot.com/2009_02_01_archive.html

REFERÊNCIAS

- BITTAR, E. C. B. Violência e realidade brasileira: civilização ou barbárie? **Rev. Katál.** Florianópolis v. 11 n. 2 p. 214-224 jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/8852/8189>>. Acesso em: 21 nov. 2009.
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. In: _____. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- _____; POLITO, Petro. O ofício de viver, o ofício de ensinar, o ofício de escrever. **Estudos Avançados**. 2006, vol. 20, n.58, p. 189-209. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142006000300019&script=sci_arttext>. Acesso em 18 out. 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. **A cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- DOMINGUES, José Maurício. Reflexividade, individualismo e modernidade. **Revista Brasileira de Ciência e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-9092002000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 nov. 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, ago. 2001.
- Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 dez. 2009.
- MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- SEVERINO, Antônio J.. Educação, trabalho e cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. **São Paulo Perspectiva**. 2000, vol.14, n.2, p. 65-71. Disponível em: <[www.scielo. br/pdf/spp/v14n2/9790.pdf](http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9790.pdf)>. Acesso em: 11 out. 2009.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da. Cidadania, democracia e justiça social. In: ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA, 2003, Rio de Janeiro. **Rio a democracia vista de baixo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2003. p. 25-32.
- SOUZA, Vanessa Karla Mota de. Individualismo e cultura. CAOS - **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. Número 9, set. de 2005, p. 61-73. Disponível em: <[www.cchla. ufpb.br/caos/vanessakarla.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/caos/vanessakarla.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2009.
- Vaz, Henrique C. Lima. Antropologia Filosófica I. Edições Loyola, 2001.
- VIEIRA, EVALDO. A política e as bases do direito educacional. **Cadernos CEDES**, Campinas, vol.21, n.55,p.9-29,nov.2001.

Longe de suas esposas, mas ainda em família: o concubinato adúltero como condições para as mestiçagens (Sabará, século XVIII)¹ *Far from their wives, but still in the family: the adulterous concubinage as conditions for the mestiçagens (Sabará, eighteenth century)*



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v11i2.2631>

Igor Bruno Cavalcante dos Santos

Mestre e Doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Professor e Coordenador da Rede de Ensino Gênesis.

E-mail para contato: igor366santos@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0002-6206-0215>

Recebido em: 05/09/2018 – Aceito em 26/09/2018

Resumo: O presente artigo, elaborado sob a égide de uma vertente sociocultural da História e utilizando como fontes de pesquisa as devassas eclesiais referentes à comarca de Sabará no transcurso do século XVIII, mais especificamente correspondente à primeira metade dessa centúria, tem como tema central a análise das uniões mistas constituídas sob a forma do “concubinato adúltero”. Ao analisar essas relações, busca-se pensá-las no contexto de conformação da sociedade sabarense colonial e, nesse processo e sentido, em que medida tais relações se apresentaram como resultados e resultantes do intenso e complexo processo das mestiçagens físicas e, principalmente, culturais da referida comarca. Esse artigo visa contribuir com uma historiografia recente que investiga a história da família, escravidão e das mestiçagens na América portuguesa.

Palavras chave: Família. Escravidão. Concubinato. Mestiçagens.

Abstract: This currently article was elaborated under the aegis of a socio-cultural aspect of the History, using as sources of research the ecclesiastical devassas referring to the region of Sabará on the course of the eighteenth century, more specifically corresponding to the first half of this century, has as its central theme the analysis of the mixed unions constituted in the form of “adulterous concubinage”. In analyzing these relationships, we try to think of them in the conformation context of the colonial Sabarian society and in this process and sense to what extent those relationships on their own results and also results of an intense and complex process of the physical and mainly cultural mestiçagens of that region. This article aims are to contribute to a recent historiography that investigates the history of the family, slavery and the mestizos in Portuguese America.

Keywords: Family. Slavery. Concubinage. Mestiçagens.

Introdução

O concubinato adúltero escondeu (ou tentou fazê-lo) uma infinidade de significados e significantes que, dentre vários aspectos, nos ajudam a perceber uma valorização, entre os portugueses, pelo estado conjugal e uma possível saída para aqueles que buscavam evitar o crime de bigamia, que consistia no fato de se adquirir um segundo matrimônio.

¹Este artigo é parte dos resultados obtidos em minha Dissertação de Mestrado intitulada “As famílias plurais e as contribuições para uma sociedade mestiça na comarca de Sabará (1720-1800)”, orientada pela professora Dra Andréa Lisly Gonçalves na Universidade Federal de Ouro Preto e defendida em março de 2017.

²Donald Ramos defendeu que a prática do concubinato fez parte do universo familiar colonial. O autor constatou que o amancebamento foi recorrente e largamente adotado em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Fernando Torres Londoño, por sua vez, compartilhando de um ponto de vista similar, conferiu ao concubinato o status de organização familiar, principalmente nos casos em que a estabilidade do casal pode ser verificada. Sobre isso, ver em RAMOS, Do Minho a Minas, p. 132-153; LONDOÑO, A outra família, 1999.

Distantes de sua terra de origem e do centro regulador de poder e tomada de decisões, inúmeros portugueses, já casados no reino, encontraram nas relações de amasiamento maneiras alternativas para que pudessem viver novos amores e constituir novas e distintas famílias na América portuguesa. Famílias, essas, proibidas por leis e aceitas pelos costumes.

A vinda para a colônia favoreceu a escolha pelo estilo de conjugalidade aqui experienciada por inúmeros homens de Portugal². Ao virem para o lado de cá do Atlântico, não foram poucos os que chegaram com o intuito de tentar a sorte e por aqui decidiram ficar e constituir novos arranjos familiares que, em muito, lembraram o padrão português de família.

Uma vez casados no reino, esses homens sabiam que um novo matrimônio seria passível de uma punição mais severa por parte do Estado e, principalmente, da Igreja Católica. Para resolverem esse impasse, a saída encontrada por muitos fora adaptar-se ao meio e, mesmo casados, arranjam-se por aqui mesmo, constituindo novos arranjos familiares, ou, como definiu Londoño, “outras famílias”.

Casados, Migrantes, Concubinos e Mestiços.

Na primeira metade do século XVIII, mais especificamente no dia 22 de fevereiro de 1734, Manoel de Oliveira provou do sabor amargo contido nos tentáculos do tribunal eclesiástico instaurado na comarca de Sabará e Pitangui entre os anos de 1733 e 1734. Morador em Santo Antônio do Bom Retiro da Roça Grande, comarca de Sabará, Manoel apareceu entre os autos da devassa reconhecendo a sua culpa por se manter amasiado com uma preta forra de nome Dominga Martins³.

O português fora condenado pelo crime de concubinato em primeiro lapso e sentenciado, por essa razão, a pagar o valor pecuniário que lhe competia em função do delito praticado⁴. Seguindo o ritual comum ao processo em curso, Manoel aceitou a admoestação feita pelo visitador Dom Lourenço José de Queiros Coimbra, pagou o valor de três mil réis que lhe cabia como parte da pena e prometeu emenda, o que, segundo as normas e o acordo estabelecido entre as partes, implicava, ao condenado, apartar-se da “ilícita comunicação”⁵ que mantinha com sua cúmplice.

Sabemos, por meio de uma historiografia recente⁶, que na instituição escravista coexistiram violências de todos os tipos, mas, igualmente, estratégias de resistências diversificadas. Além disso, também é fato constatado que, no universo das alforrias, as mulheres foram quem mais se beneficiaram dessa possibilidade. Conforme destacaram inúmeros autores, muitas das cartas de alforrias foram concedidas a mulheres devido, exatamente (mas não exclusivamente), à sua capacidade de se relacionar com seus senhores, inclusive lançando mão de afetividades reais.

Neste caso, porém, não consta ter sido Dominga uma escrava alforriada por Manoel. Apesar disso, tal enlace afetivo, corrobora a assertiva que procuramos defender ao longo deste artigo: o fato de que esse tipo de união favoreceu o complexo e dinâmico processo das mestiçagens construídas e reproduzidas nas Minas setecentistas, bem como o desenrolar do que chamei, noutro estudo, de “famílias plurais”, isto é, uma “variedade de comportamentos conjugais que se apresentaram enquanto resultados e resultantes das dinâmicas internas vividas na colônia e que contribuíram para externar, ainda mais, as diferenças existentes e atribuídas ao sentido de família pelos múltiplos grupos sociais envolvidos”⁷.

Posto isso, retornamos ao caso do português Manoel de Oliveira, uma realidade

³AEAM, Devassas, dez./set. de 1733-1734, liv. 2, f. 42.

⁴A arrecadação com os delitos de concubinatos foram, de longe, as mais expressivas, e isso se deveu aos elevados índices de ocorrência da mancebia nas Minas Gerais colonial. Constava, na legislação, que sendo o casal condenado em primeiro lapso de concubinato, tanto o homem quanto a mulher deveriam pagar a quantia de 3 mil réis, cada, como parte de sua pena. Em segundo lapso, essa quantia aumentava para 6 mil réis. Havendo nova reincidência, o valor chegava a 9 mil réis. Se o casal insistisse em uma quarta vez, a prisão ou excomunhão poderiam ser aplicadas como medida punitiva. Esse valor poderia, também, ser revestido em oitavas de ouro, correspondendo à seguinte forma: primeiro lapso, 2 oitavas de ouro, segundo lapso, 4 oitavas de ouro e, terceiro lapso, 6 oitavas de ouro.

⁵AEAM, Devassa, idem.

⁶Sobre isso, ver, dentre outros, em PAIVA, Escravidão e universo cultural na colônia, 2001; Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII, 2009; FURTADO, Diálogos oceânicos, 2001; Chica da Silva e o contratador dos diamantes, 2003; SANTOS, Famílias plurais, 2018.

⁷SANTOS, Famílias plurais, p. 114.

⁸AEAM, Devassas, dez./set. de 1733-1734, liv. 2, f. 42.

muito mais complexa do que aparenta ser e que ainda pode nos dizer mais acerca das relações familiares vividas sob a forma adúltera do amasiamento.

Consta, nas observações feitas pelo visitador Dom Lourenço José de Queiros Coimbra, que o português Manoel era casado em Lisboa e que, igualmente como parte de sua sentença, deveria “lançar para fora de sua casa” a dita Dominga Martins “no termo de dois dias”. E para que não recaísse sobre ele um castigo mais severo, foi exortado que, no prazo de seis meses, pudesse retornar ao reino e retomar o seu estado matrimonial. Tais exortações foram registradas da seguinte forma pelo visitador em questão:

Com cominação de ser com maior rigor castigado e censurado lhe mandou que em termo de dois dias a lance [Dominga Martins preta forra] fora da casa com pena de excomunhão maior. E em termo de seis meses vá fazer vida com sua mulher debaixo da mesma casa. E também a pagar valor pecuniário.⁸

O fato de Manoel ser casado no reino e viver amancebado na região das Minas o colocava no rol daqueles que cometiam o delito do “concubinato adúltero”⁹. Entretanto, vale destacar outro ponto que nos permite perceber traços representativos acerca da complexidade sociocultural e das múltiplas intencionalidades que perpassavam os meandros das dinâmicas familiares na América portuguesa, a saber: a reincidência de relações concubinárias atrelada, por algumas razões, à desobediência aos acordos previamente realizados e à omissão de situações e pontos circunstanciais que diziam respeito a particularidades referentes à vida dos agentes envolvidos. Apesar disso, fiquemos, por ora, nos detalhes referentes à vida do reinol Manoel de Oliveira, pois a sua história não para por aqui.

Em outra devassa realizada na comarca de Sabará e Pitangui, dessa vez entre os anos de 1748 e 1750, pode-se perceber que o português Manoel de Oliveira voltou a aparecer e, igualmente, compôs a extensa lista dos condenados por concubinato¹⁰. Manoel apareceu como morador da região de Nossa Senhora da Boa Viagem de Curral Del Rei no Arraial de Contagem e amancebado com uma mulher mestiça cujo nome era Maria Moreira Mulata Vistas. Essa sua nova condenação dera-se em 14 de setembro do ano de 1748 e evidencia-nos o fato de não ter surtido efeito a admoestação recebida outrora¹¹, em 1734, bem como a fragilidade do acordo realizado entre o português devasso e o visitador Dom Lourenço José de Queiros Coimbra. Além, é claro (e como não podemos deixar de considerar), do próprio interesse pelo estado conjugal adotado pelo reinol e por sua amásia.

Vale destacar que, para além da fragilidade do acordo firmado entre o devasso e o representante da ordem e dos “bons costumes”, como supracitado, as relações sociais construídas no mundo colonial traziam como princípio constituinte o interesse pela mobilidade, ascensão, preservação ou não no status dos variados indivíduos que tiveram uma sociedade desigual, altamente hierarquizada e que mantinha enquanto estrutura de funcionamento as características de uma sociedade escravista e com práticas do Antigo Regime¹². Feita essa ressalva, voltemos ao ponto em que estávamos.

Não obstante constar no registro de sua primeira condenação que Manoel de Oliveira era casado em Lisboa, no segundo ele aparece qualificado como solteiro pelo visitador Miguel de Carvalho Almeida e Matos. Nesse caso, do crime de “concubinato adúltero”, passara a ser julgado entre aqueles que praticavam o chamado “concubinato simples”, quando os envolvidos eram solteiros.

Devido a razões por nós desconhecidas, Manoel se livrou da pena de segundo lapso, quando deveria pagar o valor de 6 mil reis às autoridades, e igualmente por constar ser solteiro, livrara-se, mais uma vez, do risco de ser denunciado pela prática de bigamia.

É pouco provável, ainda que a constatação não tenha sido possível, que a omissão do seu estado de casado tivesse a ver, mesmo que implicitamente, com uma pos-

⁸Sobre isso ver, também, em CER-CEAU NETTO, Um em casa de outro, 2008.

¹⁰AEAM, Devassas, ju./jan. de 1748-1750, f. 16.

¹¹Em seu livro “Barrocas Famílias”, Luciano Figueiredo faz uma análise criteriosa acerca dos casos de concubinatos existentes em Minas. Dentre vários pontos levantados pelo autor, um deles diz respeito ao fato das famílias fragmentadas, como ele definiu, formarem-se a despeito das normas e fiscalizações impostas pelas autoridades da época. Cf. FIGUEIREDO, Barrocas famílias, 1997.

¹²Sobre as diferenças constitutivas da sociedade da América portuguesa, ver em LARA, Fragmentos setecentistas, 2004.

¹³A respeito das condições necessárias para se estabelecer vínculos matrimoniais, o que implicava os famosos pedidos de “dispensas matrimoniais”, ver, dentre outros, em GOLDSCHMIDT, Casamentos mistos, 2004; LOTT, Na forma do ritual romano, 2008.

sível viuvez por parte do português. Isso se justifica pelo fato de que sendo a sua intenção um possível e futuro matrimônio, a declaração confirmada de sua condição de viúvo seria um facilitador e não um dificultador no processo de pedidos de dispensas matrimoniais¹³.

Para além desse aspecto, é sabido que, no ato da feitura documental, algumas características e informações importantes sobre os agentes envolvidos eram modificadas e, em alguns momentos, suprimidas por aqueles que se encarregavam de oficializar o registro. Nesse sentido, podemos inferir que essa possa ter sido a causa da supressão da condição sociojurídica de “casado” do português Manoel de Oliveira.

Como ressalva, vale destacar que apesar de não sustentar essa ideia, bem como vê-la demasiadamente remota, reconhecemos que podemos estar, no caso de Manoel de Oliveira, frente a um caso intrincado de homonímia. Porém, sustentando-nos em vasta e recente historiografia que defende a migração enquanto um aspecto incentivador das constituições de famílias não sacramentadas pela Igreja, de outra parte relevante que defende tais enlaces conjugais enquanto opção dos contraentes, bem como de outra, ainda, que nos permite pensar o concubinato enquanto possibilidades de se interpretar a família a partir de universos culturais distintos e enquanto fruto das dinâmicas de mestiçagens verificadas nos territórios coloniais, além, é claro, da documentação que ainda será mencionada, acreditamos que tenha se tratado do mesmo indivíduo e que Manoel compõe mais um dos complexos casos que circularam e transitaram pela Sabará setecentista.

Como podemos notar na tabela a seguir, entre a documentação consultada, os casos referentes às sentenças proferidas para homens viúvos constituíram a menor parte entre os condenados por concubinato.

Tabela 1

CASOS DE CONCUBINATO, SEGUNDO O ESTADO JURIDICO E SEXO DOS SENTENCIADOS

		SEXO		Total
		HOMENS	MULHERES	
CASADOS	N	27	18	45
	%Total	2,7%	1,8%	4,6%
SOLTEIROS	N	510	408	918
	%Total	51,7%	41,4%	93,1%
VIUVOS	N	8	1	9
	%Total	,8%	,1%	,9%
CELIBATARIOS	N	14		14
	%Total	1,4%		1,4%
Total	N	559	427	986
	%Total	56,7%	43,3%	100%

Fonte: AEAM e CEDIC-BH, Livros de Devassas Eclesiásticas entre 1727 – 1756.

Verificamos, a partir da tabela retratada, que em um total de 559 homens sentenciados, 27 eram casados, 510 solteiros, 8 viúvos e 14 celibatários. Torna-se evidente, portanto, que além do fato da prática do amancebamento ter prevalecido no universo dos homens solteiros das Minas Gerais colonial, entre os declarantes viúvos, constatou-se um montante que perfazia a minoria entre os condenados.

No que diz respeito aos cúmplices, que constam na Tabela 6, os dados apresentam-se com poucas variações.

Tabela 2

CASOS DE CONCUBINATO, SEGUNDO O ESTADO JURIDICO E SEXO DOS CUMPLICES

		SEXO.C		Total
		HOMENS	MULHERES	
CASADOS	N	20	33	53
	%Total	2,0%	3,3%	5,4%
SOLTEIROS	N	400	523	923
	%Total	40,6%	53,0%	93,6%
VIUVOS	N	2	3	5
	%Total	,2%	,3%	,5%
CELIBATARIOS	N	5		5
	%Total	,5%		,5%
Total	N	427	559	986
	%Total	43,3%	56,7%	100%

Fonte: AEAM e CEDIC-BH, Livros de Devassas Eclesiásticas entre 1727 – 1756.

Nessa segunda tabela, os números totais mudaram, bem como as suas importâncias, para o universo sociocultural da colônia. Porém, o que interessa observar aqui é o fato de que, entre os cúmplices, os viúvos também permaneceram em último lugar na soma final.

Tendo essas duas tabelas como parâmetro quantitativo e representativo, é plausível pensar que a omissão do estado civil de Manoel, bem como de outros que serão contemplados, tivesse mais a ver com o medo de uma represália e/ou de uma condenação maior caso o tribunal suspeitasse do crime de bigamia, do qual inclusive já escapou da primeira vez, do que de uma omissão de sua viuvez, como já dito.

Decorrente do fato de já possuir um matrimônio e, ainda assim, optar por outro, o crime de bigamia já constava nas Ordenações Afonsinas no século XV, e é possível que, desde então, os portugueses já convivessem com o medo de uma acusação dessa monta e, conseqüentemente, uma sentença envolvendo tal prática. Para o crime de bigamia, por ser considerado grave, não era necessário fama pública, conforme constava no item 6 do Regimento do Auditório Eclesiástico: “Se algum homem está casado com duas mulheres vivas ou mulheres com dois maridos, ainda que desses não haja fama”¹⁴.

Nesse sentido, como constata Rangel Cerceau Netto:

[...] a ação eclesiástica causava medo e perseguições, não seria surpresa que um dos motivos para os portugueses viverem em relações consensuais no Brasil, e não instituírem um novo matrimônio tenha sido justamente o medo da inquisição. Pelo menos para aqueles homens já casados, ser acusado do crime de bigamia, era a ruína, podendo levar até a morte¹⁵.

Outra inferência possível para o caso de Manoel de Oliveira seria relacionar a ocultação de seu casamento no reino à notória mobilidade vivida pelo português na capitania.

Mover-se pela colônia era algo comum, pois poderia ser justificado pela própria necessidade resultante das atividades de comércio e/ou mineração, quando dos esgo-

¹⁴Regime do Auditório Eclesiástico, Título VIII, 85-90.

¹⁵CERCEAU NETTO, Entre as formas de se pensar e as maneiras de se viver, 2017. p. 113.

¹⁶RAMOS, From Minho to Minas, p. 142

¹⁷AEAM, Devassas, dez./set. de 1733-1734, f. 78 v.

¹⁸AEAM, Devassas, idem.

¹⁹AEAM, Devassas, ago./jan. de 1748-1750, f. 71.

tamentos dos veios e sua consequente necessidade de descoberta por novas possibilidades. Tal situação, por ter sido notável e constante, levou Donald Ramos a afirmar que “a migração parece ser um aspecto comum da vida no século XVIII, tanto em Portugal como na sua colônia brasileira”¹⁶.

O português Diogo de Moraes Pereira, morador na Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, parece ter vivenciado um caso semelhante envolvendo migração, porém interna, e pode nos ajudar a compreender melhor a realidade evidenciada por Donald Ramos e constatada na documentação pesquisada.

Diogo, ao contrário de Manoel que era casado no reino, constava ter um matrimônio no Rio de Janeiro. Porém, no ano de 1734, foi sentenciado pelo crime de concubinato adúltero por manter uma “ilícita comunicação” com uma mulata forra de nome Vitória dos Santos¹⁷.

“Consta que o dito é casado no Rio de Janeiro, mas vive amasiado com a dita Vitória. Sendo assim, coube ao visitador Dom Lourenço José de Queiros Coimbra exortar o português que, “em termo de dois meses”, “fosse fazer vida com a sua mulher” e que, não cumprindo com essa admoestação, deveria arcar com o pesar de um castigo e uma censura mais rigorosos, cujo até a pena de degredo fora mencionada nos autos da devassa¹⁸.

Antônio da Costa foi outro devasso que utilizou da migração para ocultar o seu matrimônio. No dia 12 de maio de 1749, na freguesia de Santa Rita do Rio Acima, comarca de Sabará, o português apareceu sentenciado pelo crime de concubinato adúltero e admoestado a “não consentir mais em atos ilícitos com a dita Perpétua Segra [sic]”¹⁹. Já no dia 8 de novembro de 1756, tendo se passado sete anos de sua primeira sentença, e ocorrendo na freguesia de Nossa Senhora do Pilar, igualmente comarca de Sabará, Antônio aparece condenado por viver amancebado com outra mulher: Josefa Soares Pinheira²⁰. Essa, por sua vez, destacou como cúmplice o próprio Antônio da Costa e apareceu recebendo sentença na mesma devassa²¹.

Vale destacar, nesse caso, que em sua primeira advertência pastoral consta entre as observações do castigo que Antônio, após ter recebido a sua sentença, “foi perdoado por mostrar licença da mulher estando nestas Minas e para poder voltar [...] confessava a culpa, aceitava a admoestação e prometia emenda”²².

No registro referente à primeira sentença, Antônio aparece assinando o termo de culpa por reconhecer o seu erro, especialmente por constar ser casado e ainda assim viver uma relação consensual com outra mulher. Em sua segunda condenação, eis que surge o crime cometido pelo reinol qualificado como concubinato simples, isto é, em que ambos os envolvidos atestam ser solteiros. Sendo o português Antônio casado, como poderia ter sido condenado na forma simples de concubinato? Possivelmente a sua história, bem como a resposta a essa questão, estejam próximas das realidades vivenciadas pelos reinos Manoel de Oliveira e Diogo de Moraes Pereira, anteriormente mencionadas, e às possibilidades difusas acerca dos registros documentais.

É possível perceber, a partir da leitura e análise dos dois casos do português Antônio da Costa, que, uma vez mais, além de o acordo entre o devasso e o tribunal eclesiástico não ter sido respeitado e cumprido, a migração pode ter sido utilizada como fator determinante para a fuga da freguesia onde foi outrora condenado, além de também podermos inferir que a constituição de uma outra família por parte do reinol pode ter sido possível mediante a decisão de deixar a sua esposa à sua espera e aqui ter encontrado outras razões que o fizeram permanecer.

Dessa forma, é possível concordar com a proposta de Donald Ramos e, para além

²⁰AEAM, Devassas, ago./ fev. de 1752-1756, f. 8 frente A.

²¹AEAM, Devassas, idem., f. 8 frente B.

²²AEAM, Devassas, ago./jan. de 1748-1750, f. 71.

²³Dentre alguns trabalhos que nos ajudam a pensar os aspectos econômicos de Minas a partir da intensa mobilidade de seus agentes e da diversidade em suas atividades, destacamos PAIVA, Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII, 2009; FURTADO, Homens de negócio, 2006; IVO, Homens de caminho, 2012; LOPES, Vigilância, distinção e honra, 2014.

do contexto econômico por ele destacado em seu trabalho, pensar que a migração também atuou enquanto propiciadora de inúmeros arranjos familiares constituídos ao avesso do que preconizava a moral cristã nas longínquas Minas Gerais setecentistas. Agindo dessa maneira, intensificaram ainda mais as mesclas biológicas e culturais processadas na sociedade colonial.

Em outras palavras, o traslado pelo atlântico favorecia, não resta dúvidas, a constituição de outras famílias nas Minas setecentistas. Entretanto não apenas a vinda do reino para a América favorecia e ajudava na ocultação dos matrimônios outrora constituídos (lá ou cá), as constantes e intensas migrações internas também atuaram nesse sentido. E, diga-se de passagem, em inúmeros casos foram exitosas.

Sendo assim, e reconhecendo mais uma vez a importância do estudo de Ramos, podemos considerar a assertiva desse autor válida para o contexto mineiro no setecentos. Principalmente por ter se tratado de uma capitania em que predominou uma estrutura econômica diversificada²³ e propícia aos fluxos migratórios de diversos tipos e originados por interesses também variados (e, por que não, incluir o aspecto familiar nesse processo?).

Por essa razão, e em função de outros fatores como o interesse mesmo dos sujeitos envolvidos, a prática do concubinato adúltero foi algo relevante no universo colonial mineiro e, como já dito, expressou, por um lado, o medo de se cometer o crime de bigamia e, por outro, a valorização da vida conjugal por parte de muitos dos homens portugueses vindos para o Novo Mundo.

Deixemos os casos dos portugueses Antônio da Costa, Diogo de Moraes Pereira e, principalmente, Manoel de Oliveira, mais explorado até aqui, um pouco de lado para que, por meio de outros registros, possamos analisar mais características concernentes ao concubinato adúltero que nos permitem compreender um pouco mais das dinâmicas das famílias nas Minas setecentistas bem como tecer outras considerações a seu respeito.

Tendo chegado às terras coloniais, podemos pensar que não foram poucos os portugueses que trouxeram em suas bagagens, além de intenções pelo enriquecimento rápido e fácil, o desejo de se constituir famílias no lado de cá do Atlântico. Partindo desse pressuposto, relativizamos a assertiva de Júnia Ferreira Furtado quando a autora destacou que: “em busca de novas oportunidades de enriquecimento e ascensão e, uma vez nas Minas, também não costumavam [os portugueses] se enraizar ou constituir famílias”²⁴.

Acredita-se que esses homens, já casados em Portugal ou na própria colônia, optaram por uma vivência familiar que atendesse, ao mesmo tempo, aos seus anseios enquanto reprodutores dos valores morais cristãos de conjugalidade, no sentido de constituir uma outra família na América portuguesa, mas, também, que cumprissem com o seu papel de agentes inseridos em um universo relacional cuja ilegitimidade se apresentava como um fator definidor de boa parte, quando não da maioria, das relações familiares²⁵.

Essa constatação nos ajuda a pensar e a compreender um pouco melhor o grau de complexidade que foram as dinâmicas de mestiçagens na América portuguesa dentro do âmbito familiar.

Não obstante esse aspecto, e em função de sua recorrência, podemos compreender a prática do concubinato adúltero enquanto um laço conjugal cuja afetividade exerceu uma dupla finalidade. De um lado, contribuiu para que milhares de esposas permanecessem no reino sem respostas e, quiçá, igualmente sem expectativas de retorno por parte de seus cônjuges, o que fez, inclusive, com que muitas também optassem pelo concubinato²⁶. De outro, contribuiu para que esses aventureiros pudessem

²⁴FURTADO, Comerciantes mineiros nas Minas Setecentistas, p. 7.

²⁵Ver, dentre outros, em VILALTA, A “torpeza diversificada dos vícios”, 1993; OLIVEIRA, A devassa da vida cotidiana, 1999

²⁶Sobre esse aspecto, ver em BRETTEL, Homens que partem, mulheres que esperam, 1991.

²⁷AEAM, Devassas, jan./mar. de 1729-1731, f. 55v.

²⁸AEAM, Devassas, idem.

²⁹Sobre isso, ver em LIMA JUNIOR, A capitania das Minas Gerais, p. 35-41.

contar com um sentido a mais para a sua permanência nas terras coloniais devido às afetividades aqui construídas e prolongadas, como se vem tentando demonstrar ao longo deste artigo.

É possível notar esses indícios em outros casos vivenciados nas Minas setecentistas e o do português João de Oliveira²⁷, também morador na freguesia da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, é apenas mais um.

Ao chegar ao conhecimento do visitador Manuel da Rosa Coutinho, no ano de 1731, que o português João de Oliveira vivia sem a licença de sua mulher nas Minas Gerais, coube ao representante do clero admoestar o reinol da seguinte forma: “Admoestou da culpa de estar ausente e sem licença da sua mulher há tantos anos e lhe mandou voltar ao Reino. Para se enlaçar de volta e ir para companhia dela”²⁸.

Possivelmente, João de Oliveira tenha vindo para a colônia, assim como muitos outros, tentar a sorte e uma possível melhoria de vida. Escapar das agruras enfrentadas no reino foi uma tarefa à qual se dedicaram milhares de portugueses desde as primeiras notícias acerca dos achamentos do metal precioso (e, em seguida, dos diamantes) nas terras americanas²⁹. Tendo aqui chegado, essa leva de portugueses obrigou as suas esposas, bem como as demais mulheres do reino, a viverem a despeito de suas ausências. O que resultou, inevitavelmente, em uma reestruturação das atividades socioeconômicas as quais Portugal se viu impelido a fazer em função do desequilíbrio demográfico oriundo, a partir dos finais do século XVII e início do XVIII, quando as mulheres se tornaram a maioria da população portuguesa.

Podemos pensar que o intento do português João de Oliveira tenha tido êxito e que seus empreendimentos encontraram campo fértil para se desenvolver. Essa assertiva se deve ao fato de que, dentre as observações prescritas pelo visitador Manuel da Rosa Coutinho, constava a de que o português deveria “no termo de dois anos” passar “seus negócios corretos para ir voltar a sua mulher” podendo permanecer, findado o prazo acordado, apenas se apresentasse “licença da sua ilma senhora com pena de excomunhão maior”³⁰.

Vale destacar que, diferentemente do curto prazo de seis meses acordado entre o português Manoel de Oliveira e o visitador Dom Lourenço José de Queirós Coimbra, citado anteriormente, entre João de Oliveira e Manuel da Rosa Coutinho, definiu-se um prazo maior, de dois anos, para que o português pudesse ajeitar as suas coisas por aqui e retornar ao reino, onde havia deixado a sua esposa.

O fato do visitador Manuel da Rosa Coutinho ter concedido um prazo maior a João de Oliveira nos permite reiterar a inferência já feita, de que esse, possivelmente, tenha sido um caso de êxito na empreitada a qual muitos reinóis dedicaram-se no Novo Mundo: construir e/ou aumentar seus cabedais e demais negócios. Nesse sentido, João de Oliveira, dentro de dois anos, teria tempo para se organizar, juntamente ao que construiu por aqui, e retornar para Portugal ao encontro de sua consorte.

Não obstante, isso não foi o que o reinol decidiu fazer. Ele não apenas desobedeceu a advertência pastoral recebida em 1731, como preferiu permanecer na colônia e constituir uma nova família. João de Oliveira foi encontrado vivendo noutra freguesia vinte e cinco anos depois e amasiado com uma mulher de “qualidade” e “condição”³¹ distintas da sua.

Consta que em uma devassa realizada entre os anos 1752 e 1756 em Santo Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara, arraial de São João do Morro Grande, Vila do

³⁰AEAM, Devassas, idem.

³¹“Qualidade” era a expressão utilizada na época para distinguir as pessoas. Tratava-se, portanto, de um marcador social. Sobre o assunto, ver, CERCEAU NETTO, Entre as formas de se pensar e as maneiras de se viver, 2017. No que diz respeito à “condição”, essa expressão está relacionada ao aspecto jurídico das pessoas. Nesse sentido, para a América portuguesa, houve as condições “escravo”, “livre” e “liberto” (ou forro). Ver, sobre isso, em PAIVA, Dar nome ao novo, 2015.

³²AEAM, Devassas, ag./fev. de 1752-1756, f. 32v.

³³AEAM, Devassas, idem.

³⁴ Um estudo clássico, publicado em 2004, que abordou as uniões mistas pelo aspecto sociojurídico dos cônjuges foi o de Eliana Rea Goldschmidt intitulado “Casamentos mistos”. Outro mais recente, de 2008, que utilizou as misturas dentro do campo sociojurídico, porém, no universo da ilegitimidade das relações familiares, foi o de Rangel Cerceau Netto, intitulado “Um em casa de outro”. Ainda também desse autor, destacamos o seu mais recente estudo intitulado “Entre as formas de se pensar e as maneiras de se viver”, de 2017, que tratou igualmente do campo ilegitimidade, das uniões mistas problematizando-as a partir da noção de “dinâmicas de mestiçagens” encontradas a partir das inúmeras e distintas “qualidades” em Minas Colonial (2017).

³⁵Sobre esse aspecto, ver, dentre outros, em PRIORE, Ao sul do corpo, 2009; BOXER, A mulher na expansão ultramarina ibérica, 1977.

Caeté, comarca de Sabará, foi sentenciada uma crioula forra de nome Thereza Caldeira³².

Apesar de o registro deixar explícito o estado civil de solteira de Thereza, a crioula assinou o termo de culpa no qual “aceitava a admoestação e prometia emenda” por manter uma “ilícita comunicação” com o português João de Oliveira³³.

Vale destacar que as uniões mistas, quer tenham sido pensadas pelo aspecto sociojurídico ou dentro do universo das “qualidades”, ocorreram em todo o território colonial³⁴. Inicialmente amasiando-se com as nativas e depois com essas e mais as negras trazidas do continente africano, além das mestiças que aqui se formaram, os portugueses priorizavam relações familiares à margem do que preconizava o manual católico pós-Trento, conforme foi possível constatar a partir das tabelas reproduzidas anteriormente.

Por meio de uma sentença sofrida pela crioula forra de nome Thereza Caldeira, podemos perceber que João de Oliveira, a exemplo de Manoel, Diogo e Antônio, outrora citados, além de inúmeros outros que constam na documentação pesquisada, utilizou da migração para formar uma nova e distinta família, distante do local de sua primeira admoestação recebida, ou do local de seu matrimônio constituído, mesmo sendo casado no reino.

Essa constatação reforça a premissa de que o aspecto migratório, além de atender às necessidades econômicas, atuava como um ponto de fuga para aqueles que em algum momento, e por alguma razão, já tivessem caído nas garras dos tribunais eclesiásticos e quisessem, a despeito disso, emendar-se ou ariscarem-se noutros lugares onde fossem desconhecidos. Em parte, essa segunda estratégia deu certo para o português João, pois a sentença não foi direcionada a ele, mas à sua amásia. Poderíamos constatar seu êxito com seguridade, apesar de não ter como precisar por quanto tempo mais isso aconteceria, caso o seu nome não tivesse aparecido sequer como cúmplice. Isso nos ajuda a pensar o quanto foi presente, no mundo colonial, a misoginia marcada pelo grupo de referencial português e pela matriz religiosa cristã³⁵.

Não se deve esquecer, todavia, de que o homem português no universo cultural da colônia atuava, ao mesmo tempo, enquanto reprodutor de inúmeras das suas arraigadas convicções acerca do mundo (o que, certamente, abarcava as relações familiares), mas, e de igual maneira, vivenciava as contradições e as complementaridades típicas da realidade colonial: uma sociedade profundamente mestiçada e propícia, nesse sentido, às misturas que envolveram somas, adaptações, mas também rejeições e impermeabilidades de todas as partes.

Há outro aspecto que merece ser mencionado e problematizado na relação vivida por João e Thereza, a saber: a data da condenação de Thereza Caldeira e uma possibilidade de se pensar alguns pontos relevantes nas relações concubinárias adúlteras nas Minas setecentistas também a partir desse fato.

Como foi mencionado, João apareceu amasiado com Thereza quando da condenação dessa crioula, no ano de 1756. Isto é, duas décadas e meia após a admoestação recebida pelo reinol, em 1731, e que constava entre as observações do visitador Manuel da Rosa Coutinho, que ele deveria retornar ao reino no prazo de dois anos para que voltasse “para sua mulher”³⁶. Entretanto, João preferiu mudar-se para outra freguesia e lá constituir um novo arranjo conjugal.

Não há como saber o porquê de João não ter retornado imediatamente para a companhia de sua esposa em Portugal, ou ao menos dentro do prazo acordado com o tribunal eclesiástico, apenas a partir do documento pesquisado. Não obstante, podemos supor que a sua permanência na região das Minas, e ainda na presença de sua amásia, tenha a ver mesmo com o interesse de ambos pelo estado conjugal escolhido e vivenciado.

³⁶AEAM, Devassas, jan./mar. de 1729-1731, f. 55v.

³⁷AEAM, Devassas, dez./set. de 1733-1734, L. 2, f. 21.

³⁸AEAM, Devassas, idem.

³⁹Cf. PRIORE, Ao sul do corpo, 2009.

⁴⁰BRÜGGER, Minas Patriarcal, p. 121.

⁴¹Sobre isso, ver, dentre outros, em FARIA, A colônia em movimento, 1998; BRÜGGER, Minas Patriarcal, 2007; MACHADO, A trama das vontades, 2006; ALVES, Alianças familiares, 2013.

Essa argumentação pode ser plausível na medida em que verificamos, no termo de culpa assinado por Thereza, que ela estava sendo condenada no grau de terceiro lapso de concubinato. Isso demonstra a reincidência do caso amoroso vivenciado pelo casal e corrobora o fato de haver uma escolha, pelos próprios contraentes, pela prática concubinária, mesmo correndo riscos de condenações e penas variadas. O mesmo ocorreu com o capitão Manoel Coelho de Souza em 1734³⁷.

Em 20 de janeiro do referido ano, o português Manoel Coelho de Souza foi denunciado ao tribunal eclesiástico por incorrer no crime de concubinato adúlterino com uma mulher cujo nome era Maria da Rocha. Por constar que o dito Manoel estava “perseverando em tão miserável estado com perigo à salvação da alma” foi exortado que lançasse a dita Maria da Rocha “fora de sua casa”³⁸.

O capitão Manoel, assim como a crioula forra Thereza Caldeira, foi sentenciado em terceiro lapso de concubinato, o que, mais uma vez, demonstra ser plausível inferir que a escolha pelo “viver de portas adentro”, como se dizia na época, tenha partido do próprio casal, conscientemente. Principalmente quando se menciona o fato de constar ser sua cúmplice também casada.

Por um lado, o casamento conforme preconizava o ritual romano estava na ordem do dia tanto do Estado quanto da Igreja e a sua prevalência sobre as relações consensuais, ao menos no discurso, indicava a constante tentativa dos órgãos oficiais pela moralização da sociedade, especialmente no que diz respeito às mulheres³⁹. Não por outra razão, destacava Silvia Brügger: “a Igreja Tridentina, empenhada na difusão do matrimônio, parecia não poupar esforços no combate ao concubinato”⁴⁰.

Além do discurso moral, sabe-se que o matrimônio também era o espaço propício para se estabelecer alianças familiares entre homens e mulheres de toda estirpe, vislumbrar a possibilidade pela mobilidade social, construir, aumentar e/ou preservar grandes fazendas, dentre outros fatores⁴¹. Nesse sentido, uma vez casados, precisou-se, não resta dúvida, de alguma razão para que ambos desejassem viver os perigos de um amor proibido, por lei, inclusive, porém, legitimado e amplamente aceito e difundido no campo dos costumes.

Por outro lado, ao afirmar que a escolha pelo amasiamento tenha partido dos próprios sujeitos envolvidos, estamos, em última instância, argumentando no sentido de reconhecer a possibilidade de ter convivido, nas Minas setecentistas, o modelo cristão do sagrado matrimônio (uma vez em que muitos, certamente, mantiveram-se fiéis às suas certezas quanto ao rito do casório) e as relações não legitimadas perante a Igreja Católica.

Silvia Brügger destaca: “casamento e concubinato não eram instituições equivalentes ou concorrentes”. Na realidade, como também destacou Rangel Cerceau Netto, acontecia exatamente o contrário: “Não obstante esses relacionamentos serem considerados ilícitos pelos rigores da moral eclesiástica, eles se revestiam de uma aparência legal e estável, ainda que informal e não sacramentada pela Igreja”⁴².

Essa afirmação é válida porque permite relativizar algumas explicações circunstanciais que, vez ou outra, relegam às relações consensuais o caráter de marginais, ou as compreendem enquanto frutos dos “desregramentos sexuais” disseminados pela colônia, ou, ainda, a partir da exiguidade das mulheres consideradas “para se casar” (leia-se mulheres brancas), dentre outras possibilidades.

Considerações finais

Pode-se afirmar que esses casos de uniões mistas que foram destacados e analisados ao longo deste artigo, contribuem para o esforço que viemos fazendo ao longo de todo o texto, que foi o de propor a possibilidade de contemplar a família nas Minas colonial destacando

⁴²CERCEAU NETTO, Um em casa de outro, p. 128.

⁴³PAIVA, Escravidão e universo cultural na colônia, p. 41.

seu aspecto plural, dinâmico e mestiço por meio, também, das relações concubinárias adúlteras.

Como bem lembrou Eduardo França Paiva: “As trocas culturais e os contatos entre povos de origens muito diversas é algo que, então, fazia parte do dia a dia colonial, desde a chegada dos portugueses”⁴³.

Inseridos nessa conjuntura, milhares de reinóis deixaram as suas esposas em Portugal e rumaram para a América portuguesa: o lugar das possibilidades, no campo do trabalho e das relações materiais, mas, igualmente, das relações afetivas construídas a partir da constituição de diversos e distintos modelos familiares, por vezes não legitimados perante os valores considerados dominantes.

Essas distintas famílias construídas no campo da “ilegalidade”, mais do que pura e simplesmente como resultados da exiguidade de mulheres brancas ou outras explicações que tornam a análise simplista e determinista e que foram, durante anos, adotadas por muitos estudiosos, podem ser compreendidas na forma de uma opção familiar. Opção que, partindo de uma sociedade mesclada biológica e culturalmente, influenciou em sua já complexa constituição.

Dito de outra forma, acredita-se que muitos homens de Portugal vieram para a América portuguesa, especialmente para a região das Minas Gerais a partir dos descobrimentos do ouro e dos diamantes e, influenciados pela realidade das Gerais, adaptaram-se, no sentido de se enlaçar com os tipos de “qualidades” aqui mais comumente encontradas (“pretas”, “crioulas”, “pardas”, “cabras”, “mamelucas”, dentre outras), mas o fizeram a partir de suas próprias escolhas, respaldados em concepções distintas de visões de mundo.

Milhares de homens deixaram as suas esposas à sua espera e, cômicos de seus feitos, aqui estando, escolheram ficar, deixá-las no reino e ainda optaram por uma outra vivência familiar. Quando o tribunal eclesiástico representava perigo para suas escolhas, inúmeros foram aqueles que migraram para fugirem de condenações (novas ou reincidentes) e para utilizarem da parcela do poder que lhes cabia enquanto sujeitos históricos: a escolha com quem manter uma relação consensual e (por que não?) amorosa.

Um fato que merece destaque, no entanto, é que ao escolher se unir a uma mulher de “qualidade” distinta da sua, os portugueses adúlteros contribuíram para o intenso processo das mestiçagens biológicas e, principalmente, culturais vivenciado na América portuguesa e esse aspecto, certamente, contribuiu para a efervescência sociocultural do período colonial, mas, igualmente, atuou no sentido de conformar uma sociedade plural cujos resquícios ainda se percebe nos dias atuais.

Fontes

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – AEAM

Livros de Devassas Eclesiásticas, Termos de Culpa. Identificações: fevereiro de 1727 - dezembro de 1753; janeiro - março de 1731; outubro de 1733 - janeiro de 1734; julho de 1737 - setembro de 1738; julho de 1748 - janeiro de 1750; Z-5 agosto de 1752 - fevereiro de 1756; junho de 1734 - outubro de 1734.

Livro de Devassas, Testemunhas. Identificações: maio de 1730 - abril de 1731; Z-1 maio - dezembro de 1738; Z-4 junho de 1748 - abril de 1749; Z-8 julho de 1756 - fevereiro de 1757; Z-9 julho - setembro de 1759; Z-11 e 12 janeiro de 1767 - maio de 1778; Z-3 novembro de 1747- fevereiro de 1748; Z-4 fevereiro de 1748- julho de 1748; Z-5 agosto de 1756- março de 1757.

Centro de Documentação e Informação da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte – CEDIC-BH.

- Livros de Devassas Eclesiásticas, Termos de Culpa. Identificações: dezembro de 1733 - setembro de 1734.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Débora Cristina. *Alianças familiares: estratégias de uma elite de Antigo Regime* (Guarapiranga – 1715 a 1790). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013.

BOXER, Charles Ralph. *A mulher na expansão ultramarina ibérica: 1415-1815*. Lisboa: Livros Horizontes, 1977.

- BRETTEL, Caroline. *Homens que partem, mulheres que esperam*. Trad. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.
- CERCEAU NETTO, Rangel. *Um em casa de outro: concubinato, família e mestiçagem na comarca do Rio das Velhas (1720-1780)*. São Paulo: Annablume/Belo Horizonte: PPGH/UFGM, 2008.
- _____. *Entre as formas de se pensar e as maneiras de se viver: a família mestiça e a vida familiar em Minas Gerais colonial*. São Paulo: Alameda, 2017.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora UFGM, 2001.
- _____. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- _____. *Comerciantes minhotos nas Minas Setecentistas. Mínia*, Braga, 1998, n. 6, 3ª série.
- GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. *Casamentos mistos: liberdade e escravidão em São Paulo colonial*. São Paulo: Annablume, 2004.
- IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa, século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições Universidade Estadual do Oeste da Bahia, 2012.
- LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. Tese (Livre Docência). Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- LIMA JUNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte/Ed. Itatiaia; São Paulo/Universidade de São Paulo, 1978.
- LONDOÑO, Fernando Torres. *A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia*. São Paulo: Loyola, 1999.
- LOPES, Luiz Fernando Rodrigues. *Vigilância, distinção e honra: inquisição e dinâmica dos poderes locais nos sertões das Minas Setecentistas*. Curitiba: Prismas, 2014.
- LOTT, Miriam Moura. *Na forma do ritual romano: casamento e família em Vila Rica (1804-1839)*. São Paulo: Annablume/Belo Horizonte: PPGH/UFGM, 2008.
- MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social* (São José dos Pinhais – PR, passagem do século XVIII para o XIX). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.
- OLIVEIRA, Hilton Cesar de. *A devassa da vida cotidiana: o delito do concubinato em Minas Gerais setecentista*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 1999.
- PAIVA, E. F. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFGM, 2001.
- _____. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. 3 ed. São Paulo: Annablume/Belo Horizonte: PPGH/UFGM, 2009.
- _____. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil Colônia*. São Paulo: UNESP, 2009.
- RAMOS, Donald. Do Minho a Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 44, n. 1, Jan/Jun, 2008. pp. 132-153.
- _____. *From Minho to Minas: the portuguese roots of the mineiro Family*. *Hispanic American Historical Review*, vol. 73, n. 4, Duke University Press, nov, 1973.
- SANTOS, Igor. *Famílias plurais: uniões mistas e mestiçagens na comarca de Sabará (1720-1800)*. Curitiba: Appris, 2018.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *A "torpeza diversificada dos vícios": celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748-1801)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

Estratégias Educativas das Famílias em Minas no Século XVIII: algumas trajetórias Educativas

Educational Strategies of Households in Mines in the 18th Century: Some Educational Trajectories



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v11i2.2618>

Fabrizio Vinhas Manini Angelo

Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Doutor e Pos-Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais .

E-mail para contato: fabriciovinhas@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0001-5265-1233>

Recebido em: 17/08/2017 – Aceito em 09/09/2018

Resumo: O presente trabalho objetiva apresentar reflexões feitas a partir das pesquisas de doutoramento sobre o papel das famílias na educação dos seus descendentes em Minas no século XVIII. Especificamente para este trabalho busca-se apresentar estudos de casos que permitem entender como as estratégias familiares daquele período serviam para preparavam seus herdeiros denotando um projeto intergeracional educativo. Para isso, verticalizou-se a análise em estudos de casos que emergem da massa documental. De maneira geral, a partir de ensaios sobre as estratégias educativas empreendidas por estas famílias busca-se compreender o papel que a família assume na trajetória educacional das futuras gerações, isto é, busca-se compreender as estratégias educativas das famílias em relação à sua descendência. Além disso, o foco deste trabalho é aplicar o arcabouço teórico-metodológico cunhado por Pierre Bourdieu em outro contexto histórico. Claro que isto não é possível sem se estabelecer um diálogo crítico com o sociólogo francês. Sendo assim, identifica-se uma estratégia educativa familiar intergeracional e como a reflexão teórica-metodológica estabelecida pelo sociólogo francês permiti observar tais práticas.

Palavras-chave: História da Família, História da Educação, Pierre Bourdieu, Minas, século XVIII

Abstract: This article aims to present reflections made from the doctoral research on the role of families in the education of their descendants in Minas Gerais in the 18th century. Specifically for this work, we intend to present case studies that allow us to understand how the family strategies of that period served to prepare their heirs denoting an intergenerational educational project. For this, the analysis was verticalized in case studies that emerge from the documentary mass. In general, from the essays on the educational strategies undertaken by these families, the family's role in the educational trajectory of the future generations is sought to understand the families' educational strategies in relation to their descendants. In addition, the focus of this work is to apply the theoretical-methodological framework coined by Pierre Bourdieu in another historical context. Of course this is not possible without establishing a critical dialogue with the French sociologist. Thus, an intergenerational family educational strategy is identified and how the theoretical-methodological reflection established by the French sociologist allowed to observe such practices.

Keywords: History of Family, History of Education, Pierre Bourdieu, Minas, 18th century

¹Para este texto, o conceito central será de estratégias. No entanto, busca-se dividir estas estratégias em sua forma mais ampla pelo estabelecimento de vínculos sociais, culturais e econômicos nomeadas apenas como estratégias e as estratégias educativas que implicam em investimentos mais direcionados aquilo relacionado à educação. Neste sentido, a compra de bens culturais (livros, joias, roupas, talheres etc.) e o investimento em educação que hoje compreenderíamos como mais formal (pagamento para o aprendizado de um ofício, ou daquilo que é próprio às mulheres ou mesmo o aprendizado de primeiras letras e algumas disciplinas ou mesmo o investimento em algum curso em Coimbra).

Introdução

Neste artigo, busca-se apresentar que as práticas de reprodução por meio das estratégias educativas têm algo de produção/mudança do presente e que as características das famílias que vão emergir das fontes (mestiçagem, imigração, fortes vínculos afetivos e valores culturais da família fortemente calcadas na educação, ainda que não exclusivamente) vão contribuir para a construção de uma sociedade *sui generis*, esta que foi marcada pela ascensão/distinção de herdeiros ilegítimos, mesmo em sociedades como a que se constituiu em Minas do Ouro ao longo do século XVIII. Também é compreender as estratégias¹ familiares que buscaram tentativas de reprodução familiar por meio das práticas educativas legadas às gerações seguintes. Nesse caso, pode-se dizer que os pais que tiveram acesso a algum tipo de educação mais formal, como o ensino de primeiras letras, fizeram com que seus filhos estudassem o máximo possível, buscando uma distinção social por meio da educação. No entanto, entre os agentes históricos aqui pesquisados, encontram-se pais que investiram muito na educação dos seus filhos, mesmo sendo estes pardos/mestiços e ilegítimos, buscando a manutenção dos privilégios e até a distinção entre seus pares. Por isso, essa tentativa de reprodução tem algo de inovador e comporta algo de produção de uma sociedade *sui generis*. A sociedade mineira, diferente da França do século XX e da sociedade europeia do Antigo Regime, que estava sendo formado por pessoas vindas das mais variadas partes do Império português, consistia em regime demográfico recente e incomum para o mundo luso-brasileiro até aquele momento, fortemente marcado pela imigração.

Sobre esse contexto, convém salientar que as conclusões de Bourdieu valem para a França do século XX. Já a América do período Moderno marcada pela forte imigração em uma sociedade mais aberta o que permite, mais facilmente, a distinção social, o que não significa igualdade de oportunidades, mas sim que algumas estratégias de reprodução que buscam a distinção podem dar acesso a grupos alijados dos processos educativos mais tradicionais, pois significa que vários desses grupos tiveram que formar as mais diversas alianças. Por esse motivo, aqui busca-se apresentar composição e o volume total dos capitais de cada uma das famílias, para compreender como a reconversão de capitais, enquanto estratégia, pode abrir caminhos educativos. Quando se compreende, ainda que de maneira experimental, que passa a ser possível investigar e compreender a composição e o volume total dos capitais de cada uma das famílias e compreender como estas famílias reconverteram seus capitais enquanto mecanismos de uma estratégia intergeracional, torna-se possível vislumbrar novos caminhos de investigações sobre as práticas educacionais tradicionais daquele período, especialmente para os grupos socioculturais tradicionalmente alijados do processos educativos mais formais do período.

Para tanto, neste artigo busca-se apresentar a concretização das estratégias e das estratégias educativas familiares na busca pela distinção social a partir do cruzamento nominativo entre os próprios testamentos com dos testamentos com os inventários *post-mortem*², claro deve estar que este cruzamento ainda está longe do exaustivo, na verdade ele foi feito dentro da medida do possível. No entanto, com esse cruzamento foi possível entender um pouco melhor o compartilhado, o vivido, o efetivado e o conquistado por estas famílias por meio de algumas gerações. Na realidade, só muito raramente foi possível ultrapassar três gerações em uma mesma família. No entanto, é bastante elucidativo compreender melhor como essas estratégias e as estratégias educativas se reverteram em ganhos financeiros, simbólicos e culturais para famílias atra-

²O inventário, mais comumente, é uma lista dos bens de uma pessoa falecida com fins à sua sucessão e sua partilha entre os herdeiros. No entanto, existem outros tipos de inventário, em especial, quando uma pessoa torna-se incapaz de administrar seus bens. Nesse último caso, nomeia-se um curador para administrar os bens do indivíduo incapaz de administrá-los. No primeiro caso não existe a figura do curador e, quando muito, nomeia-se um tutor para administrar os bens dos jovens herdeiros que ainda não têm idade para administrar seus bens. Neste último caso o inventário é post-mortem, pois o inventariado já faleceu.

³Entre os diversos trabalhos que apontam esta importância pode-se destacar: Bourdieu, In: Amado; Ferreira, (2006, p. 183-191); Fare; Lopes; Costa (2016); Guérios (2011, p. 9-34); Neves, In: Romaneli; Nogueira; Zago (Org.) (2013, p. 278-311); Nogueira, In: Romaneli; Nogueira; Zago. (Org.) (2013, p. 125-154) Ginzburg (2006); Levi, In.: Burke (1992).

vés de seu projeto intergeracional de busca ou manutenção de sua distinção social. A possibilidade de investigar estes casos através de algumas gerações lançam luzes sobre muitos outros aspectos que anteriormente não eram passíveis de análise tendo em vista a abordagem apenas serial. Por isso, a importância de mesclar abordagens seriais/quantitativas com abordagens verticalizadas/qualitativas das fontes.

Sociologia e História unindo forças na compreensão das trajetórias formativas de família e suas conexões com a realidade dita estruturada

Ao longo deste texto busca-se apresentar, tal qual sugerido por Peter Burke (2012), os modos pelos quais foi possível a efetivação e a conquista da distinção social, e como também da depreciação social:

[...] questão importante a ser suscitada sobre a mobilidade social diz respeito a seus modos, isto é, aos vários caminhos para atingir o topo e aos diferentes obstáculos enfrentados por potenciais candidatos à ascensão (é provável que a mobilidade descendente revele menos variações). Se o desejo de subir na vida é uma constante, o modo de ascensão varia de lugar para lugar e muda com o passar do tempo (BURKE, 2012, p.105).

Portanto, torna-se possível perceber que certas estratégias foram bem-sucedidas, mas existem outras tantas que não foram exitosas. Neste artigo busca-se analisar os sentidos e os mecanismos de funcionamento dessas trajetórias, principalmente ascendentes ou de manutenção da distinção social. Considera-se que os estudos de trajetória parecem ter uma grande tradição na Sociologia, na Sociologia de Educação, na História e na História da Educação³. Segundo Paulo Guérios (Cf. 2011, p. 10), a história de vida inicialmente era uma metodologia de pesquisa muito em voga entre a década de 1920 e de 1940 por meio da influência da Escola de Chicago. A partir desse período, essa metodologia caiu em desuso até que nos anos de 1970 alguns sociólogos e historiadores buscaram “reavivar esta metodologia” a partir de questões de seu tempo. Quando se observa isso, na realidade não se está falando da metodologia em específico, mas do reavivamento da preocupação com o indivíduo. Nesse sentido, é revelador a passagem de Carlo Ginzburg, em seu prefácio à edição italiana de “*O queijo e os vermes*”:

No momento em que equipes inteiras de estudiosos se lançam a empresas imensas de história quantitativa das ideias ou de história religiosa serial, propor uma investigação capilar sobre um moleiro pode parecer paradoxal ou absurdo, quase como retorno ao tear mecânico numa era de teares automáticos (GINZBURG, 2006, p. 19-20).

No campo da Sociologia e da Sociologia da Educação, em 1986, Pierre Bourdieu passa a criticar a metodologia de História de vida que ele nomeia de uma ilusão biográfica e a aponta a necessidade de se compreender a trajetória de vida desses sujeitos históricos, muito mais que apenas ouvi-los e não perceber a idiosincrasia própria da existência individual. Para Bourdieu:

A história de vida é uma dessas noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico; inicialmente, sem muito alarde, entre os etnólogos, depois, mais recentemente, com estardalhaço, entre os sociólogos. Falar de história de vida é, pelo menos, pressupor - e isso não é pouco - que a vida é uma história e que [...] uma vida é

inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história. É exatamente o que diz o senso comum, isto é a linguagem simples, que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas [...] até mesmo suas emboscadas [...] ou como um encaminhamento, isto é, um caminho que percorremos e que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (a “mobilidade”), que tem um começo (uma estreia na vida); etapas e um fim, no duplo sentido, do término e de finalidade (“ele fará seu caminho” significa ele terá êxito, fará uma bela carreira), um fim da história. Isto é aceitar tacitamente a filosofia da história no sentido de sucessão de acontecimento, *Geschichte*, que está implícita numa filosofia da história no sentido de relato histórico, *Historie*, em suma, numa teoria do relato, relato do historiador ou romancista, indiscerníveis sob este aspecto, notadamente biografia ou autobiografia. (BOURDIEU, 1996, p. 183-84).

A crítica de Bourdieu é sintetizada pela passagem clássica de seu texto a Ilusão Biográfica:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (BOURDIEU, 1996, p 189).

A partir dos anos de 1980, vários estudos de trajetória foram empreendidos no exterior e no Brasil e, em geral, esses estudos apontam para o que afirma Maria Alice Nogueira (2010, p. 150) “que as diferentes categorias sociais são desigualmente predispostas a compreender, valorizar e praticar o jogo escolar” e que tal predisposição encontra-se intimamente associada “ao volume do patrimônio cultural possuído”. A partir destas posições teóricas, o debate no campo acabou por polarizar-se entre aqueles que dão crédito preponderante aos discursos narrativos dos sujeitos históricos e aqueles que buscam identificar os elementos estruturais que influenciaram essa trajetória.

Claro que a partir dos anos de 1990 surgiram posições que buscaram uma terceira via evitando a polarização. Sendo assim, é relevante a posição de Passeron, citado por Guéiros (2011, p. 13), parceiro de longa data de Pierre Bourdieu:

[...] a superação, atualmente observável em numerosas pesquisas, das formas mais mecânicas ou mais abstratas de um naturalismo determinista constitui indiscutivelmente um avanço teórico; mas com a condição que se faça melhor do que aquilo que se quer superar, ou seja, que se some [o estudo dos] constrangimentos à interpretação (PASSERON apud GUÉIROS, 2011, p. 13).

Segundo Maria Alice Nogueira (2010, p. 150), a recomendação da produção mais recente do campo aponta que deve:

se atentar para as variações internas a um mesmo grupo social, o que obriga o analista a

se dotar de um instrumental teórico-conceitual mais fino, capaz de detectar as dinâmicas e a diversidade dos modos de funcionamento de cada família segundo a trajetória social dos pais, os acidentes biográficos, as características de cada filho etc. (NOGUEIRA, 2010, p. 150).

Sendo assim, Maria Alice Nogueira (2010, p. 151), salienta que “a esta altura o leitor estará se perguntando se essa não é uma visão idealizada da questão, tudo se passando como se se tratasse de uma lei perfeita e inexorável da transmissão familiar das vantagens e dos privilégios culturais”. Porém, “Não se pode tratar o sucesso escolar nesses meios como uma fatalidade sociológica” (*Ibid.*). Afinal, para a autora (NOGUEIRA, 2010, p. 151), tratar o capital cultural como um bem que se transmite ou uma carga genética que se passa ainda, pode “ocultar o trabalho específico que essa herança requer para ser apropriada. Converter o capital cultural familiar em capital pessoal demanda mobilização e de ambas as partes: da parte dos jovens bem como da parte dos pais”.

A partir desse ponto que se torna relevante às contribuições de Paulo Renato Guérios (2011) ao informar que essa polarização mascara um debate antiquíssimo nas Ciências Sociais, que é a relação entre indivíduos e sociedade, entre a parte e o todo, entre o objetivo e o subjetivo. Que de alguma forma impacta nos critérios de cientificidade das Ciências Sociais. Afinal, por ser ciência, ela estaria mais preocupada com o generalizável, mas, ao mesmo tempo, o que é subjetivo é muito pouco generalizável. Tendo isso em mente, o que se pretende aqui é ir além dessa polarização e buscar compreender como os indivíduos podiam fazer escolhas em sociedades sempre normatizadas, em especial, as sociedades do tipo de Antigo Regime. Claro que essas escolhas traziam algo de padrão, mas em uma realidade tão distinta daquela vivida por eles, em um novo continente que produziu situações completamente distinta e muito específicas daquele momento e lugar. Nesse sentido, e compreendendo o que propõem Guérios (2011), fica evidente que existe outro caminho a seguir:

[...] se colocarmos como nosso objetivo não a busca de uma maior cientificidade, mas sim a re colocação das questões de pesquisa em outros termos, possibilitando um tratamento dos dados de campo que não sofra com as limitações impostas por uma construção dilemática das questões, percebemos que, justamente por colocar-se à cavaleira em relação à dualidade indivíduo-sociedade, o método de histórias de vida pode oferecer, se levado a cabo com consistência, um bom locus de trabalho em prol desta tarefa. Ao tomar por foco de estudo a trajetória de uma pessoa nos ambientes sociais de que participa, ao oferecer a oportunidade de questionar como cada sujeito vive ligado a redes de interdependência (Elias, 1994) que se estendem além de seu pertencimento social imediato, estes estudos deparam-se frontalmente com a questão da relação entre o individual e o social, entre o pequeno e o grande, entre a parte e o todo. E foi nesta área de trabalho que algumas indicações de caminhos para a superação deste dilema surgiram, em algumas monografias e textos teóricos [...] (GUÉRIOS, 2011, p. 13).

Neste sentido, como proposto por Guérios (2011), faz-se necessário um estudo de trajetória que leve em conta os jogos de escalas como proposto por uma série de pesquisadores da Micro-história (GINZBURG, 2006; LEVI in: BURKE, 1992).

De fato, em vários estudos de trajetórias, esta ligação é traçada através de uma remissão

abstrata do ator social ao meio em que ele se insere. O pressuposto subjacente a estes estudos, dificilmente explicitado como tal, é de que o pertencimento a um dado grupo implica inevitavelmente em inflexões unívocas nas trajetórias de todos os seus membros. Ocorrem aí duas ordens de problemas: por um lado, é em geral o analista quem arbitra quais eventos ou características dos ambientes sociais enfocados são relevantes para análise; em segundo lugar, pressupõe-se que todo o grupo foi submetido de modo homogêneo a estes eventos ou características especificados pelo analista. Já os estudos subjetivistas de histórias de vida privilegiam a observação exclusiva dos discursos de um dado indivíduo, desconsiderando a regulação operada sobre ele pelos meios sociais a que está ligado. Neste item, buscaremos demonstrar que propostas analíticas que levam em consideração as implicações das diferenças de escalas (micro e macro) na produção de legibilidade sobre os fenômenos sociais possibilitam neutralizar os efeitos das limitações impostas por estes dois tipos de démarche no estudo de trajetórias de vida. (GUÉRIOS, 2011, p. 14).

Tendo em vista as implicações das análises muito estruturalistas sobre as trajetórias de vida, qual o caminho a seguir? Segundo o autor, a micro-história vai apresentar metodologias (jogos de escala, e ênfase no que é observado pelo indivíduo ou que o influencia) que permitirão transpor os obstáculos anteriormente apresentados. A redução de escala permite observar fatores e fenômenos anteriormente não observados, mas que influenciam aquela realidade.

Dessa maneira, as abordagens se complementam, pois a microanálise permite observar aspectos inobserváveis em uma análise macro. Afinal, seriam desnecessárias uma microanálise que só confirmasse uma macroanálise. Na realidade, as abordagens se complementam, uma não sendo a redundância da outra, mas sim apresentando aspectos que a outra não permite observar: Deste modo, o pesquisador não deve optar entre uma versão macro ou micro da análise de um dado processo social. O que a micro-história coloca em destaque é o fato de que a análise microsocial é esclarecedora porque é a mais complexa, ou seja, porque leva em consideração a complexidade das escolhas dos atores permitindo, ao mesmo tempo, distinguir os diferentes níveis de contextos pertinentes para a análise. (GUÉRIOS, 2011, p. 16).

A vinculação entre histórias de vida ou estudo de trajetória e a micro-história permite observar as vinculações entre o micro e o macro sendo, altamente rendosa para o estudo das mediações entre processos coletivos e percursos individuais, permitindo, ao mesmo tempo, compreender as dinâmicas de funcionamento de diferentes agrupamentos sociais e das relações estabelecidas entre eles, ou mesmo apresentando outras implicações dessas relações. (Cf. GUÉRIOS, 2011, p. 24-5). Não que o objetivo aqui seja estabelecer uma análise micro-histórica, mas se torna relevante às questões apresentadas por Guérios (2011), pois trazem implicações para esta pesquisa aqui. Não faz sentido apresentar uma série de estudos de casos que apenas confirmam mecanicamente a teoria geral ou que representem ilhas de coerência e planejamento em uma realidade que tem muito mais de contingencial.

Traçadas essas considerações, deve-se ter em vista a abordagem de corte microsocial, uma vez que contribui para uma análise que busca compreender os fenômenos aqui propostos em três dimensões: o compartilhado, o vivido e o efetivado ou conquistado. A análise busca dividir aquela realidade da história em três dimensões, pois permite melhor compreender o papel das famílias na educação das futuras gerações a partir das fontes aqui trabalhadas: os testamentos e os inventários *post-mortem*. Essa análise

busca, por um lado, responder uma crítica, por vezes rasa, muito comum ao uso dessas fontes. Muitas vezes os testamentos são tidos apenas como cartas de boas intenções e que pouco dizem sobre a realidade daquela sociedade, ou que o testador estava muito mais preocupado com a salvação de sua alma e, por isso, deixava uma série de legados que significavam um arrependimento de última hora e escondiam o verdadeiro sujeito histórico, ganancioso e egoísta. Apresentar essa crítica é desconhecer aquela sociedade e o sentido daquela fonte naquela época. Em geral, o testador realmente acreditava naquilo, e mentir no testamento implicava em comprometer a sua própria salvação.

De outro lado, dividir a análise daquela realidade permite entender a tentativa de reprodução da família através do tempo. Nesse sentido, quando se apresenta o compartilhado analisam-se os legados simbólicos transmitidos de geração em geração pela família. Sendo assim, patentes militares, títulos acadêmicos ou de ordens militares que se repetem ao longo das gerações indicam um trabalho árduo por parte da família de se reproduzir socialmente e transmitir sua herança ou patrimônio não só econômico como social (distinção social) e cultural (estudos e cultura) no sentido bourdieusiano desses fenômenos. Claro, deve estar que o objetivo não é exatamente dar uma extensão indevida aos fenômenos aqui estudados. Em verdade a busca por reprodução social é comum a todos os grupos de todas as sociedades, mas para os objetivos deste trabalho busca-se compreender a reprodução social das famílias de um grupo social específico: o dos testadores.

O cruzamento nominativo permite observar a consistência com que uma determinada prática é empreendida pela sociedade ou grupo social pertencente a essa sociedade. Isto é, permite vislumbrar se uma determinada prática é apenas uma carta de boas intenções e que pouco tinha a ver com realidade da época, ou se aquilo é um valor compartilhado pelos sujeitos históricos que se comprometem a executar as últimas vontades do testador a ponto de verdadeiramente as efetivarem. Isto é, muitas vezes os testamentos e inventários *post-mortem* registram não apenas legados que devem ser efetivados apenas no futuro, mas também aquilo que já foi efetivado em vida do testador/inventariado. Sendo assim, não é difícil encontrar herdeiros que já estão sendo preparados para assumir simbolicamente o papel social deixado vazio pelo defunto, ou herdeiros que já estudaram ou estão estudando para assumir um posto desejado pela família que busca sua distinção social e vários outros casos são encontrados na documentação. Após essa discussão, a seção seguinte apresenta a análise de uma série de ações e estratégias de algumas famílias aqui pesquisadas na busca por sua distinção social.

O Compartilhado

Quanto maior o número de gerações sob exame, menor é o detalhamento que se tem sobre as estratégias e as estratégias educativas para a busca e manutenção da distinção social. Nesse caso, só é possível perceber os resultados traduzidos em números de escravos, a posse e ostentação de títulos de distinção como títulos acadêmicos, patentes militares ou pronomes de tratamento como senhor ou dona. Exemplo disso está registrado nos testamentos de Dona Bernarda de Vas⁴ e no testamento conjunto de seu filho Doutor Manoel Manço da Costa Reys⁵, com sua nora e esposa do Doutor Manoel Manço, Dona Clara Maria de Castro. Ao longo de quatro gerações observarem-se os títulos acadêmicos, pronomes de tratamento e patentes militares e de ordens militares se repetem permitindo entrever estratégias educativas e de distinção social, que são reproduzidos no seio familiar por muitas gerações. No testamento de Dona Bernarda da Vas, está registrado que ela é “natural da cidade de Lisboa filha legítima do Doutor

⁴CECO/ACCOP. Livro de óbitos, óbitos e testamentos (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de D. Bernarda de Vas. Vila Rica. 01 jan. 1741. Aqui, antes de prosseguir, gostaria de agradecer Denise Duarte por me franquear o acesso à transcrição deste documento, que, por coincidência, fiquei sabendo que trabalhava com esta testadora quando tive acesso a um trabalho seu: DUARTE, In: CAMPOS, (Org.). 2012.

⁵IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – volume 0001 – Testamento de Doutor Manoel Manço da Costa Reys e de sua mulher Dona Clara Maria de Castro 15/06/1775.

Manoel [Manso Preto] e de sua mulher Dona Antônia de Vasconcelos (defuntos) e que era casada com o Doutor Manoel da Costa Reys e de seu matrimônio tinha gerado filhos, a saber: Manoel Manso da Costa Reys, Dona Francisca Xavier de Vasconcelos e Cunha, Felipe Theodoro”. É importante registrar que sendo filha de um Doutor e casada com um outro doutor, indica uma forte tradição acadêmica dessa família e não gratuitamente Manoel Manso da Costa Reys que no testamento de sua mãe não tem nenhum título de distinção em seu testamento, mais de 30 anos depois, fica registrado que havia se tornando doutor. Em geral, doutor significa aquele homem formado em cânones ou direito canônico que defendeu tese de doutoramento no quinto ano na universidade, geralmente Coimbra ou Évora no mundo luso-brasileiro.

Além disso, em seu testamento, Manoel Manso da Costa Reys informa que sua mãe é natural de Lisboa e seu pai da Bahia e ele mesmo natural de Vila Rica. Também ainda informa que é casado com Dona Clara Maria de Castro natural de Mariana e é filha do Capitão Antônio Alves de Castro natural de Lisboa e de sua mulher Dona Joana Baptista de Negreiros, natural da Bahia. De seu casamento teve três filhos, a saber: Dona Joanna, Dona Maria, e Valeriano. No final do testamento do Doutor Manoel Manço e de sua esposa é informado que acabaram de casar suas filhas Dona Joana e Dona Maria, respectivamente, com o Tenente dos Dragões Jose Luis e com o sargento mor Pedro Afonço. No entanto, o mais impressionante nessa família não é a sucessão de títulos, pronomes de tratamento e patentes militares ou de ordens militares que se repetem, é o que está registrado no fim do testamento, confirmando a forte tradição acadêmica/educacional dessa família: doutor Manoel Manso da Costa Reis que é “advogado nos auditórios” da vila informa que havia feito ele mesmo seu testamento em conjunto com o de sua esposa, e que ambos haviam assinado o documento. O impressionante não é tanto ele ser advogado e escrever o próprio testamento, mas sim a sua mulher assinar junto com ele esse documento. Isso tudo parece indicar um caminho escolar, acadêmico e profissional que poderia estar sendo construído para seu filho Valeriano, para o qual não foi possível encontrar mais informações, mas tendo em vista a tradição dessa família certamente esse projeto passará em algum momento pelo aprendizado das primeiras letras e podendo ir até a formação em Coimbra ou, se isso não for possível, pelo menos uma carreira militar ou na igreja, em geral carreiras muito vinculadas ao domínio do escrito.

Parece que o compartilhado por essa família não se dava apenas em relação às trajetórias acadêmicas ou profissionais, mas também uma forte tradição devocional, sendo assim, consideram-se bastante elucidativos as exéquias e os legados pios registrados por D. Bernarda Vas em seu testamento:

Declarou que seu corpo fosse amortalhado no hábito de Nossa Senhora do Monte do Carmo e sepultada na Matriz de junto ao altar de Nossa Senhora Sant’Anna e que acompanhassem a sepultura os sacerdotes que se achassem nesta freguesia e que todos dissessem por sua alma missa de corpo presente quais se daria a esmola costumada e que se não pudessem dizer no mesmo dia no dia seguinte e se declarou que se lhe fizessem um ofício de corpo presente com todos os mesmos sacerdotes da sua freguesia e que com eles se observaria o mesmo e daria duas oitavas a respeito da esmola e que se lhes daria [...] vela de meia libra. Declarou que seus testamenteiros o lhe mandassem dizer trinta missas pela minha digo pela sua alma na sua freguesia de esmola de meia oitava [...] e na cidade de Lisboa oitenta missas de esmola de 120 réis declarou que [...] se [repartirão] dez oitavas de ouro pelos pobres que [...] e se daria a cada um deles meia oitava com [declaração] que acompanharam seu corpo a sepultura. Declarou que se lhe mandasse dizer seu testamen-

teiro seis missas pelas almas com [esmola de mesmo] [...] de meia oitava de ouro. Declarou que se lhe mandasse dizer [...] três missas a Senhora Sant'Anna também a esmola ordinária. Declarou que acompanhassem seu corpo as Irmandades que meu marido quiser que deixava no seu [...] com tanto que seu corpo fosse levado a sepultura em caixão e não se continha mais nada no dito testamento. (CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de D. Bernarda de Vas. Vila Rica. 01 jan.1741).

No testamento do Doutor Manoel Manço e de sua mulher Dona Clara, ficam registradas as exéquias e alguns legados pios como pode ser visto no trecho reproduzido a seguir:

Nossos corpos serão envoltos em nossos hábitos de terceiros do Carmo e depositados sem pompa na capela da nossa universal ordem em o nosso esquife ao nosso hábito e no dia seguinte fará o nosso reverendo pároco com os sacerdotes que se acharem nesta vila um ofício podendo ser na mesma capela a onde queremos ser sepultados e se dará a cada sacerdote a esmola de duas oitavas e nelas entrará a missa que acima deixamos há de dizer nesse dia assim mais uma vela de libra e quando senão possa fazer o dito ofício nos fará o nosso reverendo pároco a sua recomendação e também o nosso reverendo comissário e a tudo assistiram as nossas irmandades e os sacerdotes que nos quiserem fazer esta merce e se lhe dará a cada um destes a vela de libra e parte das ditas missas corre qualidade e fica a eleição do nosso e seculares o depósito de Nossos Ó portanto algum o queira dar lhes por secularmente e assim se praticará sendo o nosso falecimento em outra parte digo em outra qualquer parte proporcionando se o referido como melhor podem e como dar se sem detrimento grave do nosso testamenteiro ou ordeiras// (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – volume 0001 – Testamento de Doutor Manoel Manço da Costa Reys e de sua mulher Dona Clara Maria de Castro 15/06/1775).

O culto a Santana, avó de Jesus Cristo e, entre outras coisas, santa relacionada à educação registrada no testamento de Dona Bernarda Vas parece dizer muito dessa família, que afinal dedicou muito de seu capital simbólico e econômico na aquisição de símbolos de distinção cultural e educacional. Além disso, em que pese a falta de informações sobre a posse de escravos e outros indicadores relacionados ao patrimônio acumulado (monte mor, bens de raiz ou outros similares) dessa família é possível perceber que se tratava de uma família bem importante. O doutor Manoel Manço era irmão terceiro da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, mas mesmo assim pediram um funeral sem pompa como está registrado no trecho reproduzido anteriormente. Claro que essa demonstração de humildade está relacionada à mentalidade do período na vila. Tendo em vista esse pedido, com respeito e cuidado na efetivação das últimas vontades dos testadores, faz crer que era um pedido muito bem avaliado que realmente era buscado pela família.

O Vivido

A partir do cruzamento nominativo entre testamentos e inventários foi possível mapear as relações estabelecidas entre os sujeitos históricos do período, tendo em vista a distinção por meio do aprendizado da leitura ou da escrita e a ocupação de postos de destaque no

⁶APMCMS-190 150-151- Bento Pereira de Faria Marinho 27/11/1747

aparato estatal do período. Bento Pereira de Faria Marinho foi um dos escrivães mais ativos na vila de Sabará ao longo da primeira metade do século XVIII. Como uma primeira apresentação dessa metodologia, cabe aqui à exploração do testamento de Bento Pereira de Faria Marinho, o escrevente mais solicitado, até agora identificado, na vila de Sabará. Entre os pouco mais de 200 testamentos pesquisados para região, ele aparece 11 vezes como o responsável pela feitura de testamentos ao longo do século XVIII. Isto parece indicar sua perícia e destaque em redigir esses documentos. Em 1747, Bento Pereira estava doente e acabou por falecer, deixando um testamento que ele mesmo redigiu. Nesse curto testamento de apenas duas páginas Bento Pereira não deixou muito clara sua trajetória de vida ou formativa. No entanto, é possível identificar várias informações sobre sua vida que tem implicações para a pesquisa aqui projetada.

A partir da leitura de seu testamento foi possível saber que Bento Faria⁶ era natural da “Freguesia de São Pedro de Barreiros Couto de Rendife Comarca de Vianna Arcebispado de Braga”. Isto é, natural da província do Minho, norte de Portugal. Ele era filho legítimo de “Gabriel Pereira de Faria, e de Dona Anna Maria da Silva Faria”. Estes moradores em sua própria quinta de “Agnolongo”, na qual havia a Capela de Nossa Senhora das Angústias onde foi efetivamente batizado nosso testador. O que parece indicar que essa capela era colada à Freguesia de São Pedro de Barreiros Couto de Rendife. É importante informar que para o período, quinta significava em Portugal: uma propriedade rural, propriedade rústica ou casa de campo, normalmente com casa de habitação. Ela pode ser cercada ou não de árvores, com terra de semeadura ou cultura. O sinônimo de quinta no Brasil pode ser fazenda. Portanto, trata-se de uma família de proprietários de terra do norte de Portugal. Tendo em vista o perfil do personagem aqui pesquisado, um dos escrivães mais atuantes na vila de Sabará, é desnecessário dizer que são pessoas bem “alfabetizadas” e que lidavam cotidianamente com a escrita o que é evidente quando Bento Faria informa que “fiz este [seu testamento] por minha letra e sinal hoje Vila Real do Sabará”. Ou ainda quando informa que,

meus bens, e dívidas constam do meu Livro numerado e rubricado por mim, com a rubrica que diz Marinho como assentei-me no princípio, e outro fim ambos escritos e assinados por minha própria mão, e pelos seus assentos se governarão e meus testamenteiros aos quais quero se dê inteiro crédito como se aqui fossem escritos em verbos do testamento, que hei por expressas e declarados neste para se lhe dar inteiro cumprimento. (APMCMS-190 150-151-Bento Pereira de Faria Marinho 27/11/1747).

O que é possível aventar com estas passagens e com o que é indicado pela bibliografia, principalmente Donald Ramos (2008) é que famílias camponesas no norte de Portugal ou pequenas proprietárias de terras perceberam a possibilidade de obter distinção social por meio do ensino de primeiras letras, e até de algumas cadeiras daquilo que era considerado à época o ensino secundário como forma de garantir melhores posições para as gerações seguintes. A descoberta do ouro em Minas, no fim do século XVII, abriu espaços significativos para a obtenção da distinção social inserindo-se no aparato estatal criado para administrar, fiscalizar e controlar essa região. Porém, aprender ler e escrever ou um pouco mais que isso, parece não ter sido o suficiente para garantir essas posições de destaque. Neste sentido, é interessante buscar entender outras estratégias empregadas por Bento Faria⁷ na busca por sua distinção social, em especial a reconversão de capital cultura em capital social, simbólico ou econômico.

Neste sentido é importante identificar quem o testador nomeou como seus tes-

⁶APMCMS-190 150-151- Bento Pereira de Faria Marinho 27/11/1747.

⁷Ainda não é possível identificar realmente se Bento Pereira de Faria Marinho era realmente um escrivão ou apenas um escrevente de vivia de escrever seus testamentos. Esta ainda é uma discussão por ser feita.

⁸APMCMS-190 150-151- Bento Pereira de Faria Marinho 27/11/1747

tamenteiros “Reverendo Doutor Lourenço Joze de Queiros Coimbra, André Moreira de Carvalho, Domingos Coelho da Silva e Antonio Alves Coelho meus Senhores, todos moradores nessa Vila e sua Comarca”. Isto parece indicar que Bento Faria estava em uma posição subalterna à dos seus testamenteiros, afinal estes são “seus senhores”. Sua posição social ou “socioprofissional” fica mais evidente quando informa que na falta de Reverendo Doutor Lourenço Joze de Queiros Coimbra “que me deu nobre cargo servir, queiram ser meus testamenteiros”. Isto é, a conquista do cargo como escrivão ou escrevente⁸ e a possibilidade de fazer testamentos por Bento Faria parece estar relacionada com a ótima relação que o testador tinha com o Reverendo Doutor Lourenço José. Essa posição de dependência, de subordinação, de troca de favores/mercês fica clara quando o testador nomeia Lourenço José como seu universal herdeiro.

em atenção a sua ilustre qualidade, e em mostras de agradecido ao muito bem que me tem feito, espero me faça pela minha alma dignas de se aceitar, e também nada mostra da grande vontade que tenho de não ser ingrato a seus favores de quem fez cumprir certas disposições que em carta fechada lhe declaro, que ele somente verá, e não outra alguma pessoa por matéria que quero fique em segredo, e para cumprimentos tirará de todos os meus bens antes de dívidas o que julgar necessário para satisfação de que ordeno que somente como sim o declarar com Certidão da quantia que tirou para as minhas disposições particulares dela se não faça menção para partilhas de meus bens (APMCMS-190 150-151 Bento Pereira de Faria Marinho 27/11/1747).

Claro que isto só é possível, pois Bento Faria⁹ informa em seu testamento ser solteiro e não ter “herdeiros forçados ascendentes nem descendentes”. Portanto, o testador nesse caso, poderia fazer o que bem entendesse com seus bens. A partir do trecho reproduzido anteriormente, é possível ver que a relação de dependência e de troca de favores é uma via de mão dupla. Neste sentido, não existiam somente os benefícios que Bento Faria oferece a Lourenço José na intenção de “não ser ingrato”. Este também fez uma série de favores para Bento Faria como fica evidente nas passagens em que Bento Faria menciona os favores que Lourenço José fez cumprir por carta fechada e, que, por isso, deveria ficar em segredo.

Para compreender melhor essa situação, é necessário investigar as diversas posições ocupadas pelo “Reverendo Doutor Lourenço Joze de Queiros Coimbra”¹⁰ no espaço social do termo da vila de Sabará e mesmo na capitania. Em que pese a impossibilidade até o momento de encontrar o testamento do Reverendo Doutor Lourenço José, a partir de pesquisas anteriores nos testamentos da vila de Sabará é possível encontrar referências diversas aos cargos ocupados, às ações estabelecidas, aos sentidos dados às ações e às relações estabelecidas com Lourenço José de Queiros Coimbra. Ao longo do período estudado, foram encontradas muitíssimas referências sobre esse sujeito histórico nos testamentos registrado no termo da vila de Sabará. A partir dos dados encontrados sabe-se que esteve atuante em Minas pelos menos entre 1723 até 1777¹¹. Este período é o que se pode identificar sua clara atuação: estabelecendo ou desfazendo-se de sociedades, pagando e recebendo por serviços e mercês. Deixando mais claro este são testamentos em que se encontra Lourenço José como credor ou devedor, como sócio ou coisas do tipo e não em que assina o documento por força de seu ofi-

¹⁰ APMCMS-190 150-151- Bento Pereira de Faria Marinho 27/11/1747

¹¹ Só até o que foi pesquisado no momento é possível encontrar referência ao Doutor Lourenço José de Queiros Coimbra nos seguintes testamentos IBRAM/MO-CBG/CPO-LT (02)06, fl. 86v-91v Testamento de Bárbara Gomes de Abreu e Lima - Sabará, 12/jul./1735, IBRAM/MO-CBG - LT (CPO) 02(6)fl. 80v. - 83. - Testamento de Manoel Madureira Pinto - 25/Ago./1723, IBRAM/MO-CBG- LT (CPO) (02) 06, f. 70v-76v - Testamento de Raphael Monteiro Heyris - 04/09/1733, IBRAM/MO-CBG/CPO-LT (02) 06, f. 91v-97v Testamento de Gracia Maria da Luz pretta forra - 19/12/1738, APMCMS-190 157v-158v. Testamento do Desembargador Diogo Cotrim de Souza 1777, APM/CMS-190 Fl. 99v-100v. Testamento de Francisco Gomês Monteiro 10/07/1763, CMS-190, Fls. 182v.-185v. Lourenço Pires de Moura 12/09/1768, APMCMS-190 Fls. 92v.-94v. Manoel de Moraes Cabral 08/03/1762, APMCMS-190, Fls. 166 e 167v. Joanna da Costa Maya (preta forra) 30/04/1767, APM/CMS-190. Fls. 43v -44v. Testamento de João Borges de Madureira 19/12/1757, APMCMS-190 150-151 Bento Pereira de Faria Marinho 27/11/1747.

cio como vigário da vara dos ausentes. Sabe-se pelo sermão do cônego Luis Viera da Silva, trabalhado por Herinaldo Alves (2009), que o falecimento de Lourenço José ocorreu em 1784. Portanto, fala-se de sujeito histórico que tinha mais de 50 anos de atuação em Minas recebendo e distribuindo mercês. Homem chave para a compreensão de como ocorriam às reconversões de capitais na busca por distinção nesse espaço social.

Nesses documentos, é possível observar o Doutor Lourenço José de Queiros Coimbra inicialmente ocupando o cargo de vigário da vara, da matriz e juiz dos resíduos. Posteriormente é possível observar Lourenço José recebendo como procurador os pagamentos pela venda de uma casa que Francisco Gomes Monteiro fez a Conrado Caldeira Brant. Além disso, é possível observar o recebimento e o pagamento de diversos favores/mercês que certamente o Reverendo Doutor distribuía pela capitania. Por fim, no último registro que se tem até o momento sobre atuação de Lourenço José, é possível identificá-lo no estabelecimento e no fim de uma sociedade que tem terras e águas minerais com o desembargador Diogo Cotrim de Souza.

Não cabe aqui fazer uma análise aprofundada das obras e dos feitos do Doutor Lourenço José Queirós Coimbra. No entanto, a partir do sermão de Vieira como apresentado por Herinaldo Alves (2009), é possível tirar algumas informações relevantes para o caso aqui analisado, e que podem servir de lição para a pesquisa planejada, segundo apontado por Herinaldo Alves (2009).

Este padre foi nomeado pelo primeiro bispo de Mariana para tomar posse da diocese em seu nome. Assim com Dom Frei Manoel da Cruz ainda em viagem pelos sertões, foi o padre Lourenço que em 28 de fevereiro de 1748 efetivou oficialmente a fundação do Bispado, criado por *motu* próprio de Bento XIV em mil setecentos e quarenta e cinco. Padre Lourenço foi o primeiro Vigário Geral como também o encarregado de organizar a posse do primeiro Bispo deste novo bispado (ALVES, 2009, p. 3).

Portanto, Doutor Lourenço José foi efetivamente o primeiro bispo de Mariana, pois o bispo Dom Frei Manoel da Cruz ainda estava no Maranhão e não tinha condições de tomar posse pessoalmente. Na verdade, segundo Herinaldo Alves (2009, p. 3) citando Mons. Flávio Rodrigues Carneiro Rodrigues em uma nota de rodapé informa que o cargo de Lourenço José era de Vigário Geral que era um “substituto do bispo (episcopi umbra – sombra do bispo) no governo de uma diocese. Preside a cúria, onde despacha com poderes delegados pelo bispo”.

De acordo com Herinaldo Alves (2009, p. 5), o Frei Manoel da Cruz enviou cartas pedindo indicações de religiosos atuantes em Minas que tivessem um perfil compatível ao de Vigário Geral e, para isto, apontou o perfil ideal; “sujeitos de virtudes e Letras para o bem das almas [...]a que todos estes requisitos e merecimentos concorrem na pessoa do reverendo doutor Lourenço José de Queirós, vigário colado da Matriz da Vila Real de Sabará”. Mais à frente, Herinaldo Alves (2009), aponta que

O “tipo” legislador criado por Vieira através da figura de Moisés não diz respeito exclusivamente à criação de leis, mas sim ao governo de um povo, na aplicação das leis e da justiça. Demonstra o orador, que o tipo de governo praticado pelo doutor Lourenço na Diocese como também na sua igreja paroquial, em Sabará, teve como objetivo principal edificar o povo bem mais do que condenar (ALVES, 2009, p.6).

Ao associar a figura do Bom pastor ao doutor Lourenço José Vieira, citado por meio de Herinaldo

Alves (2009), aponta que:

O doutor Lourenço seria ilustre, antes de tudo, por ser virtuoso, de maneira heroica. Para isso, baseia-se, segundo o cônego Vieira, nas virtudes cristãs por ele elencadas em seu sermão: não possuía vaidade, mesmo tendo em sua família títulos honoríficos; era prudente e regeu o povo com bons conselhos, mantendo essa conduta na velhice; era caridoso e possuía equidade; sofrera injúrias sem buscar vingança; possuía zelo nas funções sagradas. Assim Vieira qualifica o padre Lourenço como pastor afável, manso, pacífico, médico do espírito, amigo que compartilha as aflições; pastor, pai, protetor dos desvalidos; sofreu com resignação o processo de uma rigorosa e lenta enfermidade.

Vieira, ao elencar essas virtudes, vai associando a elas a vida do doutor Lourenço. Após o período de estudos em Coimbra, renunciou a um cargo oferecido pelo Arcebispo de Braga, deixando-o para seu irmão mais velho. Vem para o Brasil por volta de 1734, onde Dom Frei Antônio de Guadalupe o nomeia vigário de Sabará. Quando da posse do primeiro bispo de Mariana, o doutor Lourenço enfrenta embates com o bispo do Rio de Janeiro. Todavia, mesmo sendo acusado de abuso no uso de sua autoridade, teria sofrido estas injúrias sem buscar nenhum tipo de vingança. Assemelhar-se-ia, desta forma, ao bom pastor, Jesus Cristo. Conforme narra o texto bíblico: “quando injuriado, não retribuía as injúrias; atormentado, não ameaçava; antes, colocava a sua causa nas mãos daquele que julga com justiça”.

Ainda segundo o cônego Vieira, o Padre Lourenço não se importava com os títulos acadêmicos, nem com os da sua família, a despeito de ser descendente da nobilíssima casa dos “Queirozes”, da família dos Queirós de Amarante, por sua vez ligada ao rei Dom Afonso qualifica-o então como um homem sem vaidades, e por isso aplicado ao “tipo” de virtuoso (ALVES, 2009, p. 6-7).

Em que pese a tentativa de construção da memória de um homem bondoso, um modelo religioso as passagens anteriores indicam uma trajetória formativa, educativa e relacional que certamente estava vinculada à sua ascendência nobiliárquica. Esse era um homem de conexões ultramarinas e que para tanto estabelecia conexões com os de cima e de baixo de seu estrato social. Talvez por isso tinha relações tão estreita com Bento Pereira de Faria Marinho.

A partir da leitura de alguns testamentos e inventários *post-mortem* é possível contabilizar os gastos, algumas vezes significativos dos tutores, muitas vezes seus parentes, com seus tutelados na busca por educação, instrução, sustento, busca de um casamento bom para as órfãs e busca de uma posição de destaque para os órfãos. Neste sentido, Ignacio Pereira da Silva informa em seu testamento, registrado em Sabará, no ano de 1748, que é “casado com Luiza Maria filha natural do defunto Manoel Moreyra dos Santos e de Anna Moreyra preta forra de quem tenho duas filhas, uma por nome Narciza outra por nome Maria. Declaro que ao fazer deste se acha minha mulher pejada”¹² Já em seu inventário¹³ é informado que o padraсто das meninas, e que Ignacio Pereira da Silva havia nomeado como seu primeiro testamenteiro o Senhor Bartholomeu Gonçalves do Valle que tem feito gastos para que elas aprendessem a costurar.

O Efetivado e o Conquistado

¹²APM/CMS-020. Fls. 09- 12 Testamento de Ignacio Pereira da Silva 10/06/1748.

¹³CSO-I (11) 120 – Inventário de Ignacio Pereira da Silva.

¹⁴APM/CMS-200, Fls. 112v-114. Codicilo de Antonio [ou Custódio] Pereira da Rocha 14/04/1778.

¹⁵CPO (07)78 - Inventário de Antonio Pereira da Rocha 1778

Outro caso muito interessante para o tema aqui pesquisado está registrado no testamento¹⁴ e inventário¹⁵ de Antônio Pereira da Rocha. Em seu testamento declara ser:

natural da Vila de Guimaraens do Arcebispado de Braga, filho Legítimo de Antonio Francisco, e Luiza da Rocha, esta já falecida. Declaro que nunca fui casado, e instituo por meus Universais herdeiros a Joaquim Pereira da Rocha que se acha em meu poder, e a outra Irmã por nome Francisca que por sobrenome perca ambos menores, e brancos filhos de Thomazia Francisca assistente hoje na cidade do Rio de Janeiro, e consigo tem outra minha herdeira Francisca declarada por ser aqui me declarar serem meus filhos, e pelo assim conhecer, e não encarregar a minha consciência por tais os declaro. (APM/CMS-200, Fls. 112v-114. Codicilo de Antonio [ou Custódio] Pereira da Rocha 14/04/1778.)

Portanto, mais uma vez constata-se que um português teve uma relação consensual com uma mulher. No entanto, dessa vez não é possível identificar que Thomazia Francisca era portuguesa ou “brasileira”, mas certamente é possível identificá-la como branca, pois seus filhos, Joaquim e Francisca, são também brancos ainda que naturais. Em que pese a situação de separação do casal, talvez como efeito de uma punição proporcionada por uma visitação eclesiástica do bispado de Mariana, Antônio Pereira da Rocha não deixou de assumir suas responsabilidades para com os filhos e tomou providências para que no futuro não passassem dificuldades, e no caso de Joaquim, que ficou com ele, que este estudasse e até que aprendesse um ofício, mas que pouco significava, pois acabou por assumir funções públicas, provavelmente devido aos estudos, como se verá nos trechos do testamento e inventários reproduzidos a seguir.

A preocupação não se dirige apenas aos filhos, mas também a jovens, talvez seus parentes: sobrinhos ou afilhados. Parece ficar claro que estes próximos “herdeiros” não eram seus filhos, pois o testador não os assume como tal e isso seria improvável já que acabava de assumir outros filhos ilegítimo. Portanto, considero ser improvável assumir alguns filhos naturais e outros não. É mais provável que estes jovens fossem filhos de um amigo ou parente e que por isso estavam recebendo doações, pois a intenção era garantir ou contribuir para que estes jovens tivessem um futuro distinto.

Todos os meus bens que se acharem ao meu falecimento foram adquiridos, e não herdados, por isso tudo quanto possuo adquirir por minha indústria neste Continente de Minas e por isso disponho da terça parte na forma seguinte: Deixo a dois filhos de Thereza de Jezus de Oliveira ainda parda, filha de Catharina de Oliveira moradora em Vila os quais filhos um e macho que conserva em seu poder, que terá de idade pouco mais ou menos quatorze anos; a outra e fêmea que se assiste no Arrayal de São Caetano em casa de uma viúva que por nomes não provendo a cada hum cem mil reis (APM/CMS-200, Fls. 112v-114. Codicilo de Antonio [ou Custódio] Pereira da Rocha 14/04/1778).

É bastante relevante que Antônio Pereira da Rocha mantivesse contato cotidiano com a escrita que deixou registrada em seu testamento, quando informa que mantém livros, róis e borradores com o registro de suas dívidas e o que lhe devem. Além de ter assinado seu testamento, ele o fez “do meu próprio punho, e mão”. Em seu inventário, mais uma vez constata-se a im-

¹⁴APM/CMS-200, Fls. 115-116v. Testamento de Jozé da Silva Pessoa 28/08/1778.

¹⁵CSO-I (48) 362) – Inventário de Jozé da Silva Pessoa -1779-1785.

portância dada aos estudos pelas famílias da época, quando registra na folha 348 a solicitação de estudos para Joaquim para comprar de livros para se ordenar nas funções públicas. Além disso, no verso da folha 348, suplica dinheiro para a continuidade dos estudos de gramática latina, nos quais Joaquim tem tido bom aproveitamento. Mais adiante na folha 352, o Padre Mestre Roberto Luis Moreira busca receber seus ordenados devido ao ensino de gramática latina a Joaquim. Na folha 362, já pelos idos da década de 1780, o órfão fica impossibilitado de continuar os estudos por falta de vestuário. Talvez por isso Joaquim tenha aprendido o ofício de alfaiate. No entanto, o exercício de um ofício pode ter sido relegado e nunca ter se efetivado ou se efetivou apenas por algum tempo, pois posteriormente Joaquim aparece pedindo uma declaração de bom comportamento para exercer a posição de militar dos dragões, quando estava com a idade de aproximadamente 26 anos. Talvez por dificuldades financeiras Joaquim pudesse ter avançado nos estudos, nos quais estava tendo bom aproveitamento. No entanto, o estudo de primeiras letras e até de gramática latina permitiu a busca por uma posição profissional de destaque no Estado. Afinal, ser soldado ou possuir outra patente nos dragões indicava uma distinção social para aquela família e para sua descendência.

Outro exemplo de família que buscou a distinção por meio da carreira militar está registrado no testamento¹⁶ e inventário¹⁷ de José da Silva Pessoa. Em seu testamento informa que é,

natural da Vila de Pombal do Bispado de Coimbra, filho legítimo de Luis João, e de sua mulher Maria de Souza, já falecidos; e declaro que sou casado com Joanna de Almeida Costa, de cujo matrimônio tenho um filho por nome Francisco, e assim mais uma filha por nome Ritta, que no tempo de solteiro a houve de Nazaria Rozaura Gonçalves Bahia mulher parda, e outro filho que também houve no estado de solteiro por nome Joze de uma crioula por nome Marianna, os quais todos instituo por meus herdeiros das duas partes que tocarem a minha meação depois de pagas as minhas dívidas, e cumpridos os meus Legados. (APM/CMS-200, Fls. 115-116v. Testamento de Jozé da Silva Pessoa 28/08/1778).

Mais uma vez, observa-se um português que teve relacionamentos consensuais que geraram herdeiros. Essas histórias são recorrentes e quase sempre quando reconhecidas implicam no reconhecimento da paternidade e a tomada de providências em relação ao sustento, alimentação, educação e instrução de seus herdeiros. Normalmente para garantir uma profissão no caso dos meninos ou um bom casamento no caso das meninas. Isto é, busca-se a distinção para as futuras gerações daquela família. Em que pese às circunstâncias por vezes problemáticas conforme ficou registrado em seus testamentos o motivo para indicar como queria gastar sua terça:

Declaro que ao presente me acho sujeito a uma cadeia, e devendo várias dívidas ainda que módicas, e como dos bens que há neste casal pertence a meação deles a minha mulher, eu ignoro se depois de pago o que se deve me poderá ficar terça, por isso ao presente não disponho por minha alma sufrágios alguns, e só ordeno a eleição e arbítrio de meu testamenteiro a proporção da terça que me couber, se houver, fará por minha alma os sufrágios que deixo ao seu arbítrio (APM/CMS-200, Fls. 115-116v. Testamento de Jozé da Silva Pessoa 28/08/1778).

Nesse caso, informa ainda que, apesar de ter pedido ao Dr. Joze de Souza Gui-

¹⁸APM/CMS-200, Fls. 115-116v. Testamento de Jozé da Silva Pessoa 28/08/1778.

marraens que escrevesse seu testamento, ele o assinou com seu “sinal costumado de que uso”¹⁸. Em seu inventário, ficaram listados seus filhos com as seguintes idades: José com 25 anos, filho natural; Rita com 20 anos, filha natural; e, por fim, Francisco filho legítimo com 24 anos. Em seu inventário, foi nomeada como inventariante e tutora Joanna de Almeida da Costa, esposa de José da Silva Pessoa, que acaba por tentar nomear outros tutores, inicialmente sem sucesso. Por fim, ficou nomeado José da Silva Pessoa, que tinha o mesmo nome do Pai, mas que é irmão de Rita, como seu tutor. Isto por que sua mãe, Joanna de Almeida da Costa, havia casado em segundas núpcias com João Martinho Leite. É provável que essa estratégia esteja relacionada à manutenção do patrimônio familiar e a proteção da distinção alcançada pela família. Seu filho legítimo Francisco Rodrigues Costa, na época já com 26 anos, aparece como soldado dos dragões, conforme atestado do Capitão da 3ª Companhia de cavalaria dos dragões. Posteriormente é possível identificar que José da Silva Pessoa, o filho, havia se bacharelado, e é possível identificar a assinatura no inventário do pai.

Considerações Finais

Portanto, neste artigo foi possível observar que o estudo de trajetória complementa uma análise mais quantitativa, pois apresenta várias indicações de como as estruturas influenciam o cotidiano, mas também permite visualizar as implicações do micro nas escolhas possíveis. Isto é, para além de observar as implicações macro na vida das pessoas é possível ver também a possibilidade de ação dos indivíduos e das famílias na busca pela distinção social ou sua manutenção. Também possibilitou perceber que o compartilhado pela família era a efetivação de uma estratégia reprodutora familiar, mas que se corporificou muitas vezes não em herdeiros legítimos. Muitas vezes os laços familiares eram mais importantes que os étnicos. Desse modo, mesmo sendo herdeiros mulatos, pardos ou forros, estes conquistaram a tão sonhada distinção social. Para que isso fosse efetivado foram necessárias diversas reconversões de capitais, porque a autorização para a distinção social quase sempre se efetivava apenas com a autorização das autoridades. Nesse sentido, é que dinheiro virava capital social ou cultural e que capital social virava capital social e econômico. As responsabilidades compartilhadas pelas gerações permitiram visualizar projetos intergeracionais que facilmente ultrapassavam a relação pais e filhos e muitas vezes avós, tios e padrinhos contribuía para a estratégia de busca e manutenção de uma distinção social. Sendo assim, mais uma vez, fica patente que para entender a família do período, é necessário ir além dos laços sanguíneos evidentes e perceber outras relações.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Herinaldo O.. O sermão do inconfidente cônego Luis Viera da Silva: protótipo de sacerdote para a igreja de mariana no século XVIII. In: *II Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades*, 2009, Franca. Revista Brasileira de História das Religiões ? ANPUH. Maringá (PR), 2009.
- ANGELO, Fabrício V. M.. *Pelo muito amor que lhe tenho: As vivências afetivas, a Família e as Mestiçagens na Comarca do Rio das Velhas (1710-1780)* Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2013. (Dissertação de Mestrado).
- _____. *Herdeiros: o papel da família na educação das futuras gerações nos termos de Sabará e Vila Rica (1710-1780)*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2017. (Tese de Doutorado).
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Ja-

neiro: FGV, 1996. 277p., cap.13, p. 183-91.

BURKE, Peter *História e teoria social*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Companhia de Bolso).

GUÉRIOS, P. R.. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. *Campos* (UFPR), v. 12, p. 9-34, 2011.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In.: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

NOGUEIRA, Maria Alice. A construção da excelência escolar - um estudo de trajetórias feito com estudantes universitários provenientes das camadas médias intelectualizadas. In: Maria Alice Nogueira; Nadir Zago; Geraldo Gromanelli. (Org.). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. 4ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 125-154.

**Entre o Rural e o Urbano:
os órfãos de famílias abastadas e a educação
na Comarca do Rio das Velhas, século XVIII¹.**
*Between the Rural and the Urban: the orphans of
wealthy families and the education in the District of the
River of the Velhas, century XVIII.*



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v11i2.2632>

Talítha Maria Brandão Gorgulho

Doutoranda da Faculdade de Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais .

E-mail para contato: talithagorgulho@yahoo.com.br



<https://orcid.org/0000-0002-2255-0789>

Recebido em: 05/09/2018 – Aceito em 31/10/2018

Resumo: A região de Rio das Velhas foi a maior região da Capitania de Minas, no início do século XVIII. Localizada na região centro-norte da Capitania, ficava no deserto muito fértil. A atividade mineradora predominante na região sul, onde se dividiu com a Comarca de Vila Rica, foi impulsionada pela produção de ouro. Paralelamente à atividade de mineração, ocorreu a ocupação urbana. Esta ocupação foi particularmente intensa nas regiões central e sul. Nos arredores, cultivos estabelecidos e fazendas voltadas para a pecuária. Além disso, era uma região muito bem localizada geograficamente e se tornou um ponto de convergência para as rotas de comércio, tanto internas (como exemplo, a rota centro-sul) quanto externas (principalmente as rotas comerciais com a Corte e a Bahia). Capitania). Devido à presença de áreas urbanas e rurais, além do entorno do rio São Francisco, que cruzou a região na direção sul-norte, a Comarca do Rio das Velhas tinha um perfil econômico muito diversificado e uma população muito significativa. . O encontro de diferentes culturas e as condições materiais concretas da vida e do trabalho são fatores que marcam profundamente o tipo de sociedade que está presente na Capitania de Minas Gerais. Diante dessa riqueza de situações, inserida em uma pesquisa maior sobre educação de órfãos de famílias abastadas dessa região no século XVIII, este texto pretende apresentar um levantamento dos locais onde as práticas educativas desses órfãos foram combinadas com análise desses dados. Além de saber se essas práticas ocorreram em ambientes públicos ou privados e o que seriam, também se pretende observar a localidade em que os ricos órfãos vivenciaram essa educação. Sabe-se que a região do Rio das Velhas do século XVIII possuía aldeias com intensa atividade urbana, mantendo diversas fazendas, mais isoladas e muito produtivas. É, portanto, interessante pensar se o fato de viver nas aldeias, campos ou fazendas, mais isoladas, influenciou os tipos de educação dados a esses órfãos. Se, para as meninas, se sabe que a educação ocorreu dentro de suas casas, provavelmente faria pouca diferença o local de residência. Mas e os meninos? Os órfãos, mais ricos, habitantes das aldeias, por exemplo, eram os mais freqüentes das salas de aula públicas? Teriam mais contato com a aprendizagem através de mestres de artesanato mecânico, como alfaiate, por causa de uma maior demanda por esse serviço nos centros urbanos? Por outro lado, os órfãos mais ricos das fazendas receberiam suas práticas educacionais por meio de professores particulares? Para responder a essas perguntas, foi elaborado um mapeamento de práticas educativas nessa região, demonstrando onde e quais práticas foram realizadas. Essas análises ajudam a compreender, de forma mais completa e mais complexa, como se deu a educação dos órfãos ricos no período colonial, contribuindo para análises sobre a História da

¹Uma versão reduzida desse texto foi apresentado no ISCHE em Buenos Aires, 2017.

Educação, principalmente para a América portuguesa.

Palavras-chave: Rural, Urbano, História das Família, Órfãos, Comarca do Rio das Velhas, século XVIII.

Abstract: The region of Rio das Velhas was the largest region of the Captaincy of Minas, at the beginning of the 18th century. Located in the central-north region of the Captaincy, it was in the very fertile wilderness. The predominant mining activity the southern region, where it divided with the Comarca de Vila Rica, was driven by the gold production. Parallel to the mining activity, urban occupation occurred. This occupation was particularly intense in the central and southern regions. In the surroundings, established-se crops and farms directed towards cattle raising. In addition, it was a very well-geographically located region and became a point of convergence for the routes of trade, both internal (as an example, the center-south route) and external routes (mainly the trade routes with the Court and Bahia's Captaincy). Due to the presence of both urban and rural areas, in addition to the around of the São Francisco River, which crossed the region in a south-north direction, the Comarca do Rio das Velhas had a very diversified economic profile and a very significant population. The encounter of different cultures and the concrete material conditions of life and work are factors that mark deeply the type of society that is present in the Captaincy of Minas Gerais. In view of this wealth of situations, inserted in a larger research about education of orphans from wealthy families of this region in the 18th century, this text intends to present a survey of the places where the educational practices of these orphans, were combined with an analysis of these data. In addition to knowing if these practices occurred in public or private environments and what they would be, it is also intended to observe the locality in which the wealthy orphans lived this education. It is known that the region of Rio das Velhas of the 18th century had villages with intense urban activity while maintaining several farms, more isolated and very productive. It is, therefore, interesting to think whether the fact of living in the villages, camps or farms, more isolated, influenced the types of education given to these orphans. If, for the girls, it is known that education took place inside their homes, it would probably make little difference the place of residence. But what about the boys? Were the orphans, wealthier, inhabitants of the villages, for example, the most frequent of public classrooms? Would they have more contact with learning through masters of mechanical crafts, as a tailor, because of a greater demand for this service in urban centers? On the other hand, would the wealthiest orphans of the farms receive their educational practices through private teachers? In order to answer these questions a mapping of educational practices was elaborated in this region, demonstrating where and what the practices were realized. Theses analyzes help to understand, in a more complete and more complexity how the education of wealthy orphans was given in the colonial period, contributing to analyzes about the History of Education, mainly for Portuguese America.

Keywords: Rural, Urban, History of Families, Orphans, Rio das Velhas County, 18th century.

Introdução

O texto que ora apresento é um pequeno desdobramento de uma pesquisa mais ampla, que resultou na minha dissertação de mestrado, defendida na Faculdade de Educação da UFMG em 2011 e que iluminou os caminhos que tenho seguido no desenvolvimento de minha tese de doutorado na mesma instituição. Hoje preocupava com a educação legada pelas elites coloniais para três comarcas da Capitania de Minas, a saber: Rio da Velhas, Rio das Mortes e Vila Rica; na pesquisa de mestrado investiguei as estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas na Comarca do Rio das Velhas na segunda metade do XVIII².

Para este trabalho foi feito levantamento e leitura dos 488 inventários post mortem, e a partir desses, desenvolvemos uma metodologia, amparada em estudos de história econômica e demográfica, combinando o valor do monte mor com o número de escravos, para classificar os 20% dos documentos que continham os inventariados dos indivíduos mais abastados dessa população.

²GORGULHO, Talítha Maria Brandão. "Aos órfãos que ficaram": estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas na comarca do Rio das Velhas (1750-1800). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2011 (Dissertação de Mestrado em Educação).

³Essa análise já foi feita em GORGULHO (2011).

Com esses dados foi possível entender melhor o perfil desse grupo, quais as práticas educativas mais usadas por eles, quais as estratégias eram adotadas pelos membros desses grupos para alcançarem as práticas educativas pretendidas e quais as particularidades e as diversidades encontradas em seu interior. Porém, algumas outras questões acerca das práticas educativas ficaram sem resposta. Uma delas é o que pretendo discutir neste texto.

O presente estudo traz um levantamento sobre os locais de morada dos órfãos das famílias abastadas da Comarca do Rio das Velhas, Capitania de Minas Gerais e uma análise para entender se, e de qual maneira, esse dado interferia no tipo de educação recebida por esses sujeitos. Para além de saber se essas práticas se davam em ambientes públicos ou privados e quais seriam eles³, pretende-se aqui, observar as localidades em que os órfãos mais abastados viviam e qual a relação entre viver nessa localidade e sua educação.

As práticas educativas⁴ encontradas

Por meio dos inventários *post mortem* e dos indícios presentes nos bens arrolados, nos traslados dos testamentos, nos autos de contas, tem-se a possibilidade de perceber diferentes práticas educativas dos órfãos pertencentes ao grupo dos “mais abastados”.

Seguindo as indicações das fontes, foi elaborada uma lista com as práticas educativas encontradas para os órfãos e agrupadas da seguinte forma:

Criação/educação - Quando há no documento apenas a menção de que o órfão está sendo bem “criado e educado com todo o necessário”, não sendo especificado como se dava essa criação/educação;

Ofícios mecânicos/artes manuais - Aprendizado de alguma atividade mecânica, como a de alfaiate, sapateiro e ainda o aprendizado de costura, bordado, fazer renda, etc., aos quais as órfãs eram submetidas;

Instrução elementar - Aprendizado das primeiras letras, ou seja, ler, escrever e contar;

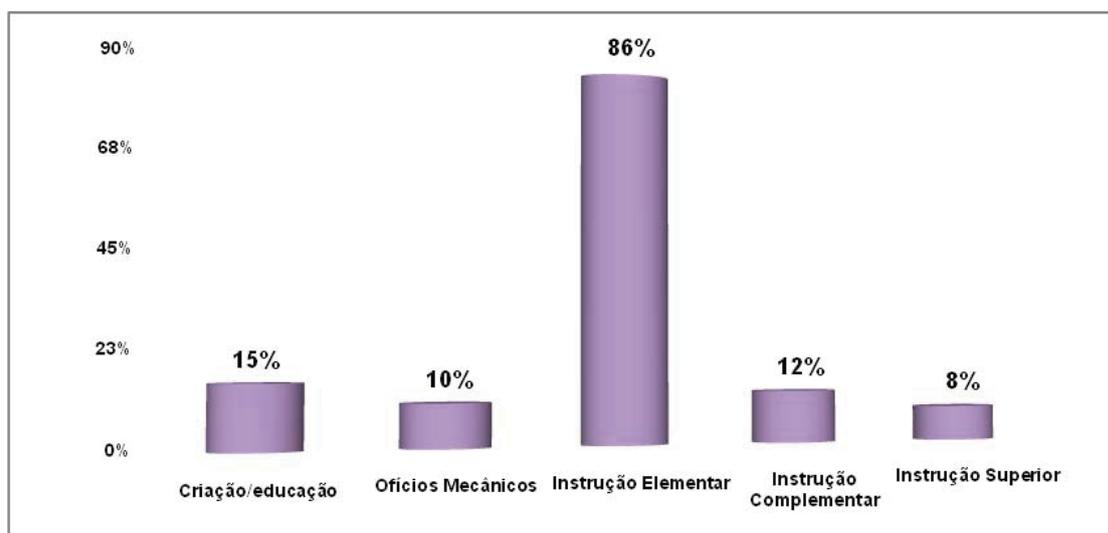
Instrução complementar - Aprendizado que vai além do elementar, ou seja, quando o órfão aprende Gramática, Retórica e/ou Música;

Instrução superior - Frequência à Universidade ou ao Seminário.

As práticas educativas encontradas, para os órfãos, aparecem divididas da seguinte forma (de acordo com o agrupamento pré-estabelecido e explicitado acima):

Gráfico 1 – Porcentagem dos indícios das *práticas educativas* encontradas nos inventários para os órfãos do grupo dos “mais abastados”.

⁴Por práticas educativas entendo, assim como defende Fonseca (baseando-se no conceito de práticas culturais tratado por estudiosos como Michel de Certeau, Pierre Bourdieu e Roger Chartier), as “maneiras de fazer” cotidianas dos sujeitos históricos, relacionadas social e culturalmente, na construção de seus espaços, suas posições e suas identidades” (FONSECA, 2009, p.10); ou seja, trato a educação, nesta análise, como sendo uma prática, fruto de relações sociais.



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Há, em alguns casos, a associação de atividades de mais de um grupo de prática educativa. Por exemplo, para muitas meninas, os artes manuais de coser e bordar vinham junto com o aprendizado das primeiras letras; ou, como outro exemplo, para poucos meninos, o aprendizado das primeiras letras era complementado com o de Latim e Gramática. Por esse motivo, há casos em que os órfãos aparecem descritos em mais de um tipo de prática educativa. FONSECA (2006) afirma que esse mesmo padrão de combinação de diferentes práticas educativas pode ser observado nas camadas menos favorecidas e que há exemplos de filhos de sujeitos dessas camadas, como os de oficiais mecânicos, que também aprendiam a ler, escrever e contar; e que a junção dos tipos de educação seria uma garantia de sobrevivência. O aprendizado dos ofícios mecânicos teria a função de garantir o sustento, e a capacidade de escrita e leitura era vista como a possibilidade de uma ligeira ascensão social.

Não obstante, na presente pesquisa, chama a atenção o alto índice de órfãos que estavam inseridos em *práticas educativas* em que se tinha contato direto com algum nível de aprendizagem da leitura e escrita, identificadas aqui como as *práticas educativas* de Instruções – Elementar, Complementar e Superior.

A historiografia da educação no período colonial, conforme já demonstrado, tem evidenciado que a educação na América portuguesa no século XVIII era dada de acordo com o gênero do indivíduo e a sua condição econômica e social. Pode-se afirmar que aos menos privilegiados era mais comum o aprendizado de ofícios mecânicos a fim de garantirem um sustento, podendo também se estender ao aprendizado das primeiras letras.

Os escravos podiam aprender os ofícios mecânicos e, até mesmo, a ler e escrever – um modo de valorizá-los e de fazê-los aumentar os rendimentos de seus senhores com trabalhos mais específicos. Já aos filhos de famílias mais abastadas, as primeiras letras eram ensinadas, assim como Latim, Gramática e as operações fundamentais, além de ofícios manuais para as mulheres. Para o universo das camadas mais privilegiadas da sociedade mineira setecentista, os dados da presente pesquisa reforçam tal ideia, pertinente à educação dos órfãos filhos dos “*mais abastados*”, como se pode observar no gráfico 9.

Cláudia OLIVEIRA (2008), ao analisar a Comarca do Rio das Velhas, afirma que nem sempre havia uma relação direta entre as ocupações dos pais e os caminhos seguidos pelos órfãos, conforme as afirmações de FONSECA (2009, p.103) de que nem sempre a for-

⁵GORGULHO (2011), Trata-se desse tema na p.58 do Capítulo II.
⁶GORGULHO (2011), ver Cap. I.

mação profissional seguia a condição social familiar, como indicavam as *Ordenações Filipinas*.⁵

Para a Comarca do Rio das Mortes, na Capitania de Minas Gerais, MORAIS (2009) consegue perceber que há uma relação estrita entre as posses de bens e negócios paternos e as ocupações dos menores. O grande número de filhos ilegítimos/naturais, maior para a Comarca do Rio das Velhas que para a Comarca do Rio das Mortes⁶, pode ser um dos motivos que ajudam a explicar esse quadro, uma vez que, de acordo com FONSECA (2009), é considerável o número de filhos mestiços de homens razoavelmente abastados que recebiam educação para formação em algum tipo de ofício mecânico, às vezes combinado com o ensino das primeiras letras.

Sabe-se que a Comarca do Rio das Velhas do século XVIII possuía Vilas com atividade urbana intensa ao mesmo tempo em que mantinha várias fazendas, mais isoladas e muito produtivas. A atividade mineradora predominava na região sudeste, onde fazia divisa com a Comarca de Vila Rica, e era impulsionada pela produção aurífera. Paralelamente à atividade mineradora, ocorria a ocupação urbana intensa. No entorno, mais sertanejo, estabeleceram-se roças e fazendas voltadas para criação de gado. Além disso, era uma Comarca muito bem posicionada geograficamente e se tornou ponto de convergência para as rotas de comércio, tanto internas (como exemplo, a rota centro-sul) quanto externas (principalmente as rotas de comércio com a Corte e a Capitania da Bahia).

Fazendo um estudo detalhado sobre as formas de ocupação nas Minas setecentistas Cláudia Damasceno FONSECA (2011) reequaciona o argumento de que Minas seria diferente, também por conta da intensa urbanização e chama atenção para o fato de que, a urbanização mineira não se equipara nunca com a de grandes centros urbanizados na Europa, como Flandres, na Itália, por exemplo. Nas Minas, segundo a autora, a urbanização dominante foi a dos pequenos aglomerados, sem os atributos mais formais dos centros urbanos e com conflitualidades fortes.

O que dominava nas Minas setecentistas então, é a multiplicidade das formas de ocupação e organização. Ainda assim, a autora chama atenção para a diferenciação, mesmo que de forma mais fluida, das características entre o urbano, vilas e arraiais predominantemente, e o rural, os sertões. Os núcleos urbanos são tratados pela autora como expressões da organização da sociedade com suas contradições e hierarquias. O sertão seria o rural, mas longe de ser um vazio, símbolo da marcha do colonizador através desse território feito por meio de lutas e da sujeição de grupos humanos mais frágeis.

Outra questão discutida por FONSECA (2011) é a tradicional vinculação da atividade mineradora com o processo de urbanização. Para ela, se a princípio a exploração mineral foi a grande responsável pela formação dos núcleos urbanos, com o tempo o comércio e a agricultura começam a ter maior destaque.

No entanto, ainda que guardadas as devidas proporções, o que se observa é que a Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, sede⁷ da Comarca do Rio das Velhas, era um espaço de socialização intensa e o local onde se encontrava o aparato administrativo da Coroa Portuguesa, a saber, por exemplo, o Senado da Câmara e a Intendência do Ouro. Vamos entender melhor mais a frente.

Por apresentar tanto áreas urbanas quanto rurais, a Comarca do Rio das Velhas possuía um perfil sócio-econômico muito diversificado. Na segunda metade do século XVIII, a Comarca abrigava uma população bastante significativa. De acordo com José Joaquim Rocha, em 1778 a Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará tinha 850 fogos e mais de 7.600 almas (ROCHA, 1995, p.106).

Para FONSECA (2003), o encontro de diferentes culturas e as condições materiais concretas de vida e de trabalho são fatores que marcam profundamente o tipo de sociedade que se encontra presente na Capitania de Minas Gerais. Uma característica

⁷Segundo Botelho & Reis, em cada comarca existia uma vila principal, escolhida como sede administrativa, onde eram instalados os órgãos públicos e as autoridades coloniais; estas eram chamadas "cabeça de comarca". (BOTELHO & REIS, 2002, p. 44.)

⁸É sabido que havia várias atividades urbanas que empregavam quantidades significativas de escravos no período abordado; no entanto, para a região a mineração e a agropecuária aparecem como as grandes empregadoras desse tipo de mão de obra.

⁹Vale salientar que não se pretende incluir, aqui, todos os pardos e negros no conjunto de escravos; no entanto, a ligação desses homens de cor com a escravidão é indiscutível. Mesmo que não fossem escravos, pode-se afirmar que os negros e pardos eram ao menos descendentes destes.

importante da população da Comarca do Rio das Velhas é que essa possuía um contingente muito maior de negros (50.946) e pardos (34.236), do que de brancos (14.394). Tudo indica que essa característica está diretamente relacionada às principais atividades econômicas exercidas na região – mineração, agropecuária e comércio –, já que a mineração e a agropecuária⁸ exigiam grande quantidade de mão de obra escrava⁹, e vão dar a essa Comarca contornos muito próprios, que tentaremos expor neste texto.

É, portanto, interessante pensar se o fato de se morar nas Vilas, arraiais ou em fazendas mais isoladas influenciava os tipos de educação dada a esses órfãos. Se para as meninas é sabido que a educação se dava no interior de suas casas, provavelmente, pouco fazia diferença o local de morada. Mas, e para os meninos?

Rural e Urbano

Antes de seguirmos com as análises, portanto, se faz necessário identificar o que os termos, presentes na própria documentação, e que serão fundamentais neste estudo nomeiam. Os termos mais encontrados na documentação, que fazem referência ao nome das localidades onde moravam os inventariados e suas famílias no momento da sua morte são: fazenda, sítio, arraial, freguesia e vila. Explano agora, minimamente, a que se referiam esses termos para a administração político territorial da coroa portuguesa. Lembrando que o léxico ligado a organização político territorial, sofreu algumas modificações quando da transplantação ao Novo Mundo, portanto, alguns termos são encontrados apenas para os domínios de além mar, já outros referenciam coisas distintas. Irei me ater aos termos utilizados para o recorte territorial do interesse da pesquisa, a América portuguesa.

Iniciando da escala maior para a menor temos o termo Capitania. Capitania, seria uma unidade político territorial dirigida por um “governador e Capitão – general” nomeado pelo Rei. No caso do estudo, Capitania de Minas Gerais. As capitanias eram formadas por Comarcas, que eram a jurisdição dos ouvidores (magistrados com diversas atribuições como a tutela da gestão financeira feita pelos Camaristas e da justiça administrativa dos juizes ordinários). As comarcas, por sua vez, agrupavam os municípios. Os municípios, ou concelhos, eram a célula básica da administração política territorial do reino. Porém, nos territórios da América portuguesa esses termos não são muito utilizados. Não encontrei tais nomenclaturas na documentação. Mas vale observar que o concelho era formado por Vila e Termo. Estas nomenclaturas sim, muito utilizadas na colônia e encontradas com vastamente nos documentos analisados.

Vilas designavam os principais núcleos urbanos, onde se reúne a Câmara. Os termos, que também compunham os concelhos ou municípios, eram territórios de jurisdição dos ofícios camarários que abarcavam várias outras localidades como as freguesias e arraiais. A freguesia é uma subdivisão de uma diocese da Igreja Católica e uma subdivisão de um Concelho e, por sua vez, se subdividiam em arraiais. No Brasil, um arraial (povoado) era elevado à categoria de Freguesia, pela Diocese quando pudesse manter um vigário, ou então pelo governo.

Os termos mais encontrados na documentação, que fazem referência ao nome das localidades onde moravam os inventariados e suas famílias no momento da sua morte são: fazenda, sítio, arraial, freguesia e vila.

A fim de possibilitar as análises pretendidas, elaborou-se categorias de localidades divididas de acordo com os termos que aparecem na documentação e conceituação de estudiosos do assunto da seguinte maneira:

Urbano - quando a localidade de morada dos órfãos eram as Vilas. Conforme já mostrado, as Vilas

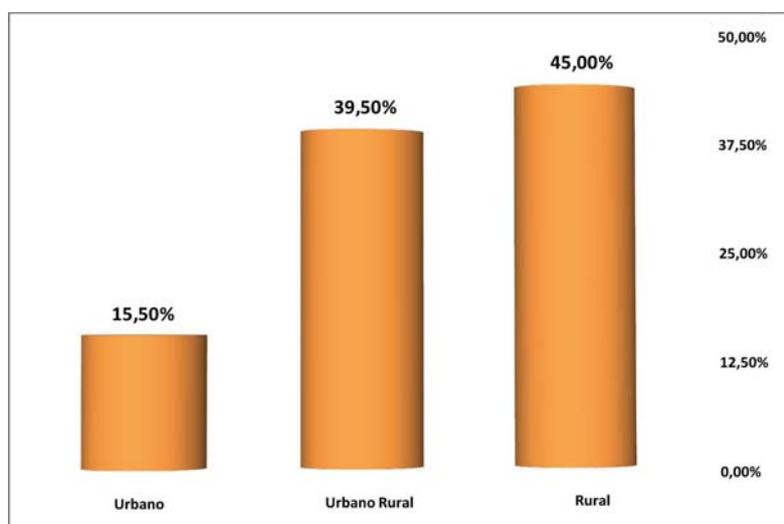
eram locais onde se encontrava uma maior densidade demográfica, uma malha urbana mais estruturada relativa ao período.

Urbano-rural - que se refere àquelas localidades em que se sabe haver algum povoamento, mas não com autonomia, nem com uma estrutura urbana como se observava nas Vilas, ou seja, os arraiais.

Rural - quando os órfãos residiam em localidades afastadas de povoados, como fazendas e sítios, por exemplo.

Essas localidades encontradas aparecem nas seguintes proporções.

Gráfico 2 – Porcentagem de órfãos que receberam as *práticas educativas* relacionada com as regiões.

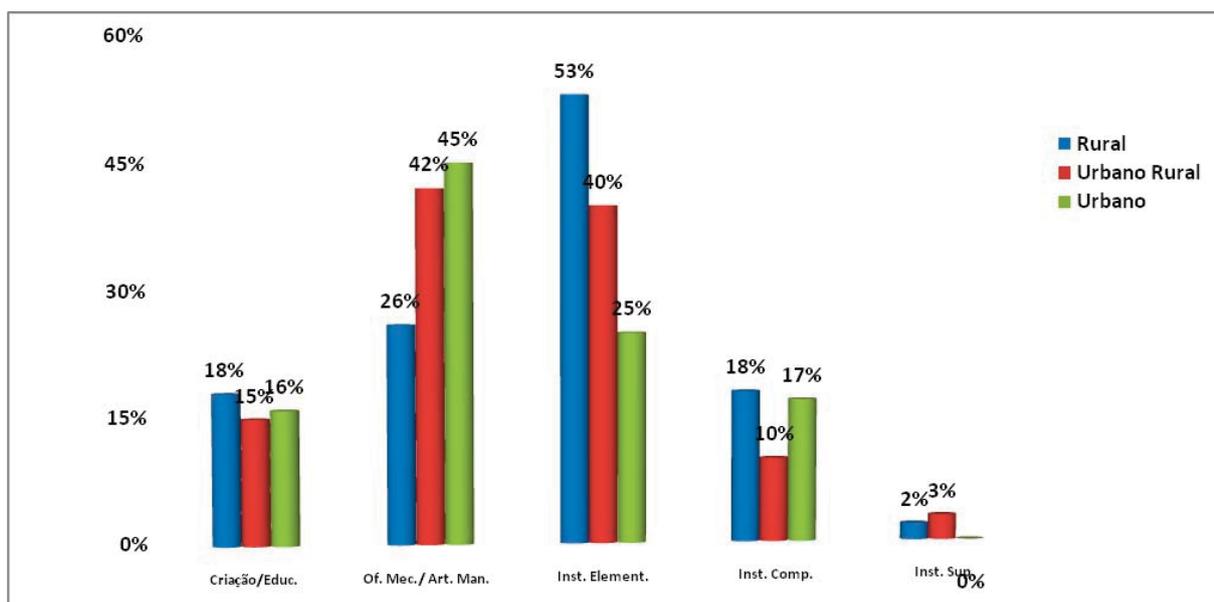


Fonte: Banco de dados da pesquisa

Pode-se observar com o gráfico que a maior parte dos órfãos se encontravam residindo nas zonas rural e urbano rural, sendo estes mais de 80% dos órfãos. Essa característica apresentada se mostra coerente com os estudos da história demográfica para as Minas setecentista, que demonstram o predomínio da população nas áreas rurais, ainda que esta Capitania seja considerada uma das mais urbanizadas para o período. Essa especificidade está claramente ligada às atividades econômicas desenvolvidas nas Minas setecentistas, predominantemente, voltadas para os ambientes rurais, como a mineração e atividades agro-pastoris.

As hipóteses que estimularam o desenvolvimento desse estudo foram que as localidades onde os órfãos viviam influenciavam, de certa forma, o tipo de educação que eles recebiam. Essa influência se daria por conta de certas questões práticas. Para além das especificidades de pertencerem a uma classe econômica dominante e do sexo, acreditava-se ser possível perceber diferenciações que perpassassem as questões de se ter, por exemplo, maior demanda por serviços manuais nos centros urbanos, como sapateiros e alfaiates ou, a constatação de serem as maiores fortunas residentes nas áreas rural e urbano rural, que influenciaria a haver nesses locais um maior nível de educação voltada para leitura e escrita.

Gráfico 3 - Práticas educativas por localidade de residência dos órfãos (porcentagem de acordo com o número de órfãos de cada localidade).



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

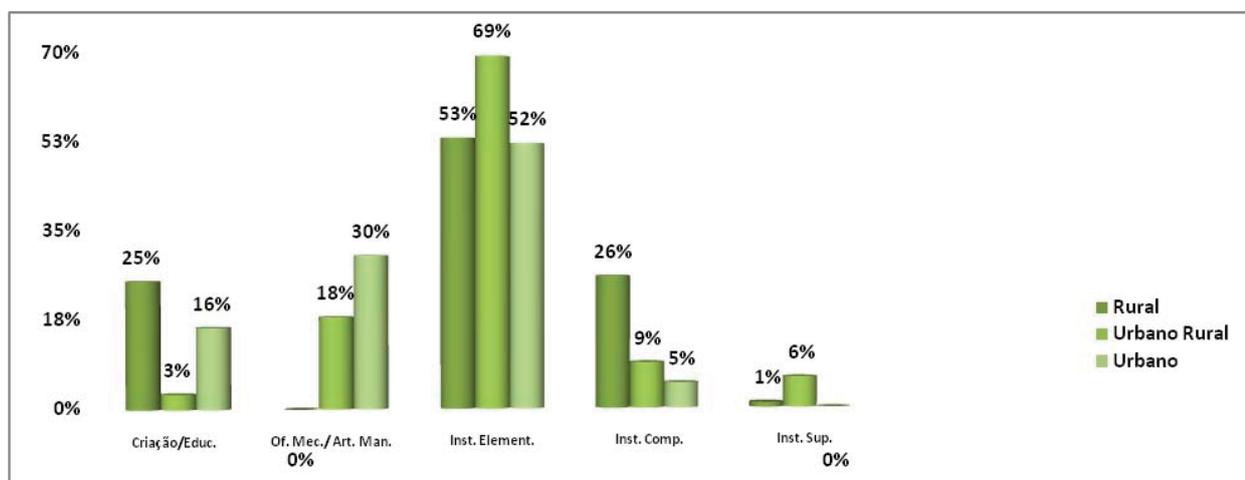
O que se observa no presente gráfico é um destaque da porcentagem de práticas educativas relacionadas com práticas em que se tem algum nível de aprendizado de leitura e escrita nas localidades classificadas como Rural. Há dentre os três níveis de instrução mais de 70% das práticas educativas encontradas. Para o meio urbano/rural, encontramos uma grande proximidade entre a quantidade de práticas relacionadas aos ofícios mecânicos e manuais e a instrução elementar, porém se observarmos todos os níveis de instrução, estes aparecem superiores, sendo mais de 53% das práticas educativas desses órfãos. Já para o meio urbano, o destaque está nas práticas voltadas para os ofícios mecânicos e manuais. Sendo estas 45% das práticas encontradas.

Esses dados nos permitem afirmar que os órfãos dos meios Urbano/rural e, principalmente, Rural tinham suas práticas educativas voltadas mais para as instruções em seus diversos níveis do que para os ofícios mecânicos, já os do meio urbano tinham as práticas mais voltadas para o aprendizado dos ofícios mecânicos e manual. A princípio, as hipóteses parecem se confirmar.

Para cada gênero um tipo de educação

No entanto, é importante que analisemos separadamente os órfãos de acordo com o sexo, já que é sabido o número grande de mulheres que tinham o aprendizado de ofícios manuais como prática educativa. Sendo assim, para que esses dados sejam melhor compreendidos, necessita-se de um detalhamento maior. Sigamos

Gráfico 4 – Práticas educativas por localidade de residência dos órfãos do sexo MASCULINO.



Fonte: Banco de dados da pesquisa

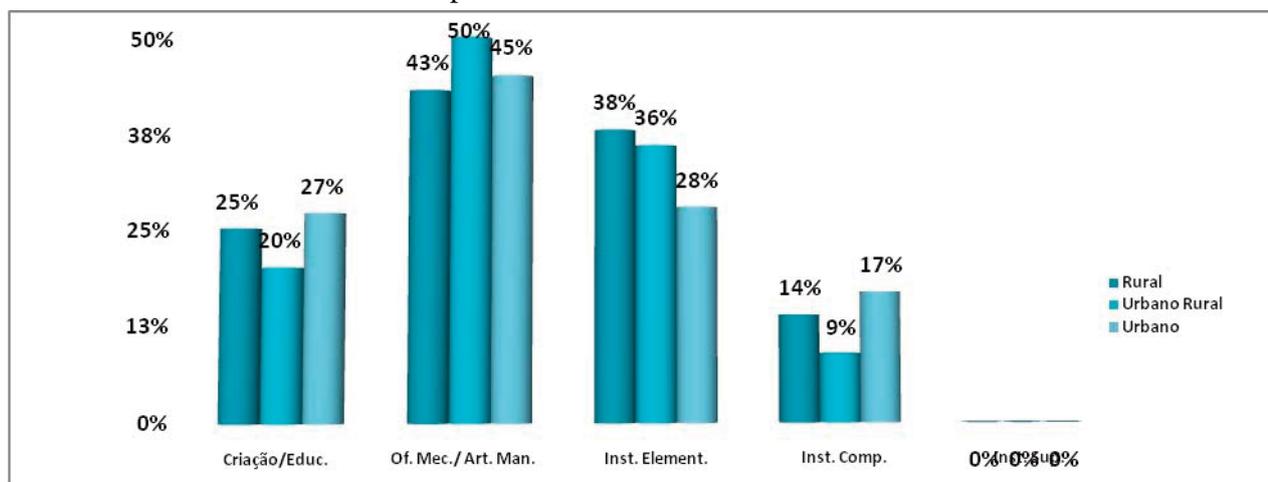
Para o grupo aqui abordado, os “mais abastados”, independente da localidade que viviam, o que se observa é o predomínio da instrução elementar para os homens. No entanto, analisando a hipótese de que a influência da localidade onde o órfão mora e a educação recebida se daria por conta de certas questões práticas, como uma maior demanda por serviços manuais nos centros urbanos, esta se mostra, em certa medida, plausível, já que podemos observar que o número de práticas educativas ligadas ao aprendizado de ofícios mecânicos aparecem superior nas localidades onde há algum nível de aglomeração populacional, sendo 0% na área rural. Dos órfãos que aparecem como aprendizes de ofícios mecânicos para a área Urbano/rural, temos um que aparece na documentação como aprendendo o ofício do pai (que era comerciante). Já para as localidades caracterizadas como Urbano temos um ourives e um alfaiate, e um sapateiro, sendo que aquele que aprendeu o ofício de alfaiate, segundo seu pai e tutor, não o exercia e “vivia de escrever papéis no cartório da Ouvidoria”. Os tipos de atividades exercidas ajudam a confirmar a hipótese acima descrita.

Observaremos que, se comparado com as práticas educativas para as meninas, o número de aprendizado de ofícios mecânicos para os meninos é muito inferior. Uma explicação possível para o pequeno número de ofícios mecânicos entre as práticas educativas destinadas aos órfãos do sexo masculino, filhos dos “mais abastados”, talvez seja o desprezo que a fidalguia portuguesa tinha pelos trabalhos manuais, transposto, de certa forma, como costume também das camadas mais altas da sociedade colonial. Esse desprezo da nobreza portuguesa, e possivelmente da “nobreza da terra”, dava-se por serem os trabalhos manuais uma atividade que impedia a obtenção de títulos e a ascensão a cargos do governo. A desqualificação dos ofícios mecânicos contribuía para a manutenção da hierarquia social, relegando-se tais atividades aos menos afortunados.

Outra hipótese, em parte, confirmada foi a de que haveria um maior nível de educação voltada para leitura e escrita nas áreas Rural e Urbano Rural, já que, como sabemos, eram nesses lugares que as maiores fortunas se encontravam. Temos, apenas para essas localidades, a indicação de órfão que chegaram a Universidade de Coimbra e que freqüentaram seminários. Esse tipo de educação era extremamente onerosa, sendo acessível, portanto, apenas para os sujeitos mais afortunados.

Apesar de o número de órfãos do sexo masculino e feminino ser muito próximo, verificaram-se práticas educativas distintas para homens e mulheres, confirmando o que vêm mostrando as pesquisas que analisam educação para ambos os sexos.

Gráfico 5 – Práticas educativas por localidade de residência dos órfãos do sexo FEMININO



Os dados expostos no gráfico acima vêm corroborar a ideia de que a educação feminina na sociedade luso-brasileira era basicamente a preparação para o papel que as mulheres desempenhavam: o de mães e esposas. De acordo com essa perspectiva, as meninas aprendiam, desde muito cedo, os segredos dos bordados das rendas, dos crivos e da costura. No entanto, para o grupo dos “mais abastados”, a leitura e a escrita, mostram-nos os números, também faziam parte da educação de muitas órfãs.

Corroborando com a hipótese de que para as meninas a localidade de morada pouco influenciariam na educação recebida, o que se observou na pesquisa foi uma certa uniformização da educação com relação as localidades. Pouco se diferenciam os tipos de práticas educativas recebidas nos meios rural, urbano rural e urbano. Contudo, um sutil destaque se mostra possível de ser verificado nas práticas educativas ligadas a instrução complementar nas localidades urbanas. Essas práticas são, em sua maioria, aprendizado de música, especialmente piano. O que se pode inferir que a possibilidade de uma vida sócio/cultural mais ativa, com mais acesso à reuniões sociais, teatros, jantares, saraus, dentre outras, mais comum de centros urbanos, aumentava o interesse e a necessidade desse tipo de educação.

Conclusão

Chegamos, portanto, a conclusão de que as práticas educativas dos órfãos das famílias abastadas mostraram-se, na sua grande maioria, intimamente ligadas ao mundo das letras, como já era sabido, e as hipóteses colocadas no início da pesquisa foram corroboradas. Para os órfãos do sexo masculino, encontramos uma diferenciação das práticas educativas por eles vivenciadas nas diferentes localidades. Essas diferenças estão, muitas vezes, relacionadas as demandas e/ou características sociais desses lugares. Já para as órfãs, do sexo feminino, essa relação entre o tipo de prática educativa e a localidade em que estas viviam, aparece muito menos significativa. Possivelmente por conta do papel social da mulher das camadas mais altas da sociedade, de boa esposa e boa mãe.

Referências Bibliográficas:

- ALGRANTI, Leila Mezan. Família e Vida Doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (org). História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Liana Maria. Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

- CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. Arraiais e vilas d'el rei: espaço de poder nas Minas setecentista. Trad. Maria Juliana Gambogi Teixeira. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2011
- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Volume I: Uma História dos Costumes. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Historiografia da Educação na América portuguesa: balanço e perspectivas. Anais do II Congresso Mineiro de História da Educação em Minas Gerais. Uberlândia-MG: EDUFU, 2003.
- _____. "Segundo a qualidade de suas pessoas e fazenda": estratégias educativas na sociedade mineira colonial. *Varia História*. Belo Horizonte: v. 22, n. 35, jan/jun 2006.
- _____. Letras, ofícios e bons costumes. Civilidade e sociabilidade na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- GORGULHO, Talítha Maria Brandão. "Aos órfãos que ficaram": estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas na comarca do Rio das Velhas (1750-1800). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 20011 (Dissertação de Mestrado em Educação).
- MORAIS, Christianni Cardoso de. Posses e usos da cultura escrita e difusão da escola: de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del Rei, Minas Gerais (1750-1850). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2009 (Tese de Doutorado em História).
- OLIVEIRA, Cláudia Fernanda. Educação Feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750/1800): a constituição de um padrão ideal de mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2008 (Dissertação de Mestrado em Educação).
- ROCHA, José Joaquim da. Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

Ser Tutora - Os Caminhos, Requisitos e Práticas para a Manutenção da Família e a Educação dos Filhos Comarca de Vila Rica, 1770 - 1822*

Be Tutorship - The Paths, Requirements and Practices for the Maintenance of the Family and the Education of the Children Comarca de Vila Rica, 1770 - 1822.



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v11i2.2648>

Kelly Lislíe Julio¹

Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.
Professora e Pesquisadora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão

E-mail para contato: kellylislie@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0001-6941-8446>

Recebido em: 25/09/2018 – Aceito em 31/10/2018

Resumo: O presente artigo parte do cotidiano de algumas mulheres que viveram na Termo de Vila Rica, na comarca homônima, Capitania de Minas Gerais, entre 1770 e 1830. Nossa proposta principal foi pensar no processo de apropriação da função educativa por parte das famílias, sobretudo as mulheres. Para tal foram focalizadas as famílias legitimamente constituídas, mas que já tinham perdido seu progenitor e, por isso, dependiam da nomeação de um tutor para cuidar dos bens e da educação dos órfãos. No presente estudo, apenas as famílias em que as esposas assumiram a tutoria foram analisadas. A intenção foi primeiramente evidenciar alguns aspectos que pesaram positivamente para serem eleitas tutoras de seus filhos, sobretudo elementos da relação estabelecida com seus maridos, antes de falecerem. Num segundo momento, buscou-se apresentar alguns caminhos e requisitos necessários às mulheres para assumirem a tutoria. O objetivo aqui foi apresentar as possibilidades legais dadas às viúvas para que pudessem manter sua família sob seus cuidados, inclusive no que se referia à educação dos menores. Por último, como tentativa de demonstrar alguns indícios da apropriação da tarefa de educar, foram trazidos no presente artigo alguns direcionamentos educativos feitos pelas tutoras. As fontes privilegiadas foram os testamentos e inventários dos maridos e os requerimentos das viúvas enviados ao Conselho Ultramarino presentes no Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência de Ouro Preto – Instituto Brasileiro de Museus – AHMINC/IBRAM e no Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, respectivamente. Entende-se que a tutoria permitia às mulheres exercer maior influência na formação dos órfãos e na administração de seus bens. Tal fato garantia às mulheres o exercício de seu papel de educadora, como concebido no período e, ao mesmo tempo, contribuía para a concretização do processo educativo almejado.

Palavras-chave: educadora; mulheres, órfãos

Abstract: The present article parts of the everyday of some women that lived in Termo de Vila Velha, in the homonymous comarca, Capitania de Minas Gerais, between 1770 and 1830. Our principal propose was think in the process of appropriation of educative function for part of families, especially women. For such were focalized the families legitimately builded up, but that already had losed their progenitor and, therefore, depended the appointment of a guardian for care of the assets and education of the orphans. In the present study, only the families in that the wifes assumed the tutoring were analyzed. The intention was firstly evidence some aspects that measured positively for to be elected tutors of her sons,

¹Líder do Grupo de Pesquisa Práticas Educativas na América Portuguesa.

above all elements of relation established with her husbands, before die. In a second moment, we tried to present some ways and requirements necessary the women for assumes the tutoring. The aim here was presente the legal possibilities given the widows for that could maintaim their families under their cares, including in what refered of the education of minors. By end, as attempt of exhibit some evidences of appropriation of the assignment of educate, were brought in the present article some educative directions made by tutors. The privileged sources was the testaments, husbands' inventories and widows' requirements sended to the Overseas Concil presents in the Archive of Historical Museum of Inconfidência Mineira of Ouro Preto - Brazilian Institute of Museums- AHMINC/IBRAM and in the Historical Overseas Archive- AHU, respectively. It is understood that the tutoring permitted the women exert more influence in the formation of orphans and in a administration of their assets. Such fact guaranteed to women the exercise of their role of education, such as conceived in the period and, in same time, contributed for a materialization of the educative process intended.

Keywords: educator; women, orphans

Introdução

A história da família no Brasil tem merecido a atenção de muitos estudiosos². De um modo geral, tem sido consenso por parte desses pesquisadores o reconhecimento da importância das famílias para a conformação da sociedade e, além disso, a identificação de organizações familiares múltiplas coexistindo nas diferentes regiões do país.

Uma das regiões em que a família recebeu atenção especial, seja no que se refere à organização da sociedade ou sobre as diferentes formas de “ajustes” foi Minas Gerais no período colonial. Edriana Nolasco (2014) e Sheila Faria (2011), por exemplo, destacaram que, concernente à questão da estruturação econômica, social e política, as famílias tiveram papel fundamental, sendo consideradas unidades integradoras de poder. Já sobre a pluralidade de grupos familiares, como apontou Luciano Figueiredo (1997), diferentes contornos familiares se estabeleceram em terras mineiras. Tal fato se daria, segundo o autor, em virtude de variados aspectos, tais como: o seu caráter urbano, com uma população bastante expressiva e a variedade de atividades que eram ali desenvolvidas. O mesmo foi dito por Eni Samara (1999). Para a autora, além das famílias legitimamente constituídas pelo casamento cristão, havia em terras mineiras: as relações baseadas no concubinato; lares com a presença de filhos ilegítimos, sobrinhos, afilhados, netos, etc.; e os domicílios chefiados por mulheres – solteiras, viúvas e com maridos ausentes. Essas diferentes formas de organização também foram apontadas por Sílvia Brügger (2007).

Todavia, para o presente artigo, a análise se restringirá aos grupos familiares legitimamente constituídos que viveram no cotidiano da sociedade colonial do Termo de Vila Rica, na Comarca homônima, em Minas Gerais. Para isso, serão privilegiadas as ações desenvolvidas por mulheres, sobretudo quando seus maridos faleciam. A intenção é evidenciar alguns indícios presentes na documentação que ajudaram a vislumbrar alguns aspectos da relação estabelecida entre os cônjuges na tentativa de perceber elementos que acabavam influenciando a organização e a vida familiar depois da morte do marido. Ao mesmo tempo, há a pretensão de apresentar algumas estratégias desenvolvidas pelas viúvas para a manutenção da família sob sua responsabilidade. Para este aspecto serão apresentados alguns dos requisitos esperados e ressaltados pelas mulheres e suas testemunhas, previstos na legislação. Finalmente serão evidenciados alguns direcionamentos feitos pelas mães para que seus filhos recebessem algum tipo de educação. Com essa finalidade, serão privilegiados os testamentos e inventários dos maridos e os requerimentos das viúvas enviados ao Conselho Ultramarino presentes no Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência de Ouro Preto – Instituto Brasileiro de Museus – AHMINC/IBRAM e no Arquivo Histórico Ultramarino – AHU –, catalogados e disponibilizados pelo Projeto Resgate³, respectivamente.

²FREIRE (2006a); FARIA (2011); SAMARA (1997); SCOTT (2014); FIGUEIREDO (1997), DEL PRIORE (2009); NOLASCO (2014); JULIO (2017); ANGELO (2017); PAULA (2016), dentre outros.

As Famílias “legítimas” enquanto espaço de formação

Nos países europeus, dentre eles Portugal, seguindo as concepções que fundamentavam os imaginários de diferentes autoridades civis e religiosas, a família deveria ser constituída a partir do casamento cristão. Isso porque havia um entendimento de que era nesse tipo de organização familiar que determinados valores, visões de mundo e práticas educativas poderiam ser desenvolvidas visando um ordenamento da sociedade. Em outros termos, a família deveria contribuir para a organização e desenvolvimento da sociedade, difundindo práticas e posições consideradas mais civilizadas.

Do mesmo modo, na América Portuguesa, as famílias aqui estabelecidas foram alvos de normas e mecanismos de controle das autoridades metropolitanas e eclesiásticas. Nesse contexto, tentaram, igualmente, propagar o matrimônio “legítimo”, pois o mesmo era visto como uma possibilidade de difundir o catolicismo, disciplinar e ordenar os povos em terras bráslicas, com vistas a produzir uma civilidade, nos moldes europeus.

Em Minas Gerais, por sua vez, isso não foi diferente. Palco de variados conflitos ocorridos ainda nas primeiras décadas do século XVIII, a região das Minas recebeu atenção especial de D. João V. Preocupado em impor um ordenamento e controle econômico e social sobre a população, determinou que o governador Dom Lourenço de Almeida, já em 1721, tomasse providências capazes de educar a população, o que, em outras palavras, representava a adoção de padrões organizativos europeus. Assim, ordenou ao governador da recém-criada Capitania de Minas Gerais que fizesse o possível para aumentar o número de casamentos, defendendo a noção de que, uma vez casados, os colonos seriam mais obedientes, pois estariam mais apegados à terra e às suas obrigações (FONSECA, 2009, p.32).

Apesar das dificuldades para concretizar tal intento, como por exemplo, a falta de mulheres brancas na região que pudessem se casar com os portugueses que aqui se encontravam (FONSECA, 2009), gradativamente, o casamento sacramentado passou a ser um valor almejado pelos colonos. No dizer de Algranti (1997), ele conferia *status* e segurança aos colonos e, por isso, foi desejado por homens e mulheres de diferentes grupos sociais. Os casamentos sacramentados mereceram atenções e esforços de muitos, gerando estratégias variadas para sua concretização. Nos documentos é possível identificar diferentes ações, tais como: doações para a conformação de patrimônios e dotes, estabelecimentos de contratos e acordos nupciais, dentre outros.

Uma vez concretizado, o casamento sacramentado possibilitava a organização da “família tradicional”, na qual papéis específicos eram atribuídos a seus membros. Aos maridos caberia a função de administrar o patrimônio familiar, além de deliberar a respeito dos destinos dos filhos e zelar pela honra daqueles que estivessem sob sua responsabilidade (CHEQUER, 2002). Às mulheres, estando à sombra do marido, compreenderia a oportunidade de exercer “os mais importantes papéis que uma mulher poderia desejar”: ser boa esposa e mãe, responsável assim pelo governo do lar e o “nascimento, sobrevivência, saúde e educação dos filhos” (DEL PRIORE, 2009, p. 17). Em conjunto caberia aos pais cuidar da criação, sustento e educação dos filhos, inclusive no que se referia à doutrina cristã e aos bons costumes.

Como se percebe, além da importância da família para a conformação social, política e econômica, progressivamente, ela também assumiu uma função educativa de formação dos sujeitos para o convívio social. Quer dizer, ela foi chamada para participar do projeto pretendido pelas autoridades civis e religiosas de formação do “súdito cristão” (FONSECA, 2014).

A fim de evidenciar essa apropriação da tarefa de educar por parte das famílias, serão apresentados a seguir alguns elementos presentes nos documentos que demonstram como homens e mulheres tomaram para si, de modo progressivo, seus papéis nessa empreitada. Ten-

³Essa documentação está disponível em https://bdllb.bn.gov.br/?page_id=10

tar-se-á vislumbrar aspectos da relação cotidiana vivenciada entre os consortes a fim de demonstrar que, apesar do reconhecimento de suas responsabilidades ideais específicas para com a educação dos filhos e sobrevivência da família, comumente eram as necessidades cotidianas que demarcavam as ações de homens e mulheres, o que acabava gerando uma sobreposição de papéis. Tal fato acabava influenciando no modo como a família se organizava, inclusive depois da morte dos maridos, já que, muitas vezes, permitia certa autonomia para as mulheres.

Entre Marido e Mulher – indícios das ações para a sobrevivência e manutenção da família

Iniciemos pelos dados presentes no requerimento de Dona Tereza de Jesus, feito à Rainha Dona Maria, no qual pediu a concessão da tutela de seus filhos e administração de seus bens⁴. Era o ano de 1784. Conforme Dona Tereza, ela era moradora da Freguesia do Ouro Preto de Vila Rica e havia se tornado viúva do Tenente José Francisco de Sá Mourão. Assim como determinavam os preceitos morais e os ensinamentos religiosos da época, seu casamento havia acontecido à “face da Igreja (...) e como tais marido e mulher viveram sempre de bem, as portas adentro, e *unidos em boa sociedade*”. Desse legítimo matrimônio tiveram cinco filhos, “todos menores de quatorze anos”, os quais segundo a requerente tinha criado e “ainda está criando a seus peitos”.

A partir das palavras presentes nesse requerimento é possível perceber dois aspectos importantes. Primeiro que a família havia sido constituída conforme as concepções ideais circulantes no período, quer dizer, à “face da Igreja”. Além disso, que Dona Tereza estava cuidando da criação de seus cinco filhos, como era esperado.

Para somar a esses aspectos em benefício de seu pedido, ela fez questão de ressaltar que se conservava no estado de “viúva honesta”, como estabelecia a legislação, e que concorria com as qualidades necessárias para assumir a provisão solicitada⁵. Mas, quais seriam os elementos que poderiam concorrer positivamente e que pudessem atestar “essas qualidades” para cuidar da tutela de seus filhos?

O Tenente José Francisco havia falecido sem o testamento e, por isso, não há informações deixadas por ele próprio que nos ajudam a vislumbrar a relação vivenciada com sua esposa no cotidiano. Todavia, como parte do requerimento de Dona Tereza, consta um *Instrumento de Justificação*, no qual várias testemunhas foram chamadas para declarar aspectos vistos, ouvidos e conhecidos sobre a vida do casal, sobretudo a da requerente. A intenção era arrolar provas da capacidade de Dona Tereza, permitindo assim a aprovação ou não da manutenção dos filhos sob a responsabilidade da viúva.

Conforme as testemunhas, o casamento era “público e notório”, vivido em “boa sociedade”, como apontado pela requerente. Além disso, confirmando as informações presentes na petição da viúva, todos os bens do casal tinham sido adquiridos a partir do dote de Dona Tereza e do trabalho do falecido do marido em negócio próprio. Na verdade, referente aos negócios, estes, segundo as testemunhas, sempre tiveram a participação de Dona Tereza que auxiliava seu marido “em vários particulares”, inclusive o registro escrito, seja quando o Tenente José Francisco estava presente ou ausente. Ainda, segundo as testemunhas, a capacidade de Dona Tereza era reforçada pela “honestidade e exemplar recolhimento e governo econômico de sua casa e família” quando era casada, o que se mantinha depois do falecimento do marido.

A partir das informações dadas pelas testemunhas é possível perceber que o trabalho de Dona Tereza não se restringia aos cuidados do lar e dos filhos, mas abarcava também os negócios do casal. Isto lhe possibilitava participar dos mecanismos de ma-

⁴Requerimento de Dona Tereza de Jesus... AHU, Cx122, doc. 33.

⁵[Ordenações Filipinas] Código Filipino... Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012. Livro 4, Título 102 § 03, p. 999.

nutrição e sobrevivência da família e acaba reforçando um aspecto já apontado: de que o cotidiano regia as relações e os papéis vivenciados por homens e mulheres. Por outro lado, nos relatos apresentados foram reafirmadas determinadas “características femininas” que Dona Tereza deveria possuir caso mantivesse os filhos e bens sob seus cuidados: o viver de modo “honesto” e “exemplar recolhimento” como faziam “as virtuosas e boas mães de família no estado de casadas ou de viuvez”. Além disso, a aptidão de Dona Tereza para cuidar dos filhos, seus bens e educação estava relacionada também com a capacidade de escrita que possuía, um aspecto positivo na visão dos homens chamados para testemunhar. Todo esse conjunto de elementos ressaltados pelas testemunhas foram fundamentais para a concessão da tutoria solicitada.

Outra mulher que também buscou argumentos na vida de casada para justificar sua capacidade para manter seus filhos e bens sob seus cuidados foi Dona Ana Maria de Jesus. Nos idos de 1784 ela fez um requerimento à Rainha solicitando a isenção da prestação de contas da tutoria de seus filhos⁶. Assim como Dona Tereza, Dona Ana Maria havia se casado à “face da Igreja na forma do Concílio de Trento e das Leis do Reino”. Seu marido teria sido Jacinto Pereira Ribeiro, português da Freguesia de Santiago Lobão, Bispado do Porto. O casal viveu no Arraial de Congonhas, pertencente à Comarca de Vila Rica do Ouro Preto e do matrimônio tiveram três filhos – José, Antônio e Ana – dos quais Dona Ana Maria se tornou tutora e administradora de todos os bens, graças à nomeação em testamento feita pelo próprio marido.

Do mesmo modo que no processo anterior, consta um *Instrumento de Justificação* junto ao requerimento de Dona Ana Maria. Nele, as quatro testemunhas – todas homens e eleitos pela viúva -, fizeram questão de ressaltar que, quando Jacinto era vivo, era sua esposa a responsável pelo “manear” dos negócios, pois “seu marido apenas sabia assinar o próprio nome”, enquanto ela “possuía toda capacidade”. O negócio em questão era uma loja de fazendas secas, estabelecimento que continuou a ser administrado pela viúva depois do falecimento de Jacinto “sem que até o presente devesse o crédito de seu negócio”.

Na verdade, segundo os testemunhos, Dona Ana Maria estava pagando os credores e cobrando os devedores, “por si e pela pessoa de seus caixeiros a quem paga sem que até o presente padecesse o crédito do seu negócio”. Na opinião das testemunhas, o crédito que alcançou quando seu marido era vivo permitiu-lhe construir uma boa reputação e confiança. Isto possibilitou o aumento dos negócios, de modo que, no futuro, quando a viúva falecesse, seus filhos receberiam seus bens mais prósperos se comparado com o que receberam por morte do pai.

Para além desses aspectos, outro ponto positivo para a manutenção da tutoria sob os cuidados de Dona Ana Maria, segundo às testemunhas, era o fato de que a mesma se conservava no estado de viúva com toda honra. Fato comprovado “pelo ver e presenciar”, conforme os depoimentos. Tal informação ia de encontro ao que tinha sido ressaltado pela própria viúva que declarou que vivia “com toda aquela honra devia ao seu estado sem que nele seja infamada de modo algum”.

Ao analisar os testemunhos apresentados para a solicitação de Dona Ana Maria de Jesus não se pode ignorar dois elementos importantes. O primeiro é que, dentre as testemunhas, alguns deles poderiam ser credores aos quais à viúva ainda estaria devendo e, uma vez diminuído alguns aspectos burocráticos, os pagamentos poderiam ocorrer de maneira mais agilizada. Outro ponto importante é que as testemunhas tinham sido escolhidas pela própria requerente, dentre seus conhecidos, e, por isso, os discursos poderiam ser produzidos conforme os interesses de Dona Ana Maria.

Seja como for, não se pode negar os esforços feitos por Dona Ana Maria no exercício da tutoria. Como será melhor apresentado mais à frente, a viúva utilizou-se de

⁶Requerimento de Ana Maria de Jesus... AHU, Cx121, doc. 02.

estratégias variadas para garantir a “educação necessária” aos filhos. Quer dizer, em que pesem os discursos construídos de acordo com os interesses das testemunhas e da justificante, não se pode negar um processo de apropriação das normas e das funções a ela atribuídos, ainda que relidos. Aspecto também observado no caso de Dona Tereza de Jesus. E, além disso, outro ponto importante, as duas mulheres em questão já possuíam certa autonomia e participação nas atividades da família, mesmo antes do falecimento de seus maridos, o que reforça a ideia de sobreposição dos papéis em virtude da necessidade imposta pelo cotidiano. Finalmente, os elementos ressaltados da relação estabelecida com seus esposos, foram fundamentais para alcançarem a tutoria dos filhos.

Caminhos e Requisitos necessários para serem Tutoras

Mas, como se dava o processo de escolha do tutor? Como já ressaltado, a concepção a respeito da família defendida pelas autoridades civis e religiosas era baseada na presença do marido, da mulher e dos filhos abençoados pelo sagrado matrimônio. Todavia, a morte de um dos cônjuges poderia ameaçar os planos do Estado e da Igreja. Ater-se-á à morte do marido.

Sem a presença do pai de família para governar as atividades econômicas e subordinar seus integrantes, a família, enquanto estrutura sólida e espaço por excelência para a propagação da educação moral aos filhos – na dimensão religiosa e civil – poderia sofrer grande perigo. Para evitar tal ameaça, com a morte do marido, além do inventário que deveria ser feito junto ao Juízo dos Órfãos, dever-se-ia nomear um tutor quando os filhos deixados tivessem idade inferior a 25 anos e não tivessem sido emancipados⁷.

Havia três formas de nomeação de um tutor: em testamento pelo pai ou avô; legítima, sempre entre os parentes, respeitando-se os laços de sucessão, a começar pelas mães e avós; e a dativa, quando o juiz de órfãos escolhia um “homem bom do lugar” para exercer a função⁸. Apenas nas duas primeiras situações é que era possível eleger uma mulher para ser tutora e, por isso, somente elas serão focalizadas.

No que se refere à nomeação testamentária, essa escolha era preferencialmente atendida⁹. Isso porque, segundo Carvalho (1840, 2 parte, p.04), “sendo nomeado pelas pessoas em quem se presume maior afeto e amizade e que maior interesse têm na felicidade dos órfãos, deve supor-se que são os mais capazes de administrarem bem a tutela e de desempenharem os pesados deveres que ela impõe”. Em outros termos, a pessoa eleita pelo pai era aquela digna de confiança e detentora, conforme sua avaliação, de grande capacidade e competência.

É nesse contexto que surgem as viúvas. Era bastante comum preferir as esposas antes de qualquer outro sujeito para assumir a função. Essa preferência dependia, conforme previsto na legislação, de certa habilidade feminina para o exercício da tutoria e, por isso, a mulher passava por uma avaliação feita por outras pessoas, na qual eram apontadas as “qualidades” de seu comportamento e a capacidade para reger e governar os filhos¹⁰. Uma dessas pessoas poderia ser o próprio marido, no testamento.

Dona Maria Theodora da Silva, por exemplo, era viúva do Capitão Domingos José Ferreira¹¹. Moradores do Largo do Rosário em Vila Rica e casados legitimamente, os dois tiveram 12 filhos, dos quais, no momento da feitura do inventário, nove ainda eram menores de 25 anos de idade. Em seu testamento, presente no mesmo processo, o Capitão Domingos nomeou sua esposa como primeira testamenteira e também tu-

⁷Os inventários eram feitos quando ocorria a morte de qualquer um dos cônjuges. Todavia, a nomeação de um tutor ocorria apenas quando existiam filhos menores de 25 anos, conforme as Ordenações Filipinas, Livro I, Título 88 “Dos Juizes dos Órfãos”. As Ordenações vigoraram no Brasil até 1917. Nelas, a obrigação para se indicar um tutor para os menores ocorria apenas na ocasião de morte do pai. Sendo a mãe a falecida, o pai era automaticamente responsável pelos filhos e pela administração dos seus bens.

⁸[Ordenações Filipinas] Código Filipino... Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012. Livro 4, Título 102 § 06, p. 1002.

⁹O pedido do pai somente não era atendido se o tutor nomeado no testamento tivesse algum dos impedimentos previstos nas Ordenações: menor de 25 anos; sandeu; pródigo; inimigo do órfão; pobre no momento do falecimento do defunto; escravo; infame; religioso [estão excluídos os presbíteros e demais clérigos] ou impedido em decorrência de algum outro impedimento perpétuo. Ordenações Filipinas, Livro IV, Título 102 “Dos Tutores e Curadores que se dão aos órfãos”.

¹⁰Ordenações Filipinas, Livro IV, Título 102 “Dos Tutores e Curadores que se dão aos órfãos”.

¹¹Inventário de Domingos José Ferreira. AHCPOP/IPHAN, código 35, Auto 422, Ano 1802.

tora de seus filhos. Para atestar sua nomeação, ressaltou que assim o fizera “por conhecer sua capacidade e suficiência que tem para bem reger e zelar tudo quanto lhes pertencer”.

Já Dona Rita Vaz de Carvalho era esposa do português João Francisco dos Santos¹². Residindo na Freguesia de Nossa Senhora de Antonio Dias, pertencente ao Termo de Vila Rica, eles tiveram três filhos, sendo que um deles – Feliciano – ainda tinha 20 anos de idade quando os bens do casal foram inventariados. A grande admiração de João Francisco por Dona Rita foi expressa várias vezes em seu testamento, nas quais ressaltava diferentes qualidades de sua esposa. Certo de que a mesma tinha habilidade para cuidar de suas últimas vontades, à nomeou como sua primeira testamenteira e declarou que “... pelo grande conhecimento que de mais de trinta e cinco anos tenho de minha mulher e do seu bom e louvável governo, paridade em gastos e em tudo o mais respectivo a despesas (...), por isso a nomeio por tutora do meu filho Feliciano de menor idade e por administradora de sua legítima...”.

Sobre essa questão da nomeação das esposas como tutoras é importante destacar dois aspectos. O primeiro era a possibilidade de que, na verdade, existia uma preocupação por parte do marido em garantir todas as posses na família e, conseqüentemente, o sustento e a sobrevivência de todos, forçando a eleição do parente mais próximo. Isso porque, em termos legais a morte de um dos cônjuges demandava a divisão dos bens entre os herdeiros e, uma vez nomeada a esposa, na prática, poderia se evitar a partilha e a diminuição do espólio. Mas, por outro lado, tal situação não invalida uma reconhecida apreciação por parte do testador de que as mulheres realmente tinham a competência para assumir a tutoria, inclusive porque já haviam demonstrado suas habilidades no desempenho das atividades cotidianas realizadas no seio do matrimônio.

Esse reconhecimento por parte do marido foi observado também por outros autores. Gorgulho (2011) e Morais (2009), ao dedicarem parte de seus estudos para os “*mais abastados*”, destacaram que as mulheres pertencentes a esse grupo possuíam um maior espaço de ação, que era admitido e respeitado pelos maridos. Conseqüentemente, participavam mais da educação dos filhos e de outras atividades do casal, inclusive no plano econômico.

Assim como Dona Tereza e Dona Ana Maria de Jesus apresentadas anteriormente, é possível que Dona Rita e Dona Maria Theodora tivessem um espaço de ação e manobra significativo quando seus maridos eram vivos. Como foi possível perceber a partir das declarações das testemunhas, as duas primeiras exerciam certa autoridade e, sob a coordenação e em “presença e obediência” aos seus maridos, participavam não apenas do cuidado da casa e filhos, mas também dos negócios da família.

Além da nomeação testamentária, outra possibilidade de atuação das esposas como tutoras era a partir da chamada “nomeação legítima”. Esta última circunstância ocorria quando a mesma não havia sido nomeada em testamento. Ela compreendia duas situações, conforme a legislação: quando os espólios eram menores que 60\$000, o próprio juiz de órfãos poderia nomear; se o valor excedesse o indicado, a solicitação deveria ser encaminhada ao Desembargo do Paço¹³.

Independentemente das duas formas, em termos legais, para serem eleitas como tutoras, as esposas deveriam atender a alguns requisitos: viver “honestamente”, não ter contraído novas núpcias e renunciar ao benefício da Lei do Velleano¹⁴ e a “outros direitos e privilégios introduzidos em favor das mulheres”¹⁵. Além disso, precisavam declarar o número de filhos que desejava ter sob sua tutela, as idades dos mesmos e o

¹²Inventário de João Francisco dos Santos. AHCPOP/IPHAN, código 70, Auto 831, Ano 1788. Alfagali (2012) traz algumas informações interessantes sobre João Francisco. Conforme a autora, após um cruzamento de fontes variadas, foi possível identificar que o mesmo era um ferreiro que solicitara em 1750 à Câmara de Vila Rica sua carta de exame, sendo aprovado pelo mestre e juiz de ofício Baltazar Gomes de Azevedo. A partir daí, passou a ser um dos representantes dos oficiais do ferro. Fora ainda juiz de ofício em 1752 e, em 1753, examinador de Domingos Antonio, ferrador, processo em que assumiu a função de escrivão de ofício. João Francisco, conforme informação presente em seu inventário, foi também sócio do Padre Domingos Vaz de Carvalho, com quem estabeleceu uma loja de negócio de caldeireiro e um serviço de mina. O referido padre era também seu sogro, já que o mesmo era pai de Dona Rita, como foi possível identificar no inventário de João Francisco. Dos oito escravos que possuía, seis exerciam as mesmas atividades que seu dono – quatro eram mineiros, e dois, oficiais de ferreiro –, o que possibilita inferir um contínuo processo de ensino-aprendizagem ali existente entre o senhor e os escravos. Agradeço a Crislayne Alfagali por me enviar parte do inventário de João Francisco.

¹³Importante ressaltar que estamos nos referindo aqui em termos legais. Na prática essa determinação ocorria com muitas variáveis, como foi possível perceber na documentação. Ana Francisca Gomes, por exemplo, assumiu a tutoria de seus oito filhos depois de ser inquirida pelo juiz. Na partilha dos bens cada menor recebeu a quantia de 282\$423. Na documentação não consta nenhuma informação a respeito de alguma solicitação ao Desembargo do Paço, apenas a o Termo de Tutoria, documento que comprovava a aceitação de tal encargo. Inventário de João Antunes Guimarães. AHMINC/IBRAM. 1º Ofício, Código 84, Auto 1028, Ano 1811. A respeito desse assunto veja JULIO (2017).

nome e a qualidade do pai. Cabia às mulheres ainda declararem que tinham condições e capacidade para assumir a tutoria dos filhos e a administração de suas legítimas.

Nos casos em que os pedidos eram remetidos ao Desembargo do Paço, todas essas informações eram atestadas ou não por testemunhas – homens do lugar –, que “pelo ver”, “pelo ouvir” ou “pelo presenciarem” apresentavam suas avaliações a respeito da viúva e assim ajudavam a decidir se a mesma tinha condição de manter a família sob sua responsabilidade. A esses testemunhos eram acrescentadas também certidões que compunham um processo conhecido como *Instrumento de Justificação*¹⁶. Eram os dados presentes nesse processo que serviriam de base para avaliar o pedido de provisão real.

Esse é o caso de Francisca Martins da Cruz. No ano de 1822, interessada em assumir a tutoria de seus nove filhos menores, entrou com um pedido, no qual consta um *Instrumento de Justificação*. Seu marido, Antônio Marinho Cruz, havia falecido sem o testamento e, por isso, dependeu que algumas testemunhas atestassem sua condição para assumir a tutoria¹⁷.

Uma vez alcançada a tutoria, a avaliação a respeito dos comportamentos e da capacidade da mulher se mantinha, o que reforçava a importância desses “requisitos” esperados. Quando identificada a não observância deles, as mulheres acabavam arriscando a manutenção de seus filhos e dos bens sob seus cuidados. Um dos requisitos que particularmente era considerado era o “viver honestamente”. Ele estava ligado à noção de viver de maneira casta, quer dizer, sem se relacionar com algum homem depois do falecimento do marido.

Em 1795, na Vila Rica do Ouro Preto, o Bacharel Antônio da Costa, curador nomeado para os órfãos do falecido marido de Dona Joana Gertrudes de Campos, solicitou à justiça que a removesse da administração de todos os bens de seus filhos, para os quais havia sido nomeada em 1784. Segundo o curador, a viúva havia partido para a vizinha Comarca do Rio das Mortes, deixando seus filhos desamparados em Vila Rica e, além disso, não tinha se preocupado em preservar o patrimônio deixado por seu marido. Para completar, conforme as palavras do próprio Bacharel Antônio, ela havia permitido “(...) se aliciar e vencer do seu pouco entender e fragilidade de mulher, admitindo conversações perigosas, faltando ao seu recato e honestidade com que deveria viver (...)”¹⁸. Conforme o curador, D. Joana Gertrudes não cultivava algumas características importantes que lhe valessem a sua permanência no referido cargo. Falta-lhe recato e ainda boa capacidade para reger as pessoas e bens de seus filhos.

Os dados apresentados até aqui reforçam aquele padrão ideal apresentado no início do presente artigo e que foi concebido por moralistas, pensadores e autoridades civis e religiosas. Em outros termos, sobretudo com a morte do marido, algumas posturas eram esperadas das mulheres que exerceriam a tutoria, pois além de cuidar da sobrevivência da família, era ela a responsável pelo futuro do menor, o que significava inclusive dar bons exemplos no processo de educação.

Finalmente, outro ponto importante, a morte do marido não invalidava os planos de civilidade, nos moldes europeus. Na verdade, mesmo ocorrendo a necessidade de sobreposição dos papéis, ainda era dever da família contribuir para o ordenamento da sociedade e, por isso, esperava-se que a mulher continuasse a tarefa de educar os filhos.

As Mães enquanto Tutoras e os direcionamentos Educativos dos Filhos

Uma vez assumida a tutoria, era dever da mulher cuidar da “alimentação, do ves-

¹⁴ Este benefício estava presente nas Ordenações e foi introduzido em favor das mulheres, determinando que elas não poderiam responder por elas mesmas nem por outros financeiramente. Em outras palavras, elas eram proibidas de se responsabilizar pelas finanças domésticas e serem fiadoras em negócios. Por isso, para serem administradoras das legítimas dos filhos, elas deveriam renunciar a esse privilégio. [Ordenações Filipinas] Código Filipino... Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012. Livro 4, Título 61.

¹⁵ [Ordenações Filipinas] Código Filipino... Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012. Livro 4, Título 102 § 03, p. 999.

¹⁶ Também conhecido como Auto de Justificativa

¹⁷ Auto de Justificativa de Tereza Martins Diniz. AHMNC/IBRAM. 1º Ofício, Códice 459, Auto 9708, Ano 1822.

¹⁸ Apesar de esse documento pertencer ao Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência em Ouro Preto e se referir ao período estudado na presente pesquisa, não conseguimos ter acesso ao processo, pois o mesmo estava interdito. Em decorrência disto, todas as informações aqui constantes sobre ele foram retiradas de Chequer (2002). Apenas para conhecimento do final do processo, em decorrência do pedido do curador e da não-manifestação de defesa da viúva, os bens foram retirados de sua administração, retornando apenas quatro anos depois. Para isso, ela conseguiu provar que, na verdade, o Bacharel Antônio a caluniara e que “era pessoa mal afeita à suplicante”. Na sentença, foi justificado que Dona Joana Gertrudes havia se ausentado para permanecer próxima aos parentes. Em relação aos filhos e suas legítimas, foi mencionado que os primeiros estavam sendo educados em seus ofícios; já sobre os bens, provou-se que, na verdade, tinham aumentado.

tuário, da saúde e da educação dos órfãos”¹⁹. Esses cuidados deveriam respeitar a “qualidade e condição” do menor, quer dizer, as condições de nascimento, o gênero e a idade. A fim de pensar nas contribuições das tutoras para o processo de ordenamento da sociedade, serão apresentados aqui alguns direcionamentos educativos feitos pelas mães.

Segundo a legislação, como tutora de órfãos, filhos de pessoas de “qualidade”, cabia às mães: mandar “ensinar a ler e escrever aqueles, que forem para isso, até a idade de doze anos”. Depois dessa fase, ela deveria ordenar a vida e ensino dos seus filhos “segundo a qualidade de suas pessoas e fazendas”²⁰. Quando o órfão era filho de um oficial mecânico, ele deveria “...aprender os ofícios de seus pais, ou outros, para que mais pertencentes sejam, ou mais proveitosos, segundo sua disposição e inclinação...”²¹.

A obrigação de educar os órfãos era o principal dever de um tutor, pois dela dependia em grande parte “a felicidade ou desgraça dos homens”, na opinião do magistrado José Pereira de Carvalho (1840, 2 parte, p. 10). Ainda segundo Carvalho, ela deveria abranger todos os aspectos. No que se refere à educação religiosa, ela deveria se dar segundo os preceitos da Religião Católica Apostólica Romana, por ser a religião oficial professada. Já a educação científica deveria regular-se pela qualidade dos órfãos.

Todavia, como destacou Fonseca (2014, p. 34), “na América portuguesa, especialmente nas áreas mais urbanizadas, as prescrições legais eram praticadas com muitas variáveis, decorrentes da diversidade de conformação da população colonial”. Assim, é possível identificar entre as tutoras, por exemplo no caso do aprendizado das letras, o direcionamento do órfão para esse tipo de educação, ainda que eles “não fossem para isso”.

Para além disso, apesar da intenção no presente artigo estar relacionada especificamente aos órfãos nascidos de legítimo matrimônio, não se pode deixar de destacar um outro aspecto mencionado por Fonseca (2014, p. 34) sobre os filhos naturais. Conforme a autora:

A determinação advinda da ocupação ou profissão dos pais na direção dada à educação dos filhos não era tão rigorosa. Era comum que filhos naturais de homens brancos de posses (geralmente portugueses) e mulheres negras (escravas ou libertas), reconhecidos em testamento, fossem enviados a professores particulares para o aprendizado das primeiras letras ao mesmo tempo em que aprendiam ofícios mecânicos com um mestre. A projeção de necessidades materiais futuras fazia com que muitos pais, ainda em vida, organizassem essa forma de educação ‘mista’ e que os tutores responsáveis pelos órfãos seguissem a mesma orientação. Podiam, assim, criar alternativas no processo educacional, sem desobedecer à legislação.

Atendo-se aos filhos legítimos, um caso exemplar de direcionamento educativo feito por uma tutora é a experiência da já citada Ana Maria de Jesus²². Como já mencionado, ela foi nomeada tutora pelo marido, em testamento. No *Auto de Justificativa* em que pedia a isenção da prestação de contas da tutoria, além das informações sobre a administração dos bens, consta também alguns dados sobre a educação que estava dando para seus três filhos menores – José, Antônio e Ana Jacinta.

Segundo Dona Ana Maria, no que se referia à José, com 20 anos de idade quando foi feita a solicitação de mercê régia, ela tinha-o mandado estudar na Universidade de Coimbra onde o estava “assistindo com as despesas necessárias a fim de o adiantar nos

¹⁹Essa era uma obrigação de qualificar tutor, como bem destacou Fonseca (2014, p. 34)

²⁰[Ordenações Filipinas] Código Filipino... Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012. Livro 1, Título 88, § 15, p. 212

²¹[Ordenações Filipinas] Código Filipino... Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012. Livro 1, Título 88, § 16, p. 212.

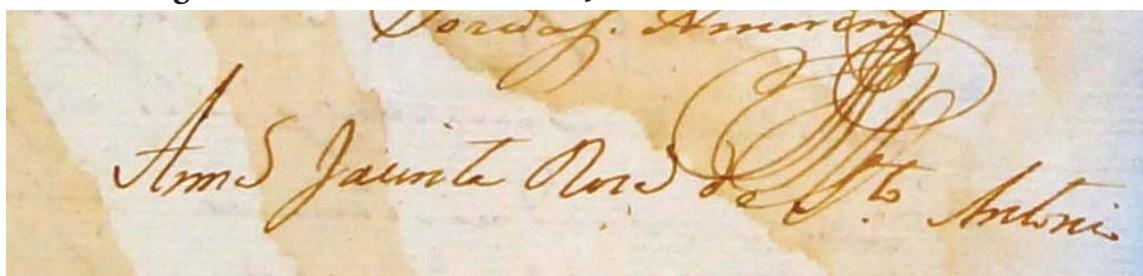
²²Requerimento de Ana Maria de Jesus... AHU, Cx121, doc. 02, 1784.

estudos”²³. José se tornou advogado e, de volta às Minas Gerais, exerceu a advocacia entre os anos de 1788 a 1798 (ANTUNES, 2004, p. 27). Além disso, foi uma pessoa que conseguiu estabelecer um “universo relacional” imbricado, marcado por autoridades importantes nas Minas setecentistas, inclusive com alguns que posteriormente seriam acusados de fazerem parte da Inconfidência Mineira²⁴. O advogado conseguiu ainda ter uma significativa livraria computada por 469 volumes distribuídos em livros sacros e profanos.

Já o filho Antônio, na época com 9 anos de idade, acabou se tornando padre, conforme informações presentes no inventário de Dona Ana Maria²⁵. Como é sabido, o sacerdócio demandava grande investimento educativo e era considerado uma profissão de *status*, sendo uma importante estratégia para auxiliar na manutenção ou ascensão social do grupo familiar.

No que se refere à filha Ana Jacinta, que estava com 16 anos de idade no momento da solicitação, foi possível identificar no inventário de Dona Ana Maria que a mesma se manteve solteira. Neste documento consta que ela estava com 38 anos de idade e ainda morava com a mãe, o que poderia ser lido como uma forma de companhia e amparo à sua progenitora, sendo este também um dever dos filhos, como bem ressaltou Brügger (2007, p. 157). Foi ela a responsável pela administração do inventário e, como tinha a capacidade de assinar o próprio nome, pode-se inferir que tenha recebido alguma forma de educação letrada, o que contribuía para afirmar sua posição social distinta sobre uma grande maioria que não possuía essa habilidade (VARTULI, 2014, p. 39).

Figura 1: Assinatura da órfã Ana Jacinta no inventário de sua mãe



Fonte: AHMINC/IBRAM (2º Ofício, códice 56, Auto 626, fl. 01v).

A família de Dona Ana Maria atendia os “requisitos” estabelecidos pela legislação, quer dizer, os órfãos tinham as “qualidades” e “condições” determinadas. Como destacou Antunes (2005, p. 36), o marido era um major, nascido em Portugal; e a viúva, natural de Ouro Branco, pertencia à uma das “famílias principais daquela freguesia”, além de ser parente consanguínea do Conde de Valadares. Nesse caso, Dona Ana Maria cumpriu com suas obrigações legais de tutora no que se refere aos direcionamentos educativos e, sobretudo, como mulher e mãe, pois assumiu seu papel de educadora dos filhos.

O cumprimento desses papéis e obrigações também se fizeram presentes em grupos com condição socioeconômica menos elevadas. Pensando nas diferentes formas de aplicação da legislação ressaltadas por Fonseca (2014) e mencionadas anteriormente, entre aquelas mulheres que exerceram a tutoria houveram casos identificados em que a ausência de certas “as condições de nascimento” não impediram o aprendizado das letras. Nestes casos, era bastante comum ocorrer um tipo de “educação mista”, quer dizer, conjugados o ensino das letras e de algum tipo de ofício. Tal fato, como lembrou a própria autora (2014), era visto como uma espécie de “acréscimo”, já que a legisla-

²³Virgínia Trindade Valadares (2004), estudando as elites mineiras setecentistas, fez um levantamento dos estudantes mineiros na Universidade de Coimbra entre 1700 e 1800. Dentre esses estudantes consta o nome de José Pereira Ribeiro, que, segundo a autora, teria iniciado o curso em 01 de outubro de 1781.

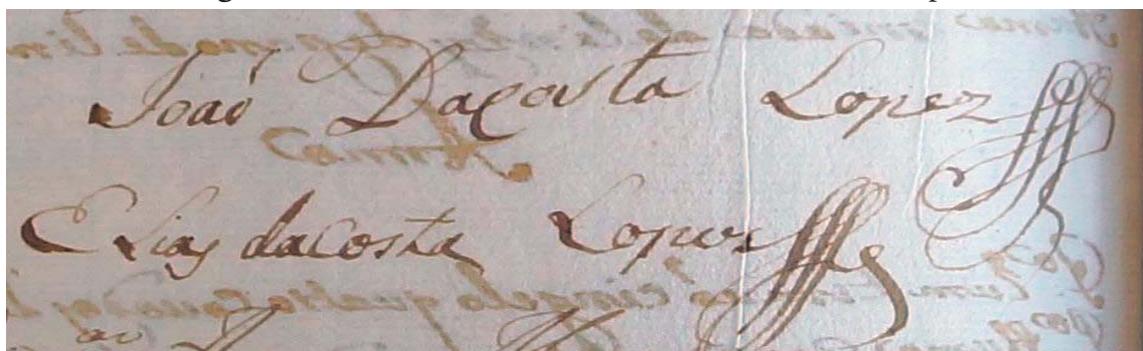
²⁴Sobre a Inconfidência Mineira, ver, dentre outros: Villalta (1999); MAXWELL (2010); FURTADO (2000); FONSECA (2001); dentre outros.

²⁵Inventário de Ana Maria de Jesus. AHMINC/IBRAM. 2º Ofício, Códice 56, Auto 626, Ano 1807.

ção não era desrespeitada, pois o órfão recebia também o outro tipo de educação previamente estabelecido.

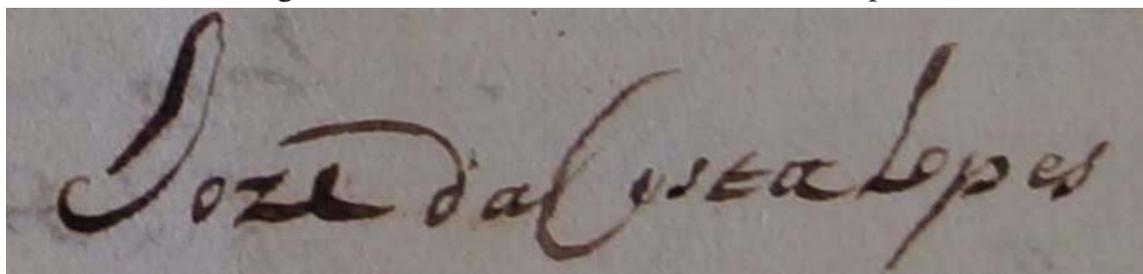
A referência aqui, por exemplo, eram situações em que o órfão possuía algum estigma da escravidão. Romana Maria da Conceição era parda forra. Viúva do português Antônio da Costa Lopes, foi nomeada tutora dos filhos em testamento. Conforme as contas de tutoria presentes no inventário do marido, os filhos estavam em sua companhia e os educava com todo “zelo e cuidado”²⁶. De modo mais específico, fez questão de mencionar que os meninos estavam sendo instruídos em “seus ofícios” e as meninas “aprendendo a costurar”. Mas, além desse aspecto, foi possível identificar no mesmo processo que os filhos “machos” receberam também alguma forma de ensino das letras, pois consta a assinatura deles:

Figura 2: Assinatura dos órfãos João e Elias da Costa Lopes



Fonte: AHMINC/IBRAM (2º Ofício, códice 59, Auto 669, fl. 89v).

Figura 3: Assinatura do órfão José da Costa Lopes



Fonte: AHMINC/IBRAM (2º Ofício, códice 59, Auto 669, fl. 52).

A família da parda forra Romana Maria da Conceição nos ajuda a destacar ainda um outro aspecto importante: a preocupação em instruir as filhas nas “prendas próprias de seu sexo”, já que estavam aprendendo a costurar. Tal fato nos dá a possibilidade de pensar numa preparação para, futuramente, assumirem as funções de boas esposas, mães e donas de casas, o que acabava por lhes aproximarem das prescrições sobre educação defendidas pelas autoridades civis e religiosas, como apontado anteriormente. E, mais do que isso, o cumprimento da função educativa por parte de Romana, já que estava garantindo a aprendizagem de ofícios considerados próprios para o público feminino, contribuindo assim para a conformação de papéis específicos conforme o sexo.

Finalmente, pensando ainda no conceito de educação propagado, os direcionamentos educativos feitos pelas tutoras englobavam também outros aspectos. Além do ensino das letras e a aprendizagem de alguma forma de ocupação materializada nos ofícios, foi possível perceber algumas ações das tutoras que acabaram por contribuir para a concretização,

²⁶Inventário de Antônio da Costa Lopes. AHMINC/IBRAM. 2º Ofício, Códice 59, Auto 669, Ano 1781.

em alguma medida, da busca da civilidade, nos moldes europeus.

Para o período em questão, a educação compreendia diferentes aspectos. Segundo Fonseca (2014b, p. 02), durante o século XVIII e primeiras décadas do século XIX, as concepções sobre educação então em voga “vinham de uma tradição intelectual e político-administrativa que a entendia como um conjunto de ações voltadas para a formação do súdito cristão”, sendo ainda percebida como parte fundamental para a construção de uma civilidade, devendo, por isso, ser difundida nas mais diferentes “dimensões da vida social”, inclusive no seio familiar.

Sendo assim, entre as tutoras foi possível identificar outras formas de educação visando justamente essa formação do “súdito cristão”, tais como: a preparação para o casamento; a condução às celebrações religiosas, dentre outras. Romana Maria da Conceição mesmo foi uma das tutoras que não se descuidou desse aspecto, deixando inclusive vestígios de suas ações. Consta no inventário de seu marido vários requerimentos em que os órfãos foram assistidos com vestuário, garantindo assim que eles não deixassem de fazer a “desobriga da quaresma” e ainda de frequentassem a missa²⁷. Tais solicitações podem ser lidas como uma forma de assegurar o aprendizado dos chamados “bons costumes”, além dos preceitos civis e religiosos.

Considerações Finais

Os dados analisados no presente artigo nos ajudam a pensar em alguns aspectos. Primeiramente que, atendendo às concepções existentes, a família, de modo progressivo, participava do processo educativo em curso, assumindo a tarefa de educar os filhos e, para isso, se baseava nos ideais propagados pelas autoridades civis e religiosas. Essa participação se dava inclusive quando os maridos faleciam, cabendo às mulheres continuar a empreitada. Isto não significava que as mesmas não tinham o apoio de outros homens, ao contrário. Na verdade, elas dependiam da aprovação e apoio dos magistrados, dos vizinhos e de outros membros do grupo familiar.

Quando assumiam a tutoria, a continuidade dessa empreitada estava resguardada às mulheres pela legislação. Por outro lado, isso acabava ampliando essa responsabilidade, pois teriam que cuidar da educação e sobrevivência dos órfãos não apenas porque esse era o papel esperado como mulher, mas também como tutora que deveria cumprir os deveres previstos na legislação para a função.

Outro ponto importante a ser destacado é sobre as parcerias estabelecidas entre os cônjuges. As necessidades do cotidiano obrigavam uma sobreposição dos papéis imaginados. Tal fato criava um espaço maior de manobra para algumas mulheres. Por outro lado, para algumas pessoas parecia ser uma espécie de “preparação” para as viúvas que deveriam continuar a cuidar da educação, da criação dos órfãos e administrar suas legítimas, de modo que, ao se tornarem maiores, eles pudessem receber as heranças deixadas pelo pai, sem prejuízo.

Finalmente, a escolha como tutoras dependia de uma avaliação da aptidão das mulheres. Para além do entendimento de sua capacidade para garantir os diferentes tipos de direcionamentos educativos e cuidados com os bens dos órfãos, essa avaliação englobava também aspectos que perpassavam pelo seu comportamento. Viver de modo “honesto” e “recatado” eram “qualidades” esperadas, pois elas deveriam dar exemplos de suas posturas, servindo inclusive de modelos para seus filhos.

Nesta perspectiva, a morte do marido não invalidava o projeto educativo do qual deveria participar a família. Uma vez eleita tutora, as mulheres realmente eram percebidas como capazes para o exercício da função, seja no que se refere à sobrevivência da família, o cuidado com os bens e o futuro dos menores, inclusive no que se referia à oferta de diferentes formas de educação.

Fontes Manuscritas:

²⁷Inventário de Antônio da Costa Lopes. AHMINC/IBRAM. 2º Ofício, Códice 59, Auto 669, Ano 1781.

Auto de Justificativa de Tereza Martins Diniz. AHMINC/IBRAM. 1º Ofício, Códice 459, Auto 9708, Ano 1822.

Inventário de Ana Maria de Jesus. AHMINC/IBRAM. 2º Ofício, Códice 56, Auto 626, Ano 1807.

Inventário de Antônio da Costa Lopes. AHMINC/IBRAM. 2º Ofício, Códice 59, Auto 669, Ano 1781

Inventário de Domingos José Ferreira. AHCPOP/IPHAN, código 35, Auto 422, Ano 1802

Inventário de João Antunes Guimarães. AHMINC/IBRAM. 1º Ofício, Códice 84, Auto 1028, Ano 1811.

Requerimento de Ana Maria de Jesus... AHU, Cx121, doc. 02, Ano 1784.

Requerimento de Dona Tereza de Jesus... AHU, Cx122, doc. 33, Ano 1784.

Fontes Impressas:

[Ordenações Filipinas] Código Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recompiladas por mandato d'el-Rey D. Philipe I. Edição fac-similar da 14ª ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821 / por Cândido Mendes de Almeida. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012, quatro tomos.

Referências Bibliográficas:

CARVALHO, José Pereira de. *Primeiras Linhas sobre o Processo Orphalonógico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1840

Livros, Artigos e Revistas:

ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. *Em casa de ferreiro pior apeiro: os artesãos do ferro em Vila Rica e Mariana no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012;

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997;

ANGELO, Fabrício Vinhas Manini. *Herdeiros: o papel da família na educação das futuras gerações nos Termos de Sabará e de Ouro Preto (1721 – 1780)*. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2017.

ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Espelho de cem faces: o universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro*. São Paulo: Annablume, PPGH/UFGM, 2004.

_____. *Fiat Justitia: os advogados e prática da justiça em Minas Gerais (1750 – 1808)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005;

BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del-Rei – séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

CHEQUER, Raquel M. P. *Negócios de família, gerência de viúvas: senhoras administradoras de bens e pessoas (Minas Gerais 1750-1800)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2002

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2009.

FARIA, Sheila C. História da família e da demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p.229 - 245.

FIGUEIREDO, Luciano R. A. *Barrocas Famílias – vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*, São Paulo: Hucitec, 1997.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Da infâmia ao altar da pátria: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

_____. Educação na América Portuguesa: sujeitos, dinâmicas, sociabilidades. In: *História: Questões e Debates*, Curitiba, n. 60, p. 15-38, jan./jun. 2014. (Ed. da UFPR).

_____. *Instituições e práticas educativas na América Portuguesa no século XVIII e primeiras décadas*. Projeto de Pesquisa Universal CNPq. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2014b.

_____. *Letras, ofícios e bons costumes*. Civilidade e sociabilidade na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51 ed. São Paulo: Global, 2006a.

FURTADO, João Pinto. *Inconfidência mineira: crítica histórica e diálogo com a historiografia*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GORGULHO, Talítha Maria Brandão. *“Aos órfãos que ficaram”*: estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas da Comarca do Rio das Velhas (1750-1800). Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2011.

JULIO, Kelly Lisie. *“Os têm tratado e educado”* – as mulheres e suas ações para a manutenção da família e a educação de menores no termo de Vila Rica, MG (1770 – 1822). Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte:

2017.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa: A Inconfidência Mineira, Brasil - Portugal, 1750-1808*. Trad. de João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MORAIS, Christianni Cardoso de. *Posses e usos da cultura escrita e difusão da escola: de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del Rei, Minas Gerais (1750-1850)*. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2009.

NOLASCO, Edriana Aparecida. *Por fragilidade Humana - constituição familiar do clero: em nome dos padres e filhos - São João del-Rei, (século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2014;

PAULA, Leandro Silva de. *O papel dos tutores na educação e inserção social dos órfãos no Termo de Mariana (1790 - 1822)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SAMARA, Eni de M. *A família no Brasil: história e historiografia*. Conferência proferida no departamento de História da Universidade Federal de Goiás. História Revista, Goiânia - GO, v.2, n.2, jul./dez. 1997, p. 07- 21.

_____. Família e vida doméstica no Brasil: do engenho aos cafezais. *Estudos CEDHAL*, nº10. São Paulo: USP, 1999;

SCOTT, Anna Silvia Volpi. “Descobrimo” as famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al. *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*, v.2. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2014, p. 13-39.

VALADARES, Virgínia Trindade Valadares. *Elites Mineiras Setecentistas – conjugação de dois mundos*. Lisboa: Edições Colibri; Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2004.

VARTULI, Sílvia Maria Amâncio Rachi. *Por mãos albeias: usos sociais da escrita na Minas Gerais colonial*. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas da leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

Mães Tutoras e Estratégias Educativas em Mariana 1790-1822

Mothers as Tutors and Educational Strategies in Mariana 1790-1822

Madres Tutoras y Estrategias Educativas em Mariana 1790-1822



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v11i2.2648>

Leandro Silva de Paula

Professor na Universidade Federal de Ouro Preto

Doutor em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail para contato: leandroufop204@yahoo.com.br



<https://orcid.org/0000-0001-5784-5774>

Recebido em: 13/07/2018 – Aceito em 16/09/2018

Resumo: O objetivo desta pesquisa é analisar o papel exercido pelas mães-tutoras na educação de seus filhos em Mariana (1790-1822). O intuito é investigar se tutores(as) que possuíam laços afetivos com seus tutelados – mais especificamente, as mães dos órfãos –, desempenhavam o exercício da tutela com maior empenho e recorriam mais intensamente a possíveis estratégias do que aqueles que não possuíam relacionamentos sociais anteriores à tutela. Após a análise documental de inventários e testamentos pude constatar a forte presença da figura materna na tutela dos filhos e situações em que mães tiveram papel importante como tutoras, adotando variadas estratégias para assegurar alguma forma de educação aos filhos.

Palavras-chave: Educação de Órfãos, Mães-Tutoras, Mariana Colonial

Abstract: This research is aimed at analyzing the role of mothers working as tutors to educate their children in Mariana (1790-1822). It seeks to investigate whether the tutors who had established emotional ties with their tutored ones – more specifically the orphans' mothers – would perform their tutoring jobs with greater commitment and would resort more intensely to possible strategies rather than the ones who were not engaged in social relationships previous to the tutelage. After the document analysis of inventories and wills, it was verified a strong presence of the mother figure at their children's tutoring and situations in which mothers had an important role as tutors, adopting varied strategies to provide their children with some form of education.

Keyword: Orphans' Education, Mothers as Tutors, Colonial Mariana

Resumen: El objetivo de esta investigación es analizar el papel ejercido por las madres-tutoras en la educación de sus hijos en Mariana (1790-1822). La intención es investigar si los tutores que poseían lazos afectivos con sus tutelados – más específicamente, las madres de los huérfanos –, desempeñaban el ejercicio de la tutela con mayor empeño y recurrían más intensamente a posibles estrategias que aquellos que no poseían relaciones sociales anteriores a la tutela. Tras el análisis documental de inventarios y testamentos pude constatar la fuerte presencia de la figura materna en la tutela de los hijos y situaciones en que madres tuvieron papel importante como tutoras, adoptando variadas estrategias para asegurar alguna forma de educación a los hijos.

Palabras clave: Educación de huérfanos, Madres-Tutoras, Mariana Colonial

Introdução

Ao analisar a sociedade mineira no período colonial, é preciso compreender que se trata de homens e mulheres que estavam inseridos em um universo de valores no qual os laços fa-

¹Ordenações Filipinas, Livro IV.

miliares exerciam grande importância. Silvia Maria Jardim Brugger (2007) aponta na Minas colonial a formação de grupos familiares, muitas vezes, à margem da legalidade e do controle da Igreja. Dessa forma, diversas eram as constituições familiares existentes nessa capitania e grande era o número de crianças, oriundas de diferentes relacionamentos, que faziam parte de variados núcleos. Detendo-me ainda em Brugger (2007), a autora afirma que as crianças no período colonial eram categorizadas de acordo com o tipo de relação mantida por seus pais. Sendo assim, a filiação “[...] poderia ser legítima se proveniente de casamento entre os pais, ou ilegítima, se gerada fora dele” (BRUGGER, 2007, p. 134). As Ordenações Filipinas¹ estabeleciam que entre os ilegítimos havia: os naturais, que eram frutos de pais desimpedidos de se casar; os espúrios, crianças que nasceram de pessoas que possuíam algum impedimento ao matrimônio; os sacrilégios, filhos de uma pessoa mundana com um eclesiástico; os adúlteros, filhos de um relacionamento no qual um dos pais era casado; e os incestuosos, gerados de relações entre parentes consanguíneos.

Em seus estudos, Luciano Raposo Figueiredo (1997, p. 119) menciona o significativo número de crianças no cotidiano das famílias mineiras.

A vida familiar nas Minas era acompanhada pela presença marcante de crianças. Raros são os casais com uma relação estável, repartindo ou não o mesmo domicílio, que não as têm. Apesar das difíceis condições da vida material na região sugerirem uma elevada taxa de mortalidade infantil, as crianças integravam decisivamente o contexto familiar. Indiscutivelmente ocorreram com frequência exposições de filhos à porta de pessoas abastadas, abortos naturais ou voluntários e a morte de anjinhos entre a população mais empobrecida, mas a vida familiar não transcorria sem crianças. Os filhos naturais nessa população predominavam.

A existência de filhos no interior de uma família, muitas vezes, viabilizava futuras alianças por meio de laços matrimoniais e relações de compadrio. Na sociedade mineira, o batizado das crianças era uma forma de fortalecer os vínculos entre diferentes famílias. “Laços de compadrio não ligam apenas padrinho e afilhado, mas também sua família e os pais da criança batizada” (FIGUEIREDO, 1997, p. 126). Desse modo, uma complexa rede de solidariedade e sociabilidades, composta por parentes e padrinhos, era exercida em torno dos cuidados com as crianças.

Devido aos inúmeros casos de relações extraconjugais, era muito comum o convívio, dentro de um mesmo teto, de filhos legítimos e de crianças oriundas de relacionamentos consensuais, ou seja, as mulheres, muitas vezes, criavam seus filhos e os de seus companheiros com outras mulheres, admitindo-os no interior de seu núcleo cotidiano. Além de filhos oriundos de diferentes relações conviverem debaixo do mesmo teto, em alguns casos famílias com variados graus de parentesco entre si costumavam habitar em um mesmo domicílio. Figueiredo (1997) considera que esses casos aconteciam, muitas vezes, devido às circunstâncias de pobreza e instabilidade que caracterizavam a região das Minas. O autor observa também que dentro dos domicílios era intensa a repartição de tarefas ou até mesmo a transferência de papéis para a sobrevivência do grupo. Nesse contexto, era possível encontrar mulheres ocupando funções no comércio, administrando a casa e um grande número de famílias sendo chefiadas por elas. Mary Del Priore (1995) afirma que, durante os séculos XVIII e início do XIX, grande era o número de famílias matrifocais na região de Minas Gerais.

Muitas dessas mulheres, ao se tornarem viúvas, assumiam as responsabilidades de seus maridos e a tutela de seus filhos. Vale destacar que na América Portuguesa, as Ordenações Filipinas, código de leis

aplicado tanto em Portugal quanto em suas colônias, delegavam aos pais responsabilidades e poderes sobre os filhos até que eles completassem 25 anos, se casassem ou então se emancipassem por algum outro motivo. Somente na ausência da figura paterna, é que crianças e jovens eram considerados órfãos.

Nesta pesquisa, analisei a história de algumas famílias que, após a perda da figura paterna, transferiram as mães a responsabilidade de administrar os bens e cuidar de seus filhos órfãos. Entre essas tutoras é possível identificar algumas mães que foram indicadas em testamento por seus companheiros e mulheres que recorreram à tutela na Justiça. Para compreender melhor o contexto analisado, vale lembrar, conforme considerado anteriormente, que se trata de uma sociedade com fortes traços patriarcais e diferentes arranjos familiares. Com esse cenário, nos casos analisados a seguir, é possível a existência de filhos legítimos e ilegítimos que viviam no mesmo domicílio, estando todos sob a tutela de uma das tutoras investigadas. Sendo assim, ao analisar o papel da mãe-tutora na educação e na inserção social dos órfãos, cabe investigar também se órfãos oriundos de relações extraconjugais recebiam uma educação distinta de órfãos que eram filhos legítimos.

O objetivo desta pesquisa é analisar o papel exercido pelas mães-tutoras na educação de seus filhos. Será que os tutores que possuíam laços afetivos com seus tutelados – por exemplo, as mães dos órfãos –, desempenhavam o exercício da tutela com maior empenho e recorriam mais intensamente a possíveis estratégias do que aqueles que não possuíam relacionamentos sociais anteriores à tutela? Nos casos das mães que assumiram a tutela e foram além do que era exigido pela lei, quais estratégias ou tendências podem ser observadas na escolha de uma educação dos órfãos voltada para as letras ou para o trabalho? Qual a relação existente entre os laços de parentesco entre tutoras e órfãos e o tipo de educação encaminhada durante a tutela?

Ao analisarmos a documentação existente na Casa Setecentista de Mariana referente ao processo de tutela no período colonial é comum encontrarmos nos testamentos da época a indicação de possíveis tutores feita pelos pais para seus filhos. Essas nomeações de tutela, muitas vezes, envolviam as redes de sociabilidade e levavam em consideração a escolha por parentes mais próximos do testador, conforme ditavam as Ordenações Filipinas. A indicação de tutores que possuíam algum parentesco ou relações de proximidade com os órfãos demonstra a forte relação que a família exercia nessa sociedade, o papel fundamental de união do grupo. Nesse sentido, recorri aos estudos de Bourdieu para investigar alguns aspectos referentes à constituição familiar e utilizarei de suas ideias para compreender o contexto da América portuguesa. Esse autor compreende os usos e a importância dos laços de parentesco ao afirmar que:

É preciso se perguntar primeiro o que se encontra implicado no fato de definir um grupo pela relação genealógica que une seus membros e somente por isso, então, tratar (implicitamente) o parentesco como condição necessária e suficiente da unidade de um grupo. De fato, levantar realmente a questão das funções e relações de parentesco ou, de modo mais brutal, da utilidade dos parentescos, significa logo perceber que os usos do parentesco que podem ser chamados genealógicos são reservados às situações oficiais, nas quais desempenham uma função de ordenação do mundo social e de legitimação dessa ordem (BOURDIEU, 2013, p. 274).

Na América portuguesa, os laços de parentesco frequentemente eram resgatados e reforçados na escolha de um tutor, conforme se pode constatar na documentação da época. Na ausência de indicações

de tutores no testamento, as mães ou as avós poderiam solicitar a tutela, desde que se mantivessem solteiras e se preservassem “honestas”. Mary Del Priore (1995) apresenta o papel claramente definido das mães na sociedade colonial:

Ser mãe será gradualmente uma meta de contornos muito bem definidos. A família, ancilar unidade de produção e reprodução, deveria entretecer-se em torno da mãe supostamente exemplar, e esta, ao instruir e educar os filhos cristãmente e cuidar com diligência das coisas da casa, como recomendava um pregador setecentista, integrava a si mesma e os seus ao processo de formação do capitalismo na Idade Moderna. Sob as luzes do Antigo Sistema Colonial, a vida feminina, recatada e voltada para o fogo doméstico e os filhos, fazia da santa-mãe um chamariz para que se canalizasse na esfera do lar a energia que fora dela pudesse confundir-se com desordem e contravenção, baralhando os pressupostos de ordem e trabalho implícitos no sistema (PRIORE, 1995, p. 45).

Logo, a maternidade, a obediência a Deus e ao marido, o cuidado com os filhos e valores como honra e honestidade eram modelos presentes no imaginário das mulheres da América portuguesa. Silva (1998), em sua obra intitulada *História da família no período colonial*, demonstra como as mulheres desse período eram punidas por meio da reclusão feminina ou até mesmo com a morte caso cometessem o adultério, fossem suspeitas de infidelidade ou fizessem algo que desonrasse o marido. Acrescenta a autora: “no Brasil colonial, o indissolúvel vínculo do matrimônio, tal como era concebido pela Igreja Católica, nem sempre terminava com a morte natural de um dos cônjuges” (SILVA, 1998, p. 246). Dessa forma, várias eram as responsabilidades e deveres das mulheres relacionados à honra como solteiras, casadas e até mesmo depois de se tornarem viúvas.

Há grande quantidade de mulheres nos casos de tutela analisados nesta pesquisa que foram nomeadas em testamento para exercerem a tutela de seus filhos e dos filhos dos seus maridos, frutos de relacionamentos extraconjugais. Além disso, localizei casos de mães que assumiram a tutela mesmo após terem se casado novamente. Isso corrobora a flexibilidade em relação à legislação na sociedade colonial, sobre a qual refleti anteriormente.

Destaca-se na legislação dessa época a preocupação com que as mulheres exercessem plenamente o papel de mãe zelosa de seus filhos. Analisando um contexto distinto da América portuguesa, Bourdieu afirma que, diferentemente de um marido que perde a esposa e que por isso é pressionado a se casar novamente, a mãe, ao se tornar viúva, é impulsionada socialmente a permanecer sozinha e dedicar sua vida a cuidar dos filhos.

Porém, mais uma vez a dessimetria é tão grande sob esse ponto em relação ao homem que divorciado, ou viúvo, é obrigado a se casar novamente, enquanto que a mulher divorciada é desvalorizada pelo fracasso do casamento e que a viúva, mesmo ainda muito jovem, é excluída do mercado matrimonial por seu estatuto de mãe obrigada a criar o filho de seu marido, principalmente quando se trata de um menino (BOURDIEU, 2013, p. 325).

Apesar da distância temporal e geográfica dos estudos de Bourdieu, é possível observar como tais ideias relacionadas aos papéis que as mulheres e principalmente as viúvas deveriam exercer em uma sociedade são válidas também para pensarmos sobre as mães de órfãos no período colonial brasileiro.

Durante a realização desta pesquisa, constatei a importância que a figura materna exercia no processo de tutela nessa sociedade patriarcal, o que levou-me a outras questões. Quais fatores explicam o forte papel exercido pelas mulheres na prática da tutela? Será que o laço afetivo existente entre mãe e filhos era um diferencial no desempenho da tutela?

Um dos objetivos desta pesquisa é compreender se na América portuguesa, mais especificamente no termo de Mariana, as relações de parentesco e proximidade exerceram alguma influência no exercício dos tutores e principalmente nas estratégias educativas destinadas aos órfãos. Para isso, selecionei casos elucidativos de mães tutoras.

O primeiro caso é o da tutela dos filhos do alferes Sebastião Barbosa Coura, proprietário de escravos do termo de Mariana. Filho legítimo de Gabriel Barboza Coura e de Maria Vitória de São José, Sebastião nasceu e foi batizado em Guarapiranga. Esse sujeito, que pertencia à Irmandade do Santíssimo Sacramento da dita freguesia, foi casado com dona Eufrásia Maria Pereira de Jesus, com quem teve dois filhos: Maria e José. Sebastião faleceu no dia 8 de maio de 1816, deixando seus filhos órfãos com respectivamente 7 e 5 anos de idade. Declarou em testamento o desejo de que sua mulher se tornasse testamenteira e tutora dos seus filhos, uma vez que reconhecia a capacidade dela para tal função. Sendo assim, em agosto de 1816, dona Eufrásia foi declarada tutora de seus filhos e, no ano de 1819, o juiz de órfãos Agostinho Marques Perdigão Malheiros determinou que ela prestasse contas das despesas referentes ao período de três anos da sua tutela, ou seja, de 8 de maio de 1816 até 8 de maio de 1819. A tutora, mulher que fazia uso da escrita e que possivelmente possuía certa familiaridade com as letras, declarou despesas com o órfão José na compra de uma cartilha para escola, bem como com o pagamento de dívidas com a Igreja relativas a José e sua irmã. No ano de 1820, por ter se casado novamente, Eufrásia foi removida da tutela.

Como na a pensão foi removida a tutora por se haver novamente casado e seja seu marido atual Antonio José Dias o proponho para tutor, se () por padrao não possa ser aprovado proponho ao Porta estandarte Feliciano de SZ Azevedo primo dos órfãos que diz não ter dúvida em aceitar o cargo quando não se aprova o primeiro nomeado Mariana 7 de março de 1820. José Mariano da Cruz.²

O porta estandarte³ Feliciano de Souza Azevedo, primo dos órfãos, assumiu a tutela encerrando o exercício da tutela de dona Eufrásia. Note que os órfãos pertencentes a esse grupo familiar eram detentores de alguns bens e um fato que chama bastante atenção é que apenas o órfão do sexo masculino recebeu uma cartilha para a escola, indício de que ele estava aprendendo as primeiras letras. Sendo assim, é possível deduzir que a condição socioeconômica e o sexo desses órfãos tiveram grande influência na educação recebida por eles e aparentemente a tutora cumpriu o que era exigido pela lei.

Por sua vez, um caso que mostra a intervenção direta de uma mãe tutora, que utilizou de suas redes de sociabilidade para ofertar educação aos seus filhos, foi a tutela exercida por Maria Vieira Leal, que era casada com Joaquim José Moreira, filho legítimo de Luiz Pinto Moreira e de Ignácia Maria de Jesus. O casal, que morava na Barra do Bacalhau (Freguesia de Guarapiranga), teve oito filhos: Rita, Joaquim, José, Ana, Maria, Lizarda, João e Manoel. O pai desse grupo familiar era um pequeno proprietário de escravos, dono de algumas casas e de um sítio no qual ele residia, que era composto por vivenda, paiol, moinho, bananal, cafezal e plantações de milho e feijão. Os rendimentos da família eram oriundos do trabalho dos escravos na roça. Joaquim faleceu no dia 23 de junho de 1812, e o seu testamento foi elaborado no

²Código 80, Auto 1731, Segundo Ofício, p. 15, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

³Porta estandarte era um posto militar dos corpos auxiliares hierarquicamente inferiores ao posto de alferes e superior ao de sargento.

⁴Código 62, Auto 1378, Segundo Ofício, p. 86, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

mesmo ano de sua morte. Já bastante enfermo, declarou: “por conhecer a inteireza e capacidade de minha mulher na educação que tem dado aos nossos filhos a nomeio e constituo tutora dos que forem órfãos”⁴. A tutora não sabia escrever o seu próprio nome, mas com o auxílio financeiro do tio dos órfãos conseguiu que João e Manoel passassem anos em contato com a escola.

Herdeiro João: sustento diário de dois anos porque de outros dois foi sustentado na escola por seu tio o capitão Miguel 12\$000. Ao mestre de ler e escrever Simplício Gomes da Cruz e consta do 2 recibo

Herdeiro Manoel: sustento diário de dois anos porque de outros dois foi sustentado por seu tio o capitão Miguel 12\$000

Ao mestre de ler e escrever Simplício Gomes da Cruz e consta do 2 recibo 5\$400

Recebi da inventariante Maria Vieira Leal a quantia de dez mil oitocentos réis que emportou [sic] o ensino das primeiras letras aos filhos da mesma senhora a saber o tempo de um ano aplicou-se o senhor João Paulo Gonçalves e outro tanto tempo aplicou-se o sr Manoel Luiz Pinto vencendo eu do trabalho que tive com ambos a referida quantia de 10.800 réis e por ter recebido passo o presente por mim feito e assinado. Fazenda do Bom Jardim 20 de junho de 1817

São 10\$800 Simplício Gomes da Cruz.⁵

Observa-se que Maria Vieira Leal recorreu ao capital econômico de seus parentes, ou melhor, fez uso de suas redes de sociabilidade com o intuito de direcionar os órfãos sob seus cuidados a alguma instrução. Temos aí evidências de que ela interviu diretamente na educação de seus tutelados, garantiu a permanência destes nos estudos. Vale ressaltar que essa mãe foi nomeada tutora no testamento de seu marido exatamente pela capacidade de exercer a educação dos seus filhos.

O último caso analisado para investigar o estudo de tutela exercido por mães de órfãos é o de Ana Maria do Nascimento, viúva de Francisco Teixeira de Siqueira. Por meio do inventário do marido, é possível identificar que esse sujeito era dono de alguns escravos⁶ e em suas propriedades se ocupava da plantação de cana, produção de aguardente, moagem de grãos, trabalhos de carpinteiro e cuidados com animais. Francisco faleceu no dia 6 de janeiro de 1816, deixando órfãos seus filhos: Ponciano, de 24 anos (filho natural); Francisco, de 18; Joaquim, de 17; Maria, de 16; Ana, de 15; Antonia, de 13; Joaquina, de 11; e Joana, de 7 anos. Logo após o falecimento do pai dos órfãos, a viúva Ana Maria do Nascimento, moradora da Freguesia do Sumidouro, com o objetivo de ser tutora de seus filhos, foi à Justiça e estabeleceu:

Que a suplicante é a própria PR [sic] que se nomeia que foi casada com aquele Francisco Teixeira de Siqueira de cujo matrimônio ficarão os herdeiros órfãos acima mencionados Francisco, Joaquim, Maria, Ana, Antonia, Joaquina, Joana que existem em companhia da suplicante sendo esta honesta e capaz para administrar, educar, reger e governar seus filhos órfãos e bens que a eles couberem da herança paterna como outros que lhes poderem competir como sempre o fez em vida de seu marido e depois da sua morte.⁷

Ana Maria do Nascimento, filha legítima de João Soares Valente e de dona Catharina Maria, era uma mulher católica que pertencia à Ordem Terceira de São Fran-

⁵Código 62, Auto 1378, Segundo Ofício, p. 86, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

⁶Consta no inventário: 12 escravos (avaliados em 366\$000) e mais um fugido (avaliado em 100\$000).

⁷Código 145, Auto 3027, ano de 1816, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

⁸A tutora sabia assinar o seu próprio nome.

cisco de Assis da cidade de Mariana e também à Irmandade de Bom Jesus do Matozinho do Bacalhau. Essa viúva exerceu a tutela de seus filhos por aproximadamente quatro anos (1816-1819), sendo no ano de 1819 convocada pelo juiz de órfãos Agostinho Marques Perdigão para prestar conta dos rendimentos e das despesas relacionadas aos seus tutelados. Em relação aos rendimentos referentes ao período de 14 de março de 1816 até 14 de novembro de 1819, ou seja, três anos e oito meses de tutela, a tutora informou que estes foram obtidos da venda de mantimentos e de aguardente, da prática de desfiar algodão e lã, e da venda de capados. A mãe tutora, possivelmente, detinha familiaridade com as letras⁸ e ao cuidar de seus sete filhos teve a despesa de 40\$987 com o órfão Francisco ao encaminhá-lo ao aprendizado de gramática com o reverendo Antonio Joaquim da Cunha e Castro.

Recebi da invr^a D. Anna Maria do Nascimento viúva que ficou do defunto inventariado Francisco Teixeira de Siqueira, trinta e quatro oitavas e um tostão em dinheiro que me devia de sustento e ensino de seu filho Francisco Teixeira, PR [sic] ser herdeiro o referido, e para clareza de todos passo este por mim feito e assinado. 1º de dezembro de 1818 Pe. Antonio Joaquim da Cunha e Castro.⁹

Após exercer aproximadamente quatro anos de tutela, Ana Maria voltou a solicitar a permanência como tutora de seus filhos:

Diz Dona Ana Maria do Nascimento viúva que ficou de Francisco falecido sem testamento que pelo grande amor e desvelo com que trata a seus filhos e ao filho natural do seu finado com sorte de nome Ponciano deseja ser sua tutora e como o não pode ser sem proceder nomeação de V. S. [sic] por isso pede que haja denominar obrigando-se a suplicante dentro de seis meses a provisionar competentes pela mesa do desembargador do passo.¹⁰

No entanto, houve a mudança de tutor no ano de 1820 e a partir desse momento quem passou a exercer essa função foi Brás Francisco da Cunha Osório, um primo-irmão dos órfãos:

Como se acha a tutora removida nomeio para lhe suceder a Brás Francisco de Cunha Osório primo-irmão dos órfãos que sendo aprovado será compelido para em oito dias assinar o termo de tutela e o de Carga com a pena de prisão. Mariana 29 de janeiro de 1820. Nomeio para tutor a Brás Francisco da Cunha Ozório para mandado na forma da representação.¹¹

No ano de 1822, o tutor Brás Francisco da Cunha Osório foi convocado a prestar contas dos rendimentos e despesas de seus tutelados ao juiz de órfãos Agostinho Marques Perdigão Malheiros. Declarou que todos os rendimentos procederam de mantimentos vendidos na casa, aguardente, açúcar e bestas. Já em relação às despesas com educação, informou o aprendizado da leitura para os órfãos Francisco e Joaquim e o encaminhamento das órfãs em atividades que ele considerava “apropriadas” para o sexo feminino. É de se destacar o desempenho eficiente de todas as suas funções, conforme indica um contemporâneo dele, o procurador Lucindo Pereira Passos:

⁹Código 177, Auto 4351, Segundo Ofício, p. 19, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

¹⁰Código 120, Auto 2400, Segundo Ofício, p. 7, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

¹¹Código 120, Auto 2400, Segundo Ofício, p. 25 (verso), Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

¹²Código 176, Auto 4350, Segundo Ofício, p. 5 (verso), Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

¹³Bula da Santa Cruzada era a designação dada às sucessivas concessões de indulgências aos fiéis da Igreja em Portugal e suas possessões que contribuísem com os seus bens para fins considerados como de interesse para a expansão do catolicismo.

Porque impossível e certamente só a indústria de um bom tutor como este muito ágil seria capaz de fazer produzir do trabalho de tais escravos desde o tempo que assinou a tutela até 26 de abril do ano em que estamos decorrendo dois anos e dois meses, a quantia de 195\$097 para converter em vestuário dos órfãos, sustento e o mais em sua família empregando-se os herdeiros Francisco e Joaquim em ler conta nas plantações colheitas [sic] igualmente com as mais herdeiras naquilo que corresponde o seu sexo, bem que sejam de uma família distinta exemplar, como é bem sabido [...].¹²

Durante o período em que foi tutor, Brás Francisco teve a despesa de trezentos réis com o herdeiro Francisco na compra de papel durante o tempo em que este estava em estudo. Além disso, cumprindo o que estava prescrito na legislação, pagou dívidas relacionadas às Bulas da Santa Cruzada¹³ para os órfãos Joaquim, Maria, Ana, Antônia, Joaquina e Joana (duas bulas para cada) e comprou agulhas para a herdeira Antonia no valor de setenta e cinco réis. A compra de agulhas para essa órfã pode ser um indício de que ela recebeu o aprendizado do ofício de costura em algum momento em que esteve sob a tutela de sua mãe ou no período em que o seu tutor era o seu primo-irmão, ou até mesmo antes de seu pai falecer, uma vez que consta no inventário deste a existência de um tear¹⁴. Vale lembrar que a compra dessas agulhas pode ser um indício de que as órfãs aprenderam costurar durante a tutela de Brás Francisco, uma vez que esse tutor declarou tê-las encaminhado ao aprendizado de ofícios típicos das mulheres daquela época e a costura era bastante frequente, conforme já foi mencionado.

Recorrendo a diferentes documentos, constatei também que tanto o pai quanto a mãe dos órfãos faziam uso de suas assinaturas e que o órfão Francisco provavelmente aprendeu as letras durante o período da tutela, como se pode constatar observando a capacidade dele de assinar o próprio nome. Analisando as diferentes tutelas exercidas por mãe e primo para os mesmos órfãos em períodos diferentes, é possível observar que a instrução em gramática foi direcionada durante o período em que Ana Maria foi tutora, já a preocupação com o aprendizado de ofícios apareceu apenas na tutela exercida pelo primo-irmão Brás Francisco, que, possivelmente, preocupava-se em garantir meios de sustento ou uma preparação para o casamento às órfãs e, diferentemente da mãe dos tutelados, não poderia ensinar por conta própria as atividades consideradas femininas.

Ao analisar outros casos de tutela no final do século XVIII e início do XIX, constatei que na ausência ou impossibilidade das mães ou de algum parente próximo exercer essa função, muito maior era a dificuldade em se nomear um tutor recorrendo-se apenas a parentes distantes, laços de amizade, desconhecidos ou imposição da Justiça.

Um caso que ilustra a dificuldade frequente na nomeação de tutor para órfãos recorrendo-se apenas a parentes distantes, laços de amizade ou imposição da Justiça é o caso da tutela dos órfãos de João Lopes da Costa, que era proprietário de uma fazenda com roça, na qual plantava milho e feijão, sendo senhor de escravos¹⁵ e dono de diversos animais: cavalos, bois, novilhos e vacas. Falecendo no ano de 1811 na cidade de Mariana, deixou viúva a sua mulher, Caetana Ferreira da Silva, e órfãos seus filhos: João, 18 anos; Rosa, 17; Emeriana, 13; Genoveva, 9; Maximiano, 8; José, 6; e Joaquim, 4 anos. Na escolha do tutor para os menores, foi citado o tenente Vicente Monteiro de Moraes, casado com uma irmã da mãe dos órfãos.

Certifico que em virtude do despacho retro [sic] citei ao Tê. Vicente Monteiro de Moraes para assinar termo de tutela dos menores neste inventário de João

¹⁴O tear poderia também ser um instrumento de trabalho escravo.

¹⁵No inventário foi declarada a posse de oito escravos (três homens com mais de 50 anos de idade; uma família composta pelo pai, mãe e dois filhos escravos; e uma escrava de nome Caetana, de 20 anos), avaliados em 480\$000.

¹⁶Código 31, Auto 739, Segundo Ofício, p. 27, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

Lopes da Costa no tempo de 3 dias pena de prisão [...]. 1^a de fevereiro. De 1813. Carlos F. Almeida.¹⁶

No entanto, no dia 3 de fevereiro de 1813, compareceu o tenente Vicente Monteiro de Moraes, morador da cidade de Mariana, ao cartório dos órfãos de sua cidade declarando que entre os bens dos órfãos constava uma fazenda de cultura localizada a muitas léguas de distância da localidade onde ele residia e que possuía seu negócio próprio de fazenda. Vicente declarou que a distância na qual se localizava tal fazenda era algo incômodo e que o impediria de administrar esse bem. Além do mais, alegou ser tenente de milícias e como tal gozava de privilégio de não ser constrangido a ocupar a função de tutor.

Como o tutor nomeado se acha escuso pela causa que expôs no seu requerimento f 28 me parece que o escrivão se informe exatamente de algum parente dos órfãos que tenha as qualidades para ser tutor e quando se não ache ou não seja suficiente se a de nomear pessoa estranha que seja abonada e com os mais requisitos de que trata a ord. Livro 4 do 102 7 sem embargo do que o meritíssimo senhor doutor juiz de fora e órfãos a [sic] de determinar a que for melhor. O curador, João de Sousa Barrados.¹⁷

Na impossibilidade de Vicente exercer a tutela, a mãe dos órfãos cumpriu essa função. No ano de 1820, a tutora Caetana foi convocada pelo juiz de fora e órfãos Agostinho Marques Perdigão Malheiros a prestar conta das receitas e despesas dos órfãos, referentes ao período de 1817 a 1820. Caetana, uma mulher que possivelmente possuía alguma familiaridade com as letras¹⁸, declarou na conta de tutela gasto de duzentos e vinte e cinco réis, no dia 19 de maio de 1817, com a compra de uma cartilha destinada ao seu filho José, para que este pudesse aprender a ler. Além disso, em março de 1818, a tutora comprou papel no valor de cento e cinquenta réis para José escrever na escola. Para seu outro filho, Maximiano, também foi comprada uma cartilha no valor de duzentos e vinte e cinco réis e papel avaliado em cento e cinquenta réis.

No ano de 1822 a Justiça novamente tentou nomear outro tutor para os órfãos; dessa vez o escolhido era o tio, João Carneiro. No entanto, no dia 26 de agosto de 1822, este alegou que:

Diz João Carneiro que ele foi citado para assumir termo de tutor dos órfãos de João Lopes da Costa, com pena de prisão, como tio dos mesmos órfãos, o que não deve ter lugar, falando sempre com toda atenção e respeito, o suplicante tem perto de 70 anos e além disso padece de queixas graves, e por esta causa foi excluído do trabalho que tinha como furriel miliciano e do oficial de carpinteiro não pode usar do mesmo que é atacado da gota [...], e os órfãos tem roça distante desta cidade 6 léguas e carece pessoa de outro acento: para isso deve ser aliciado da tutela nomeando ao irmão dos ditos órfãos de nome João Francisco casado e com capacidade para ofício pretendido.¹⁹

Apesar de toda essa busca por um novo tutor, tudo indica que a mãe dos órfãos continuou nessa função, tanto que no ano de 1823 fora convocada novamente para prestar conta das despesas e rendimentos que teve como tutora de seus filhos.

¹⁷Código 31, Auto, 739, Segundo Ofício, p. 29, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

¹⁸Essa afirmação pode ser corroborada observando o uso que Caetana fazia de sua assinatura.

¹⁹Código 31, Auto 739, Segundo Ofício, p. 32, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

Considerações Finais

Por intermédio desta pesquisa, pude constatar a forte presença da figura materna na tutela dos filhos e situações em que mães tiveram papel importante como tutoras, adotando variadas estratégias para assegurar alguma forma de educação aos filhos. Após assumirem a responsabilidade pelos órfãos, uma forma de intervenção das tutoras na educação dos tutelados era por intermédio de suas relações sociais e dos seus contatos familiares para obter dinheiro, auxílio destinado à instrução e cuidados com o órfão, e mestres de ensino ou de ofício. Vale destacar o caso da tutora Maria Vieira Leal, que recorreu ao auxílio financeiro de seu irmão, ou melhor, do tio dos órfãos, para possibilitar que os seus filhos João e Manoel passassem anos na escola. A tutora fez uso de suas redes de sociabilidade com o intuito de direcionar os órfãos sob seus cuidados a alguma instrução.

Refêrencias Bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes. 2013.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, Annablume, 2007.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias; vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, Editora HUCITEC, 1997.

PRIORE, Mary Del. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.